

EURÍPEDES COSTA DO NASCIMENTO

ERRÂNCIA NO CONTEMPORÂNEO:

um estudo sobre a percepção de dirigentes e profissionais de instituições
assistenciais em relação a andarilhos de estrada.

**ASSIS
2012**

EURÍPEDES COSTA DO NASCIMENTO

ERRÂNCIA NO CONTEMPORÂNEO:

um estudo sobre a percepção de dirigentes e profissionais de instituições
assistenciais em relação a andarilhos de estrada.

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – UNESP – Universidade Estadual
Paulista para a obtenção do título de Doutor em
Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e
Sociedade).

Orientador: Dr. José Sterza Justo

ASSIS
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

N244e	<p>Nascimento, Eurípedes Costa do Errância no contemporâneo: um estudo sobre a percepção de dirigentes e profissionais de instituições assistenciais em relação a andarilhos de estrada / Eurípedes Costa do Nascimento. Assis, 2012</p> <p>198 f.: il.</p> <p>Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Dr. José Sterza Justo</p> <p>1. Nômades. 2. Políticas públicas. 3. Assistência social. 4. Psicologia social. I. Título.</p>
	<p>CDD 158.2 301.441</p>

AGRADECIMENTOS

- Aos dirigentes e profissionais das instituições assistenciais que aceitaram participar dessa pesquisa;
- À José Sterza Justo pela amizade, confiança e parceria nos longos anos de pesquisas com os andarilhos de estrada desde meu ingresso no Curso de Graduação em Psicologia na Unesp/Assis em 1995;
- Aos professores Lu e Soraia pelas importantes e decisivas sugestões apresentadas no exame de qualificação;
- Aos demais professores da banca de defesa por terem aceitado participar desse debate de ideias;
- Aos colegas dos cursos de graduação e de pós-graduação em Psicologia da Unesp/Assis que me possibilitaram momentos importantes para as reflexões acerca do contemporâneo;
- E à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – pela concessão da bolsa extremamente fundamental para a realização desse trabalho.

À Evania Nascimento pelo cuidado de si e dos outros.

NASCIMENTO, E. C. **ERRÂNCIA NO CONTEMPORÂNEO**: um estudo sobre a percepção de dirigentes e profissionais de instituições assistenciais em relação a andarilhos de estrada. 2012. 199 f. Tese (Doutorado em Psicologia). - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

RESUMO

A errância no contemporâneo se configura como um fenômeno complexo e multifacetado na qual os andarilhos de estrada podem ser tomados como um de seus exemplos mais radicais. Trata-se de indivíduos que percorrem longas distâncias a pé pelas rodovias do país com um saco às costas onde carregam todos os seus pertences, sem destino certo e praticamente esquecidos pelas instituições públicas e filantrópicas de assistência. Essa pesquisa teve como objetivo principal, verificar como que os dirigentes e profissionais dessas instituições assistenciais compreendem a errância dos andarilhos pelas rodovias do país. A pesquisa foi realizada em quatro instituições assistenciais no Estado de São Paulo, sendo duas públicas e duas filantrópicas. Os dados foram coletados através de um roteiro de entrevista semi-estruturado e sistematizados, posteriormente, pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicaram que a percepção dos dirigentes e profissionais dessas instituições assistenciais em relação aos andarilhos de estrada se estrutura a partir de certos conceitos comuns enraizados no imaginário social da cultura brasileira, tais como: a vagabundagem, a doença mental, a desestrutura familiar e opção de vida. A doença mental aparece enfatizada nos relatos pelo fato de os andarilhos conversarem sozinhos ou por usarem álcool e drogas no cotidiano das estradas enquanto que a vagabundagem está associada a conceitos referentes à marginalidade, criminalidade e passagens pela polícia. No caso da desvinculação familiar, os relatos indicaram que as pressões sócio-econômicas seriam um dos elementos constitutivos para os andarilhos abandonarem a vida sedentária e partirem para errância nas rodovias. Quanto à opção de vida, ela estaria relacionada, segundo alguns dirigentes e profissionais, a uma escolha pessoal dos andarilhos em relação à ordem social estabelecida. Esses dados nos permitem concluir que os dirigentes e profissionais dessas instituições pesquisadas mantêm uma postura de conformidade aos interesses políticos do Estado e uma prática assistencial homogeneizadora em relação aos andarilhos de estrada e demais usuários desses serviços. Tais constatações exigem, além de uma ampliação do debate em torno das políticas públicas de assistência que prioriza apenas as famílias em situação de risco e vulnerabilidade, um posicionamento ético, crítico e reflexivo dos assistentes sociais para que seja possível transformar essas práticas, submissas ao poder do Estado, numa ferramenta capaz de potencializar o novo e o inédito no sentido de favorecer a reinvenção do social com outros significados para a subjetividade e a própria condição humana.

Palavras Chaves: Nômades, Políticas públicas, Assistência social, Psicologia social.

NASCIMENTO, E. C. **WANDERING IN THE CONTEMPORARY**: a study on assistance institutions managers' and providers' perceptions in relation to highway wanderers in Brazil. 2012. 199 f. Thesis (Doctorate in Psychology). College of Letters and Science, Universidade Estadual Paulista, Assis, Brazil, 2012.

ABSTRACT

The wandering in the contemporary is a complex and multifaceted phenomenon whose highway wanderers constitute one of its most radical examples. Highway wanderers are aimless individuals who walk long distances on foot carrying their meager belongings in a sack on their backs and practically forgot of public and philanthropic assistance institutions. The main objective of this research was to analyze assistance institutions managers' and providers' perceptions in relation to highway wanderers in Brazil. The study was conducted in four assistance institutions in the State of São Paulo (two publics and two philanthropics). Data were collected through a semi-structured interview and then analyzed using the content analysis. The results showed managers' and care providers' perception of these assistance institutions concerning highway wanderers is structured on common concepts rooted in the social imaginary of the Brazilian culture including vagabondage, mental illness, family disaggregation and lifestyle choice. Mental illness appears emphasized in reports on the fact that wanderers talk to themselves and routinely use alcohol and drugs in their daily life on the highways while vagabondage is associated with concepts of delinquency, crime, and criminal records. In case of family disaggregation, the reports indicated that socioeconomic pressures would be one of the constituent elements to make wanderers leave their sedentary life and throw themselves into a life of wandering along highways. In relation to lifestyle choice, according to some managers and care providers, it would be associated to a wanderers' personal decision to rupture of established social order. These data showed that the managers and providers of these researched institutions tend to keep a conformity posture to the state's political interests and a homogenized care practice towards highway wanderers and other users of these care services. These findings require, beyond an ample debate about public policies that prioritize care to vulnerable families or in risk situation only, an ethical, critical and reflexive positioning of social workers to transform these current practices, submissive to the state's power, in a strategic tools that can promote innovation and facilitate the social reinvention with other meanings for subjectivity and own human condition.

Keywords: Nomads, Public policies, Social assistance, Social psychology.

SUMÁRIO

Apresentação	09
Parte I: referencial teórico	
I. Indivíduo e contemporaneidade.....	17
II. Errância e andarilhos de estrada.....	33
III. Serviço social: assistência e submissão.....	47
IV. Serviço social: disciplina e normalização.....	69
Parte II: objetivos e método	
I. Objetivo geral.....	88
II. Objetivos específicos.....	88
III. Locais da Pesquisa.....	88
IV. Participantes.....	90
V. Método.....	92
VI. Instrumento.....	93
VII. Aplicação das entrevistas.....	95
VIII. Análise dos resultados.....	95
Parte III: investigação empírica	
I. Funcionamento institucional.....	100
II. Andarilhos e formas de acesso institucional.....	129
III. Olhares sobre os andarilhos.....	141
IV. Expectativas sobre a vida dos andarilhos.....	159
V. Instituições públicas e políticas assistenciais.....	164
VI. Instituições filantrópicas e religiosidade.....	174
Conclusão	187
Referências bibliográficas	191
Apêndice	197
Anexo	198

APRESENTAÇÃO

Atualmente, a flexibilidade, a pluralidade, a contração do espaço-tempo, a realidade virtual e as incertezas sociais povoam sobejamente o cotidiano dos indivíduos. O ser humano parece viver hoje uma condição de desenraizamento sem precedentes que o torna, também, um indivíduo circulante, em constante movimentação em todos os planos de vida, seja no espaço sócio-geográfico ou no âmbito psicológico.

As transformações ocorridas no plano social, político e econômico nos últimos anos, a hegemonia do neoliberalismo, a flexibilização do trabalho, a globalização, a substituição da sociedade industrial pela de serviços e o desemprego gradativo, têm mudado profundamente as relações do indivíduo no mundo, criando, inclusive, essa necessidade de movimentação a vários lugares em busca da estabilidade sócio-afetiva, rompendo limites e espaços estabilizados e geograficamente circunscritos em certas culturas locais.

A competitividade do mercado de trabalho, decorrente da sofisticação tecnológica, selecionando os mais excelentes e qualificados a desempenhar determinadas funções, parece gerar um excedente humano que acaba sendo colocado numa situação de desqualificação e desfiliação social (Bauman, 2005; Castel, 1994, 1998, 2008; Paugam, 1999; Morris, 1998; Grisby et al., 1990). A desfiliação social potencializa, ainda, o desenraizamento psicossocial, enfraquecendo os vínculos, desestabilizando os assentamentos do indivíduo e, com isso, favorecendo a deambulação, como podemos observar no caso extremo dos andarilhos de estrada (Justo & Nascimento, 2005, 2012; Nascimento, 2004, 2008; Peres, 2001, 2002; Peres & Justo, 2005).

Nesse contexto, os andarilhos de estrada expressam o mais contundente e radical fenômeno da errância na atualidade sobre a qual incide várias injunções tais como a desterritorialização, o abrandamento de filiações e vínculos psicossociais, a fragmentação afetiva e tantas outras formas de adaptações no contemporâneo. De um modo geral, os

errantes não possuem visibilidade social ou qualquer espaço de cidadania, sendo relativamente ignorados pela ciência e pelas políticas públicas de assistência a despeito de seu crescimento nos últimos anos em função das novas configurações e exigência no mercado de trabalho. Vivem numa espécie de “ostracismo”, a despeito, também, da sua importância no cenário social, seja pela condição de desfiliação extrema, seja, ainda, por incidir de sobre eles as principais vicissitudes da economia e da organização social no mundo contemporâneo.

Nossas pesquisas anteriores sobre a errância procuraram investigar as razões que levam esses indivíduos a abandonarem o sedentarismo e partir para a vida nas estradas, sem destino, sem morada fixa ou qualquer forma de permanência em determinado lugar. Nessas investigações, pudemos constatar a existência de fatores sócio-econômicos (desemprego, ausência de moradia, migração e desestrutura familiar) inter-relacionados com fatores sócio-afetivos (desilusão amorosa, morte dos pais, violência familiar, isolamento, uso de álcool) como um dos principais motivos para a ruptura com a suposta vida sedentária (Justo, 1998, 2011; Justo & Nascimento, 2005, 2012; Nascimento, 2004, 2008; Nascimento & Justo, 2000, Peres, 2001, 2002; Peres & Justo, 2005).

Foi possível constatar, também, que as instituições e serviços destinados a dar alguma assistência aos andarilhos, aos migrantes e às demais populações itinerantes, acabam produzindo um efeito iatrogênico, estimulando ainda mais a perambulação sem fim. Albergues Noturnos, Casas de Passagem e demais instituições que acolhem populações itinerantes de um modo geral funcionam como pontos frágeis de acolhimento devido à permanência provisória, direcionando tais indivíduos para outras localidades e, conseqüentemente, impulsionando a deambulação. Ademais, não há qualquer política pública destinada a possibilitar alguma alternativa para aqueles que queiram sair da estrada e restabelecer uma fixação em algum lugar seguro e estável de ancoragem.

Vale ressaltar que nem todos os andarilhos utilizam os serviços de instituições assistenciais sejam elas públicas ou filantrópicas. Uma parte deles, conforme destaca Justo (2011), evita adentrar as cidades e procura manter distância do espaço urbano, pois veem nelas uma ameaça à sua forma de ser e viver. Outra parcela, no entanto, vive perambulando de cidade em cidade: são aqueles chamados de “pardais”, na gíria dos andarilhos. Há, também, uma variação entre os andarilhos quanto ao grau de dependências das instituições assistenciais das cidades. Os “pardais”, por exemplo, dependem completamente dessas instituições (albergues, casas de passagem e outras instituições que servem refeições e doam roupas e agasalhos). Por outro lado, existem aqueles que eventualmente procuram tais serviços e tantos outros que os recusam inteiramente e até resistem a qualquer forma de abordagem de assistentes sociais.

No entanto, os andarilhos que circulam pelas instituições assistenciais estabelecem com elas certa relação de co-dependência. Se por um lado, as instituições reproduzem a deambulação dos andarilhos ao oferecerem serviços de emergência (banho, pouso, refeições, roupas ou cuidados médicos) tratando-os como usuários de passagem, por outro lado, os andarilhos usam as instituições como suporte para continuarem a vida de errantes (principalmente os pardais) e as instituições de assistência à população itinerante formam, assim, um par indissociável (Di Flora, 1987; Justo 2011; Mattos, 2006; Rosa, 2005; Nasser, 2001). A compreensão do fenômeno da errância não pode prescindir de uma investigação articulada com as instituições assistenciais que fazem parte de sua constituição, pois, pouco se conhece sobre as políticas e as práticas institucionais dirigidas particularmente aos andarilhos.

Vale destacar, também, a escassa publicação sobre o tema de nossa pesquisa e isso parece confirmar a pouca visibilidade dos pesquisadores sociais em relação à errância que gradativamente vem crescendo em função das novas organizações no mundo do trabalho.

Dentre algumas pesquisas encontradas na literatura especializada, os trabalhos mais próximos da nossa temática focalizam as chamadas “populações de rua”, ou seja, aquelas circunscritas no perímetro urbano das cidades sem, no entanto, se configurarem com a errância propriamente dita (Mattos, 2006; Rosa, 2005; Vieira et al., 2004; Di Flora, 1987). Mattos (2006) apresenta uma excelente panorâmica dos trabalhos de pesquisa produzidos sobre as populações de rua, além das instituições e projetos sociais estruturados em torno delas.

Embora possa haver tangências entre as populações de rua e a errância dos andarilhos, sobretudo quanto às instituições destinadas à gestão dessas populações, elas não se confundem, como também não se confundem as políticas e práticas específicas destinadas a cada uma. Talvez, as populações de rua possuam maior visibilidade em função dos impactos contrastantes que provocam no espaço urbano e, com isso, já se transformaram em objeto de conhecimento da ciência e das políticas assistenciais conduzidas por órgãos de Estado, entidades filantrópicas e Organizações não-governamentais (Mattos, 2006). Os andarilhos, propriamente ditos, continuam desconhecidos e ignorados tanto pela ciência quanto pelas políticas de gestão e assistência das populações, encetadas diretamente pelo Estado ou por entidades assistenciais ou filantrópicas forjadas na sociedade civil.

Nossas pesquisas anteriores indicaram, também, que muitos indivíduos na condição de errantes preferem não recorrer às instituições assistenciais dizendo terem passado por diversas situações constrangedoras dentro delas como, por exemplo, humilhação pela situação em que se encontram (miseráveis e alcoolistas), além do preconceito pela aparência apresentada (sujos e mal vestidos). Outros disseram, ainda, que são impedidos de entrarem nas cidades pela própria polícia ou pelas equipes de contenção mantidas pela política municipal, principalmente nas cidades do interior. Muitos, inclusive, são conduzidos para algumas instituições contra a própria vontade e se veem obrigados a pagarem a comida, o

banho e a troca de roupa com o trabalho “forçado” em alguma horta comunitária ou na limpeza da própria instituição e somente após cumprirem essas exigências é que são liberados para seguirem seus destinos com ou sem ajuda da instituição assistencial (Nascimento, 2004, 2008; Nascimento et al., 2009; Justo, 2011; Justo & Nascimento, 2012).

Nesse caso, convêm as seguintes indagações: Como os dirigentes e profissionais de algumas instituições assistenciais percebem e lidam com a errância radical dos andarilhos de estrada? Que compreensões têm sobre esses indivíduos? Que tipo de assistência é dado a eles? Qual a finalidade de alguns municípios de retirá-los das ruas e encaminhá-los rapidamente para outras cidades ou instituições? Para respondermos a essas questões, acreditamos ser importante um estudo sobre a errância junto aos dirigentes e profissionais de algumas instituições assistenciais que atendem os andarilhos de estrada, tanto por abordar um fenômeno ainda pouco estudado nas áreas das ciências humanas e sociais, como também por permitir que através dele, possamos apreender suas articulações com a realidade social e ampliarmos a discussão em torno desse tema.

Por se tratar de um estudo exploratório pelo fato de não haver publicação específica sobre esse assunto, esse trabalho está dividido em três partes para um melhor desencadeamento das ideias a respeito de nosso tema investigativo. Na Parte I, discorreremos sobre a revisão bibliográfica do tema levando-se em consideração algumas leituras sobre o indivíduo na contemporaneidade, a errância dos andarilhos de estrada, a prática do serviço social, além da disciplina e normalização presentes nessas instituições. A Parte II é dedicada à apresentação dos objetivos, à abordagem utilizada, bem como os procedimentos adotados para a sistematização e análise das entrevistas e os demais elementos que compõem a estrutura de uma pesquisa de campo. A Parte III é voltada à investigação empírica do tema na qual apresentamos a discussão dos resultados mediante as leituras conceituais de alguns autores destacados na revisão bibliográfica.

Em linhas gerais, o indivíduo na atualidade pode ser compreendido a partir dos conceitos de cultura do narcisismo (Lasch, 1983), sociedade do espetáculo (Debord, 1991) e culto da performance (Ehrenberg, 1991). Esses autores apresentam como eixo-comum de análise uma questão antropocêntrica do sujeito voltada para a excelência e reconhecimento social onde o que importa é desejo de admiração dos outros numa *mise-en-scène* altamente individualista cuja vanglorização de si mesmo é o objetivo a ser conquistado na busca pela grandeza, sucesso, fama e poder.

Paradoxalmente, nem todos os indivíduos nesse contexto têm as mesmas chances para se destacarem uma vez que as concorrências no mercado de trabalho se apresentam de forma injusta onde nem todos têm as mesmas oportunidades de competirem com aqueles mais qualificados profissionalmente. Segundo o sociólogo francês Robert Castel (1994, 1998, 2008), essas desigualdades no mercado de trabalho resultam num grande problema social que potencializa o aumento da vulnerabilidade e desfiliação cujo resultado é o surgimento de um individualismo negativo.

Nesse sentido, podemos dizer que o fenômeno da errância dos andarilhos representa a caricatura do individualismo negativo e as políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social parecem desconsiderar as suas existências devido à ênfase nas famílias em situação de risco e vulnerabilidade. No caso dos andarilhos de estrada, poder-se-ia dizer, ainda, que são indivíduos representantes de uma das expressões mais emblemáticas na atualidade devido ao caráter de movimentação e impermanência a um mesmo lugar embora isso não queira dizer que precisam ficar abandonados à própria sorte ou dependentes dos serviços sociais.

O serviço social é um tema bastante amplo e diversificado. O que nos interessa, especificamente, para nossas reflexões nesse trabalho, é a história da assistência social e as análises críticas desenvolvidas por algumas autoras dessa área de conhecimento. A proposta

é articulá-las com outras leituras sobre o social que parecem estar presentes em algumas instituições assistenciais da atualidade, embora nenhuma publicação foi encontrada em relação ao trabalho com andarilhos de estrada conforme já mencionamos anteriormente.

Assim, esse trabalho, desdobramento de nossa dissertação de mestrado, não tem pretensões de analisar a errância e o serviço de assistência social apenas por um prisma interpretativo por se tratar de um tema amplo, complexo e multifacetado. A proposta é refletir sobre o pensamento de vários autores para uma compreensão mais abrangente do assunto e, na medida do possível, ampliar as discussões e debates de ideias em torno da errância no contemporâneo e suas relações com o serviço social na atualidade.

PARTE I
REFERENCIAL TEÓRICO

I. INDIVÍDUO E CONTEMPORANEIDADE

As raízes do indivíduo contemporâneo - competitivo, autossuficiente, dono-de-si - estão assentadas com o surgimento da burguesia, classe composta por grandes comerciantes que monopolizavam completamente o governo das cidades nos séculos XVI e XVII. Nesse período, as cidades passaram a adquirir um caráter fundamentalmente econômico e o homem passa a valer não por quem é, mas pelo que possui, pois, com a expansão do comércio econômico, a profissão passou a definir a pessoa e, posteriormente, as classes sociais. Assim, o cidadão a partir dessa época passou a ser o homem ativamente integrado ao processo produtivo e a atividade profissional consolidou-se ainda mais como fator condicionante das possibilidades de realização pessoal.

Entretanto, as questões cruciais para o indivíduo se apresentaram a partir da irradiação do capitalismo na cultura ocidental do século XVIII. A configuração do capitalismo nesse período com a crescente industrialização e os avanços científicos mudou não apenas os modos de produção existentes, como também, os processos de subjetivação do homem contemporâneo que passou a se individualizar cada vez mais em nome da ditadura do próprio eu. Com o capitalismo, surge, então, o indivíduo alienado no trabalho e na construção do processo histórico por estar encerrado em si mesmo e distanciado do outro e do coletivo devido à inserção numa cultura que incentiva, crescentemente, a competitividade e a concorrência, desestruturando as certezas e fazendo-as desmoronarem-se ou “desmancharem-se no ar”.

Berman (1986) comenta que as transformações dos valores, a inconsistência dos processos de identificação, a instabilidade, as dissociações dos espaços público e privado e tantas outras facetas contemporâneas acabaram provocando profundas modificações na constituição e no desenvolvimento da identidade pessoal do indivíduo na modernidade. A esse respeito, Birman (2006) comenta que a constituição da modernidade representou não

somente o autocentramento no eu e na consciência, mas levou o homem a se inserir no centro do mundo em diálogo com Deus, tornando-se, a partir daí, um indivíduo.

Assim, a individualidade é identificada com a categoria fundamental que define o projeto da modernidade onde o ser humano torna-se a medida de todas as coisas uma vez que na Idade Média e Antiga ele estava inscrito em uma concepção holística do mundo e subsumido à totalidade do cosmos ou à moral do cristianismo. Entretanto, com as descobertas epistemológicas no período moderno e o assentamento do positivismo como ciência oficial, o indivíduo adquire a suposta soberania sobre si mesmo e passa a ocupar uma posição antropocêntrica em relação à produção de verdade cindindo com os discursos filosóficos e religiosos que fundamentaram os períodos anteriores, proporcionando uma vida de paradoxos e contradições.

[...] trata-se de uma vida de paradoxo e contradição, pois, promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação... mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos... é uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia (Berman, 1986, p. 15).

Entretanto, estas características são apresentadas por Bauman (1997) como uma condição tipicamente pós-moderna, pois, segundo o autor, estamos vivendo um ambiente completamente imprevisível, efêmero e mutável em que a incerteza e a insegurança permeiam o *habitat* social tornando-o, incontrolável, fragmentado e corrosivo, impulsionando o ser humano ao sentimento de mal-estar e de incredulidade quanto ao futuro ou a projetos de alegria. Atualmente, vivemos em função da velocidade do tempo que não permite a permanência em espaços sedimentados como outrora onde cada um poderia determinar o ritmo de vida a ser estabelecido, pois, o avanço tecnológico exige adaptações constantes que flutuam dia após dia, tamanho é a descontinuidade e a inconsistência a incidir de maneira acintosa nos processos de subjetivação.

A imagem do mundo diariamente gerada pelas preocupações da vida atual é destituída da genuína ou suposta solidez e continuidade que costumavam ser a marca registrada das “estruturas” modernas. O sentimento dominante, agora, é a sensação de um novo tipo de incerteza, não limitada à própria sorte e aos dons de uma pessoa, mas igualmente a respeito da futura configuração do mundo, a maneira correta de viver nele e os critérios pelos quais julgar os acertos e erros da maneira de viver (Bauman, 1997, p. 32).

Lyotard (1996), em sua descrição sobre “a condição pós-moderna”, mostra que o principal fracasso da modernidade foi tentar reduzir a totalidade da vida a disciplinas especializadas, a sistemas universalizantes-excludentes e autoritários. A pós-modernidade é compreendida por Lyotard como uma expressão da inquietude frente a um modelo de racionalidade caracterizado pela valorização do fragmentário, provisório, efêmero e volátil em que a sofisticação tecnológica se expressa de maneira artificiosa e refinadamente complexa, relativizando, inclusive a noção de espaço-tempo que incide na vida do indivíduo contemporâneo.

Harvey (2001) argumenta que a compressão do tempo e do espaço favoreceu para que as relações sociais se tornassem extremamente frágeis e definitivamente descartáveis, pois, tudo no contemporâneo se torna exaurível onde as certezas se relativizam, as verdades se esvaecem e a solidez se apaga da noite para o dia. Segundo Berman (1986), a sociedade contemporânea rompeu decisivamente com a ideia de delimitação sócio-geográfica que demarcava a modernidade onde o indivíduo poderia traçar metas e perspectivas e introduz novas formas de relacionamento pautadas apenas no tempo presente na qual o passado e o futuro perdem suas significações simbólicas devido à necessidade de aceleração do ritmo da vida que exige de cada um maior flexibilidade e simulação frente às exigências sociais.

Nesse contexto, parece que as certezas se evaporam num piscar de olhos dadas as condições voláteis que inviabiliza quaisquer possibilidades do indivíduo planejar o futuro, pois, “tudo que é sólido se desmancha no ar” e se torna instável, imprevisível, efêmero e perfeitamente descartável num tempo delimitado e artificialmente desintegrador. A

aceleração do tempo e do espaço modifica não apenas as percepções do indivíduo num dado contexto sociocultural, mas desterritorializa também as suas raízes identitárias e rompe a solidez e a continuidade do tempo e do espaço delimitado e geograficamente circunscrito nas culturas locais do século XIX.

Nesse cenário absolutamente mutável, o indivíduo é “convidado” a se readaptar para garantir sua frágil estabilidade sócio-afetiva porque sua vida se torna descartável nessa sociedade comprimida pelo espaço-tempo. A volatilidade e a efemeridade impossibilitam quaisquer planejamentos a longo prazo, dadas as condições de obsolescência instantânea que permeia o espaço social uma vez que o imediatismo, a fluidez e a impermanência se tornam a *raison d'être* da vida atual.

Essa fluidez leva muitos indivíduos a se tornarem escravos do tempo e de si mesmos, descartando valores que até bem poucas décadas atrás eram referências para a subjetividade, principalmente, o tempo dedicado ao cuidado da família e dos filhos. Nesse contexto, tudo gira agora em torno dos desejos e interesses imediatos do eu na qual a preocupação com o outro fica destituída de investimentos valorativos porque as autocobranças sociais de realização pessoal impõem aos indivíduos cada vez mais agilidade, pressa e flexibilização nas diversas atividades desenvolvidas no plano da existência. Assim, a contemporaneidade se caracteriza pela velocidade onde parece não haver mais tempo para a cadência e o diálogo com o outro, dada as exigências de se estar em múltiplos lugares através das interconexões disponíveis pelas tecnologias da informatização que virtualiza a realidade, os indivíduos e a própria subjetividade.

Embora existam várias linhas teóricas em diversas áreas do conhecimento que refletem sobre a contemporaneidade, nossa leitura sobre esse assunto será delimitada a autores que colocam a problemática do indivíduo e sua inserção no campo social. Nesse sentido, contextualizaremos nossas reflexões e análises a autores nas áreas da psicologia e da

sociologia uma vez que é quase impossível pensar o indivíduo contemporâneo sem a contribuição dessas áreas específicas do conhecimento.

Assim, discorreremos o contemporâneo a partir de uma leitura centrada no indivíduo e seus desdobramentos no mal-estar como sintoma social e apontaremos algumas consequências no movimento de perambulação na errância. Nossa proposta é apresentar uma articulação teórica sobre o indivíduo no contexto social contemporâneo a partir de algumas leituras centradas na cultura do narcisismo, sociedade do espetáculo, culto da performance e seus contrastes numa leitura crítica sobre o “individualismo negativo” proposta pelo sociólogo francês Robert Castel.

Para que possamos compreender o contexto social da errância radical dos andarilhos de estrada, optamos por delimitar, preliminarmente, como se constituem os espaços do indivíduo no cenário contemporâneo a partir de dois pólos de análise: o *individualismo positivo*, centrado no indivíduo competidor, bem-sucedido, ávido por reconhecimento e status social, baseado, principalmente, nas leituras de Alain Ehrenberg (1991, 1995), Christopher Lash (1983) e Guy Debord (1991) e o *individualismo negativo*, caracterizado pelo indivíduo desfilado, mal-sucedido e sem vínculos sociais, representado pela figura-limite dos andarilhos e demarcados, fundamentalmente, pelas leituras de Robert Castel (1994, 1998, 2008).

Individualismo positivo: excelência, espetáculo e performance do eu

Compreender as relações sociais estabelecidas pelo indivíduo na contemporaneidade torna-se um fator primordial para analisarmos as condições que facilitam a expansão do fenômeno da errância. A sociedade atual, pelo alto nível de sofisticação tecnológica, vem se tornando cada vez mais uma sociedade competitiva, seletiva e artificial onde o individualismo e as concorrências para alcançar um status social se apresentam como a

marca registrada das estruturas contemporâneas na qual o indivíduo, mergulhado nesse contexto, não foge à regra da individualidade em busca de reconhecimento e admiração.

Nesse sentido, o que está em jogo no cenário social contemporâneo é a performance narcísica do eu na demanda de autocentramento, tornando esta característica como marca espetacular de um individualismo positivo porque é a regra de conduta que se enraizou no imaginário social das culturas ocidentais em que cada um precisa inventar uma personagem de si mesmo para desempenhar uma determinada performance de teatralização no cenário da existência numa verdadeira encenação espetacular. Se considerarmos que o espaço social da atualidade é um lugar onde se encena a teatralização da vida cotidiana em que cada pessoa individualiza suas ações em busca do reconhecimento e dos aplausos por suas realizações “grandiosas” aos olhos do mundo, estamos diante, portanto, de uma sociedade mediada pela valorização da imagem e da primazia por excelência.

Alain Ehrenberg (1991) é quem nos dá as primeiras dicas dessa encenação do indivíduo contemporâneo em seu fascinante ensaio sobre “o culto da performance” onde analisa a busca insana pela grandeza e necessidade de aplausos no competitivo universo *business*. Segundo suas análises, vivemos numa sociedade em que a norma é a eleição de si mesmo frente às concorrências que se apresentam para o indivíduo no mundo e é ele próprio quem precisa criar condições para sua visibilidade no cenário social e se distinguir dos demais por suas qualidades altamente vangloriadas. Desse modo, é o investimento de si mesmo quem determina as novas relações do indivíduo com o meio social num verdadeiro *culto da performance* onde o que importa é a realização pessoal em nome de si mesmo num mundo permeado pelo individualismo autorreferente.

Birman (2000) comenta que essas transformações sociais no contemporâneo inverteram os modelos de referência subjetiva do indivíduo que no início do século XX, com a psicanálise freudiana e o marxismo, eram centralizados na ordem do desejo. Segundo o

autor, pela metáfora do desejo, o indivíduo poderia transformar a si mesmo e ao mundo de maneira a poder reinventar a si mesmo e a ordem social. Entretanto, essa crença parece ter se perdido na contemporaneidade porque a construção da subjetividade passou da ordem do desejo para uma modalidade de pensamento fundada, exclusivamente, na exaltação da individualidade onde o que importa não é a essência de si, mas as aparências ou imagens de si nas relações estabelecidas no espaço social.

Por essa linha de raciocínio, o indivíduo contemporâneo pode ser compreendido como um *indivíduo exibicionista*, cujo principal mecanismo de sobrevivência subjetiva é a referência a si mesmo como critério fundamental para a preservação da própria existência (Ehrenberg, 1991). Nesse contexto, o indivíduo exibicionista é o único responsável por suas ações no terreno social, pois, cabe a ele administrar sua própria vida e tornar visível sua identidade singularizada. Conforme Ehrenberg (1991), “[...] nós somos de agora em diante, intimados a nos tornar os empresários de nossa própria vida... cada indivíduo deve, então, se inventar a si mesmo no presente, singularizando-se por sua ação pessoal” (p.16). Nesse sentido, compete ao indivíduo a responsabilidade por suas ações, sucessos e fracassos no espaço social e sua imagem é o marketing pessoal que determina as chances e oportunidades de se alcançar o tão almejado *glamour* na cultura das aparências.

Não basta mais saber trabalhar, é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender. Assim, os indivíduos são levados a definir, eles próprios, sua identidade profissional e a fazer com que seja reconhecida numa interação que mobiliza tanto um capital pessoal quanto uma competência técnica geral (Castel, 1998, p. 601).

A sociedade individualista também pode ser caracterizada pelos conceitos de *cultura do narcisismo* (Lasch, 1983) e *sociedade do espetáculo* (Debord, 1991). Em ambos os conceitos, a sociedade estaria centrada no eu da individualidade autorreferente na qual a exigência de espetáculo e encenação de si mesmo é a garantia de visibilidade e

reconhecimento do indivíduo no espaço social. No caso da cultura do narcisismo, o indivíduo pouco se importa com o senso de coletividade porque para ele mais vale o personalismo que modelos referenciais de construção da identidade. No caso da sociedade do espetáculo, as imagens e os atributos externos contam mais que quaisquer valores pessoais onde a vanglorização do eu precisa ser veementemente conquistada.

De acordo com Birman (2000), esses conceitos construíram um modelo de subjetividade em que se silenciam as possibilidades de reinvenção do indivíduo e do mundo uma vez que sucesso, fama e estetização do eu passam a ser o *modus vivendi* da sociedade contemporânea. Desta forma, o lugar conferido ao desejo se desmorona diante dos enaltecimentos narcísicos do eu na demanda de autocentramento e encenação de si mesmo na arena do mundo, levando possivelmente o indivíduo às crises de identidade, às crises situacionais dentro do contexto geral de vivência do homem, tanto no espaço privado (família), como no espaço público (sociedade). Segundo Debord (1991), o que vale para o indivíduo no contexto contemporâneo não é a essência de si, mas a aparência de si e a performance do eu no espetáculo da vida visando sua afirmação pessoal.

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens... é a *afirmação* da aparência e a afirmação de toda vida humana – isto é, social – como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo o descobre como a *negação* visível da vida; como a negação da vida que *se tornou visível* (Debord, 1991, p. 14-16 – grifo do autor).

Conforme podemos verificar, a performance narcísica do eu parece interessar na sociedade do espetáculo em que o jogo de imagens e os atributos pessoais do indivíduo precisam ganhar espaço na teatralidade social e sobressair com sucesso em qualquer circunstância. Nesse caso, assume um caráter eminentemente maquiado no sentido da busca pela grandeza de admiração dos outros onde os afetos e as relações de intimidade se configuram em segundo plano, sem muita importância.

[...] o sucesso aparece como um fim em si mesmo... as aparências – as “imagens de vitória” – contam mais que o desempenho, a atribuição mais do que a realização... Nada faz mais sucesso do que a aparência de sucesso... Hoje em dia, os homens buscam o tipo de aprovação que aplaude não suas ações, mas seus atributos pessoais. Desejam não tanto ser estimados, mas sim admirados. Desejam não a fama, mas o fascínio e a excitação da celebridade. Querem antes ser invejados que admirados (Lasch, 1983, p. 86-87).

Numa sociedade caracterizada pela individualidade por excelência, o que importa é a própria expansão, valorização e inflação do eu de cada pessoa na teatralidade do mundo, ou seja, a busca crescente de reconhecimento através da *estetização da existência* – compreendida aqui como encenação de si e não invenção de si - que toma volume como estilo existencial do indivíduo e determina para ele os modos de se apresentar no espaço social para alcançar sucesso, reconhecimento, força e poder (Lasch, 1983; Debord, 1991; Birman, 2000).

Calligaris (1999), ao analisar as características da modernidade brasileira, especialmente o período colonial, apresenta considerações semelhantes dos autores acima ao assinalar como o luxo, nas diferentes épocas, se transformou do reino da necessidade para determinar o grau de coesão e diferença social na contemporaneidade. Conforme o autor, nas sociedades tradicionais, o luxo, como bem supérfluo, nunca determinou as classes e nem era constitutivo de superioridade moral, apenas um atributo das castas superiores que regulavam a organização social das cidades medievais. Com o advento da modernidade, essa tradição perde sua suntuosidade e o acesso ao luxo é quem decidirá a classe social e os lugares a serem ocupados pelo indivíduo contemporâneo.

[...] o lugar social de cada um passa a ser decidido pelo reconhecimento que ele obtém dos outros e os objetos de desejos passam a valer como meios para conseguir um lugar ao sol... Qualquer bem é, portanto, um luxo, pois serve do funcionamento da diferença social, mais do que à simples satisfação da necessidade... Minhas posses me distinguem tanto quanto meus atos (Calligaris, 1999, p. 14-17).

Desse modo, as inter-relações pessoais e o reconhecimento da diferença e singularidade do outro, conhecido na área da psicologia como *alteridade*, são colocados em segundo plano na cultura do narcisismo e sociedade do espetáculo, pois, o que interessa para o próprio indivíduo é a exaltação narcísica do eu e o engrandecimento de si mesmo em qualquer circunstância. De acordo com Birman (2000), o outro, nesse caso, serve apenas como instrumento para o incremento da própria autoimagem, podendo ser eliminado como um dejetivo quando não mais servir para essa função abjeta em função do imediatismo e da efemeridade dos relacionamentos sócio-afetivos. Nesse caso, não é a essência da pessoa com suas qualidades e defeitos que interessa para o indivíduo, mas apenas a manipulação do corpo do outro como técnica de existência para a individualidade, ou seja, não importam mais os afetos, mas a tomada do outro como objeto de predação e gozo, por meio do qual se busca o enaltecimento e a glorificação de si mesmo.

Contudo, esse processo de individualização na sociedade contemporânea apresenta efeitos contrastantes, pois, se por um lado reforça o *individualismo positivo* onde o sujeito se apresenta com necessidade de investir em si mesmo para conquistar reconhecimento e *status* social, por outro, dá origem a um *individualismo negativo* constituído pela dificuldade de ascensão social de uma camada menos favorecida economicamente, como nos casos extremos observados nas condições absolutamente precárias dos mendigos, moradores de rua, andarilhos de estrada e tantos outros.

Individualismo negativo: precariedade, vulnerabilidade e decadência do eu

Inicialmente, devemos compreender que o individualismo negativo é consequência da falta de oportunidades para a realização pessoal e social de determinados indivíduos em função de suas habilidades profissionais serem insuficientes e das exigências cada vez maiores do mercado de trabalho que não reconhece os fracassados da cultura do narcisismo. Os indivíduos nessas condições, esquecidos pelas políticas sociais do governo, vivem de

maneira extremamente precária e miserável à beira da sociedade, sem cidadania, ignorados, banalizados e discriminados por aqueles que os responsabilizam por estarem nessa condição de vida. Alguns desses indivíduos, diante de um individualismo implacável imposto pela sociedade do espetáculo, radicalizam ao extremo sua condição de vida e partem para a errância como alternativa de existência ante a cultura do narcisismo e do culto da performance.

Esse cenário angustiante, individualizante e repleto de contrastes favorece o aparecimento de um *indivíduo incerto* que procura se manter como pode na corda bamba das turbulências sociais em função dos efeitos do capitalismo e das poucas possibilidades de crescimento pessoal e profissional. Conforme Ehrenberg (1995), o indivíduo incerto é aquele que, pressionado pelas exigências sócio-econômicas, se vê numa encruzilhada quando não mais consegue corresponder à altura das solicitações do capitalismo e teme pelo próprio fracasso ante o imperialismo do espetáculo e para responder às estas incertezas, precisa construir mecanismos subjetivos que lhe deem uma suposta solidez e sustentação em suas ações. Segundo o autor, dentre os vários mecanismos dessa sustentação de si estaria o uso desmesurado de álcool, drogas e psicofármacos uma vez que são substâncias capazes de possibilitar ao indivíduo o equilíbrio necessário frente às incertezas e inseguranças no cenário social.

Tais mecanismos de sustentação são elaborados, segundo esse autor, através da técnica de construção de si que multiplicam as capacidades de ação do próprio indivíduo, construindo para ele uma suposta “sensação” de si, ou seja, um apoio ou referência diante das múltiplas solicitações que lhe são feitas suscitadas por estilos de relacionamento sociais hoje predominantes. A técnica de construção de si pode ser compreendida como um mecanismo social e subjetivo que possibilita ao indivíduo uma espécie de homeostase

psíquica que regula o seu *modus faciendi* num mundo desencantado e sem referências seguras.

Birman (2000) complementa que essas incertezas e inseguranças na sociedade contemporânea são reflexos das inconsistências do indivíduo frente às exigências de encenação de si mesmo na teatralização social em nome de uma performance narcisista na qual as inter-relações humanas são esvaecidas ou deixadas em segundo plano. Tais sensações de incertezas e inseguranças, segundo o autor, podem levar alguns indivíduos a um *mal-estar na atualidade* ante as angústias e depressões que só poderão ser aliviadas pela ação exclusiva dos psicofármacos numa sociedade onde não parece haver lugar para as manifestações dos sofrimentos psíquicos. Isso significa dizer que a psicofarmacologização do social assume um lugar de onipotência capaz de regularizar e normalizar a depressão, o tédio e o pânico, além de possibilitar a reinserção dos sofredores na sociedade do espetáculo que só reconhece e aceita os indivíduos absolutamente considerados normais.

[...] a cultura dos sofredores e dos espíritos desesperados já era. Não se admite mais, no contexto da sociedade do espetáculo, os personagens sofredores e desesperados... O que interessa agora é a estetização da existência e a inflação do eu, que promovem uma ética oposta à do sofrimento (Birman, 2000, p. 248).

Os reflexos dessa situação, associado à precarização do trabalho e ao desemprego prolongado, impulsionam alguns desses indivíduos pouco qualificados profissionalmente e sem condições de investirem em si mesmos, no sentido de se integrarem à cultura do narcisismo e sociedade do espetáculo, para uma *zona de desfiliação social* por não suportarem as condições impostas por essa lógica de funcionamento do contemporâneo (Castel, 1994, 1998). Segundo esse autor, o termo *desfiliação* “[...] pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social” (p. 26) e engloba todos aqueles que se encontram à margem da sociedade, mas que não estão

excluídos definitivamente dela, ou seja, “exclusão” nos remete a uma ideia errônea de rompimento definitivo com a estrutura social.

[...] a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas suas relações com o seu centro são mais ou menos distendidas... é do centro que parte a onda de choque que atravessa a estrutura social... Encontram-se *desfiliados*, e esta qualificação lhes convém melhor que a de excluídos: foram des-ligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade (Castel, 1998, p. 568-569 – grifo do autor).

A desfiliação social pode ser tomada como a representação máxima do individualismo negativo porque representa a decadência da própria imagem do indivíduo e a precarização do (des)emprego no contemporâneo, além de possibilitar a cristalização de uma sociedade de trabalhadores desqualificados e considerados inúteis para o mundo por não conseguirem se integrarem como pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes. Alguns desses indivíduos, diante de um individualismo implacável imposto pelo culto da performance, radicalizam ao extremo sua condição de vida e partem para a errância sem fim como uma forma de romper com a cultura do narcisismo mediada pela imagem espetacular do eu (Lasch, 1983; Debord, 1991; Ehrenberg, 1991).

Ocupam, na estrutura social atual, uma posição homóloga à do quarto mundo no apogeu da sociedade industrial: não estão ligados aos circuitos de trocas produtivas, perderam o trem da modernidade e permanecem na plataforma com muito pouca bagagem... Dificilmente podem ser considerados pelo que são, pois sua qualificação é negativa... (Castel, 1998, p.530).

Segundo Castel (1994) a desfiliação social pode ser esquematizada a partir de dois eixos relacionais interdependentes: o *eixo da relação de trabalho* (que vai da preservação do emprego estável à ausência completa de trabalho) e o *eixo da inserção relacional* (a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade sócio-familiar e o isolamento social total). Sob

esses dois eixos se circunscrevem diferentes “zonas” no espaço social, de acordo com o grau de coesão que elas asseguram: a zona de integração, a zona de vulnerabilidade e a zona de desfiliação.

Esquemmatizando: estar dentro da *zona de integração* significa que se dispõem de garantias de um trabalho permanente e que se pode mobilizar suportes relacionais sólidos; a *zona de vulnerabilidade* associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional; a *zona de desfiliação* conjuga ausência de trabalho e isolamento social. (Castel, 1994, p. 30 – grifos do autor).

Isso significa dizer que as inseguranças e incertezas articuladas com a precarização do emprego é um processo central comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo resultando, inclusive, na desestabilização dos estáveis: aqueles indivíduos inseridos na zona de integração, mas que podem perder esse *status* a qualquer momento caso não consigam conectar-se, manter-se ou adaptar-se às flutuações da demanda social no mercado de trabalho (Castel, 1994, 1998). Com efeito, se o indivíduo que estiver inserido na *zona de integração* não possuir condições de se investir em si mesmo e criar, incessantemente, seu código de visibilidade social, provavelmente cairá para a *zona de vulnerabilidade* e, conseqüentemente, para a *zona de desfiliação*, pois, segundo Castel, na atual dinâmica da sociedade a zona de integração se fratura, a zona de vulnerabilidade está em expansão e alimenta continuamente a zona de desfiliação.

O resultado desse processo de desfiliação desenvolve, conforme salientado, um *individualismo negativo* porque o indivíduo sem dispositivos econômicos e condições pessoais é “convidado” a se retirar forçosamente das configurações sociais de estabilidade devido a sua pouca ou quase nenhuma qualificação profissional, além de contar com a própria sorte, devidamente abandonado, discriminado, sem seguridade e assistência que lhe garanta o mínimo possível em épocas de desespero e turbulências sociais. Nesse contexto, devemos considerar que tanto o *individualismo positivo*, como o *individualismo negativo*, parece não prover garantias concretas quanto a um projeto futuro de estabilidade porque tudo

se torna imprevisível demais e os sonhos ou perspectivas futuras correm o risco de cair em meio ao vazio.

Os reflexos dessa situação parecem incidir de forma avassaladora sobre a subjetividade, gerando, em alguns indivíduos inseridos na zona desfiliação, certa instabilidade sócio-afetiva porque da liberdade conhecem, sobretudo, a falta de vínculos e da autonomia, a ausência total de suportes (Castel, 1998). Nesse sentido, quais alternativas o indivíduo, enquanto ser no mundo, dispõe para enfrentar as adversidades sociais e que refletem em suas vivências afetivas e familiares, gerando um ciclo vicioso que parece condicioná-lo à desfiliação e à perda de referências subjetivas?

Segundo Ehrenberg (1995), um dos recursos disponíveis mais utilizados pelos indivíduos nessas condições é o acesso às drogas (lícitas ou ilícitas) na busca de sensações para fazer face ao sentimento de existir e de ser reconhecido pelo outro, mesmo que ilusória e temporariamente. Nesse caso, as drogas servem, segundo Birman (2000) para mitigar as desesperanças das individualidades, para apaziguar as angústias e as tristezas no desamparo provocado pelo mal-estar na atualidade, pois, a sensação de fracasso, frustração, abandono e impotência num mundo altamente sofisticado, mas órfãos de sentidos humanos, começa a se generalizar em todos os planos existenciais.

Nessa perspectiva teórica apresentada por Castel (1994, 1998), poder-se-ia conjecturar, então, a três configurações representativas para o indivíduo: o indivíduo integrado, o indivíduo vulnerável e o indivíduo desfiliado. O indivíduo da integração seria aquele conectado com as exigências de espetacularização e representado pela caricatura dos *business men* tais como os empresários, as celebridades, os atores famosos e tantos outros. O indivíduo da vulnerabilização, identificado nos *jobless men* seria aquele que se encontra na zona fronteira para a desfiliação em função do desemprego recente, podendo se fragilizar e decair ainda mais quando não puder corresponder com as exigências de espetacularização e

integração social. O indivíduo da desfiliação seria aquele que soçobrou pelo desemprego prolongado e decadência da imagem, representado radicalmente pelos *homeless men*, principalmente nas figuras dos moradores de rua, dos andarilhos e dos trecheiros.

Por essa linha de raciocínio, a sociedade contemporânea poder ser considerada como o espaço da movimentação e da mobilidade por excelência em que a desterritorialização, a provisoriade, a volatilidade e a instantaneidade tornam os espaços do indivíduo um itinerário sem um porto fixo ou estável de ancoragem. As vicissitudes comandadas pela compressão do tempo e do espaço desestabilizam, enfim, as certezas e impulsionam o indivíduo à inquietação no pensamento, tornando a transitoriedade e a descartabilidade uma das características marcantes que grassam a atualidade. Assim, existir no contemporâneo significa estar na superfície e na artificialidade seja no pensamento ou nas diversas formas de relacionamentos interpessoais porque tudo gira em torno do cuidado de si na qual não há mais tempo para o cuidado com o outro.

Nesse contexto, o indivíduo contemporâneo parece estar andando na corda bamba, sem equilíbrio e garantias futuras, sem alternativas concretas de realizações, testado e avaliado a todo o momento, tendo que se manter como pode num cotidiano imprevisível e sobrecarregado de pressões por todos os lados. Em meio a tantas turbulências no espaço social, a única coisa que resta para os desfiliados é contar com a própria sorte numa individualidade negativa ou se aventurar em perambulações a esmo pelas rodovias do país tal como acontece na errância radical dos andarilhos de estrada num cotidiano permeado pela imprevisibilidade, fome e miséria em cada trecho da jornada.

II. ERRÂNCIA E ANDARILHOS DE ESTRADA

O fenômeno da errância na sociedade contemporânea se expressa com maior radicalidade na figura extrema dos andarilhos de estrada: indivíduos que perambulam à pé e sem destino pelas rodovias do país com um saco às costas onde carregam seus poucos pertences (Justo, 1998, 2011; Justo & Nascimento, 2005, 2012; Nascimento, 2004, 2008; Nascimento & Justo, 2000; Peres, 2001, 2002; Justo & Peres, 2005). Adentrar nesse universo e tentar compreender a constituição desse fenômeno não é tarefa fácil dada as condições inóspitas e adversas que os andarilhos enfrentam dia a dia pelas rodovias brasileiras. Sem destino certo, a perambulação constante pelos acostamentos das estradas acaba sendo a sua morada definitiva, o seu lar perene onde a subsistência é improvisada desde um lugar para dormir e se abrigar das adversidades climáticas como o frio, a chuva ou até mesmo as estratégias para conseguir comida e higiene pessoal.

Indubitavelmente, a fome e a sede são os principais desafios a serem enfrentados pelos andarilhos para a sobrevivência. A grande maioria tenta sobreviver através dos trabalhos temporários ou eventuais quando encontram pelo caminho e admitem pedir comida nos postos de combustíveis situados à beira das rodovias apenas em casos de extrema necessidade. Nessas condições, a estratégia mais utilizada é a narração de uma história de vida de caráter dramático e comovente, também conhecida entre eles por *manguieio*, *acharque*, *um-sete-um* que, segundo Brognoli (1997), são gírias utilizadas para pedir dinheiro e comida.

Diferentemente do que ocorre com a maioria dos itinerantes que escolhe o percurso em função das oportunidades de trabalho, a errância do andarilho não determina o trajeto a ser percorrido porque não tem destino certo e definido ao perambular pelas estradas. Nesse caso, não é a busca direcionada do trabalho que determina a rota a ser seguida uma vez que o andarilho segue para lugar nenhum onde a busca pelo trabalho pode funcionar apenas como

uma maneira de se manter sempre em movimento e mesmo quando encontra condições favoráveis para fixar-se, a tendência é abandonar este posto tão logo começa a exigir-lhe a permanência num mesmo lugar (Brognoli, 1997).

Entretanto, a falta de trabalho ou a busca dele parece não ser a única explicação possível para determinar a causalidade da errância e a movimentação do andarilho, pois, além dos fatores sócio-econômicos contribuírem para a ruptura com os nichos sedentários, aspectos de ordem psicológica devem ser considerados na compreensão deste fenômeno. A opção de abandonar o sedentarismo para uma vida mais nômade pode incluir, entre outros fatores, a instabilidade afetiva nos relacionamentos amorosos, a desintegração no núcleo familiar ou simplesmente a busca por uma vida mais livre das imposições sociais (Justo, 1998, 2002, 2011; Justo & Nascimento, 2005, 2012; Nascimento, 2004, 2008; Nascimento & Justo, 2000; Peres, 2001, 2002; Peres & Justo, 2005). Assim, o fenômeno da errância precisa ser analisado como uma causalidade múltipla e complexa e não somente como um determinismo sócio-histórico de um dado contexto cultural. Mas, quais seriam os motivos para a errância radical dos andarilhos de estrada?

A errância na contemporaneidade

Uma das explicações para a impulsão do indivíduo a buscar na “estrada” alguma chance de minimizar tais agruras e sofrimentos estaria relacionada às migrações constantes da família, baixa escolaridade, desqualificação da mão-de-obra, uso abusivo de bebidas alcoólicas, conflitos familiares, bem como a desfiliação e o desejo de aventura (Castel, 1994, 1998, 2008; Justo, 1998, 2011; Snow & Anderson, 1998; Paugam, 1999; Nascimento & Justo, 2000, Justo & Nascimento, 2005, 2012; Nascimento, 2003, 2004, 2008; Peres, 2001, 2002; Peres & Justo, 2005). Desfiliados dos nichos sociais e das redes que conectam os indivíduos entre si, os andarilhos acabam movimentando-se a esmo tanto no plano geográfico como no psicossocial. O que existe à sua volta é a estrada, a transitoriedade, as

idas e vindas dos veículos, os postos de combustíveis, as guaritas de policiais rodoviários, matas, plantações e eventualmente uma casa de moradores da zona rural à beira das rodovias.

Diferentemente do que ocorre na vida sedentária, a repetição regrada pelo cotidiano é quase inexistente na vida desses indivíduos. Cada refeição, banho, uso de álcool e pernoite, por exemplo, se dá em condições diferentes das anteriores, tornando cada ato de realização de uma necessidade, um ato inovador revestido de surpresas, descobertas e também de decepções. O esforço pela sobrevivência acentua-se, ainda, pela labuta individual e solitária, pois, ele vive numa situação de isolamento e rarefação de relacionamentos interpessoais (Justo, 1998, 2011; Nascimento, 2008).

Embora carregando sua história de vida, as lembranças das experiências vividas, o nome e tantos outros legados, a grande referência identitária desses indivíduos é o próprio trecho porque se reconhecem e são reconhecidos fundamentalmente por habitarem esse espaço de trânsito, ou seja, os trechos das rodovias por onde realizam suas perambulações. Compreendido desta maneira, o trecho é o caminho a ser percorrido e se constitui pela andança, movimentação e transitoriedade no espaço relativamente ilimitado e desprovido de pontos de fixação onde tudo é incerto, insólito e fragmentado. Pode se referir, também, a uma alusão à sua casa móvel no sentido de um lugar perenemente habitado que, nesse caso, tal como a carapaça de uma tartaruga, acompanha o indivíduo em suas perambulações pelo país (Justo & Nascimento, 2005).

Nota-se, também, nesses indivíduos, as diferentes faces da presença do movimento como condicionante principal da subjetividade. Para alguns andarilhos, a errância nas estradas significa a conquista da liberdade diante de um sedentarismo aprisionante, à feição da estagnação e estabilidade produzida pela servidão feudal. Para outros, significa a redenção aos imperativos do movimento ditados pela lógica da contemporaneidade. Alguns

se dizem libertos das amarras do sedentarismo, da pressão da vida estabelecida com o emprego, residência e dívidas a pagar; outros se dizem expulsos de uma condição de estabilidade sócio-geográfica e afetiva e condenados à movimentação, desfiliados de qualquer condição mínima de estabilidade e enraizamento (Justo, 1998, 2000, 2002, 2011; Nascimento, 2004, 2008; Nascimento & Justo, 2000; Justo & Nascimento, 2012; Maffesoli, 2001).

Consiste nisso, a originalidade do destino trágico... A continuidade da existência é feita de múltiplos desvios, de bons momentos particulares, de acontecimentos efêmeros, da mistura íntima de perigo e de intensidade. É quando o acaso tem sua parte na existência que começa o trágico. A impermanência das coisas, das pessoas, das relações também revela o acre sabor do nada (Maffesoli, 2001, p. 116).

Esses indivíduos rompem, ainda, com toda a malha da rede social, abandonam os lugares de assentamento e sedentarização (família, trabalho, domicílio e tantos outros) e assumem a errância como forma exclusiva de existência. Tudo o que possuem carregam num saco que levam às costas e mesmo esses pertences mínimos são provisórios, rotativos e descartáveis. No saco, também conhecido por *gogó de ema*, normalmente carregam objetos de uso pessoal tais como uma troca de roupa, um cobertor e uma lona de plástico para se abrigar da chuva, além de prato e caneca de plástico. A expressão *gogó de ema* é uma gíria utilizada pelos andarilhos para designar o saco que carregam, pois, segundo os próprios andarilhos, tal como o papo da ema, o saco também comporta qualquer coisa e está sempre sujo (Justo & Nascimento, 2005).

Outro nome referente ao saco é “*galo*” em alusão à disposição que também sentem para a luta pela sobrevivência, tal como ocorre com os galos de briga quando são colocados nas rinhas e dificilmente portam quaisquer objetos de valor pessoal como uma lembrança ou mesmo um objeto de uso pessoal que possa ter algum sentido especial. Na estrada, tudo se torna volátil, efêmero e transitório na vida desses indivíduos: os objetos que usam, os lugares por onde passam, as pessoas com as quais mantém algum contato e tudo o que está a sua

volta. Muitos se desfazem até mesmo dos documentos pessoais, considerados inúteis para uma realidade radicalmente adversa, incerta e imprevisível (Nascimento, 2008; Maffesoli, 2001; Aragão, 1997).

A figura emblemática do momento leva a uma identidade em movimento, uma identidade frágil, uma identidade que não é mais, como foi no caso da modernidade, o único fundamento sólido da existência individual e social. A vida errante é uma vida de identidades múltiplas e às vezes contraditórias. Identidades plurais podendo conviver seja ao mesmo tempo seja, ao contrário, sucessivamente (Maffesoli, 2001, p. 118).

Mediante algumas pesquisas já realizadas com esses indivíduos, pudemos compreendê-los a partir de três subgrupos distintos: *os migrantes*, população que se encontra em trânsito e que migra de uma cidade à outra em busca de trabalho sem se deslocar a pé pelas estradas; *os trecheiros*, população que circula pelas rodovias, de cidade em cidade a pé, sobrevivendo de trabalhos temporários e de eventuais ajudas filantrópicas e *os andarilhos de estrada*, população que vive perambulando exclusivamente pelos acostamentos das estradas, sem destino, isolados e distantes de qualquer contato com as redes de assistência social, recorrendo a elas somente em casos de extrema necessidade (Justo, 1998, 2002, 2011; Nascimento, 2004, 2008).

A errância dos andarilhos difere, ainda, de outro subgrupo característico das cidades: trata-se dos *mendigos* que normalmente perambulam pelas cidades e permanecem nelas por longos períodos. Geralmente reúnem-se em praças públicas e são mais gregários até pela condição de habitarem as cidades e compartilharem juntos, o uso de bebidas alcoólicas com maior frequência. Fundamentalmente, o que difere os *mendigos* dos errantes de um modo geral é o caráter de permanência no espaço urbano, ao passo que tanto os *migrantes*, os *trecheiros*, como os *andarilhos de estrada* sempre se encontram em movimento de um lugar a outro em busca de trabalho e se submetendo, às vezes, à mendicância como última alternativa de sobrevivência.

De acordo com Justo (1998) predomina na vida errante o estreitamento da sociabilidade e o enfraquecimento dos relacionamentos interpessoais. Apesar do isolamento social, parte dos *trecheiros* ainda mantém vínculos com os familiares e fomenta o sonho de retornar ao sedentarismo, conseguir moradia, emprego fixos e reconstituir famílias. Outros, os *andarilhos de estrada*, pela renúncia total com a vida sedentária, distanciaram-se completamente de quaisquer vínculos interpessoais intermediados pelo trabalho, pelas demandas afetivo-emocionais e refugiaram-se no isolamento e na solidão.

Outra definição para o fenômeno da *errância* pode ser encontrada na tipologia dos *outsiders* proposta por Snow e Anderson (1998) e se refere à condição de estar permanentemente e por imputação colocado fora das disposições estruturais de um dado sistema social, ou “[...] de estar situacional ou temporariamente excluído, ou de voluntariamente se excluir do comportamento de membros que têm status e função dentro daquele sistema... são pessoas para quem o passado e o futuro se aniquilam no presente” (p.101).

Entretanto, discordamos com a definição apresentada por esses autores no que se refere ao desejo de o indivíduo “[...] voluntariamente se excluir do comportamento de membros que têm status e função dentro daquele sistema...”, pois, parece evidente que na cultura do narcisismo a necessidade de estar incluído e reconhecido na sociedade do espetáculo impulsionam todos a sonharem com o pertencimento e prosperidade pessoal porque vivemos numa sociedade capitalista onde a busca pelo conforto e ostentação pessoal modela os modos de ser e viver. Desse modo, o problema da “exclusão” tal como assinalam os autores acima, não pode ser compreendido aqui como um rompimento definitivo do indivíduo com as estruturas sociais porque todos estão inseridos na sociedade.

Alguns fatores contribuem para este fenômeno complexo na sociedade contemporânea e, dentre eles, poderíamos destacar os impactos macroeconômicos da

globalização, a substituição do trabalho humano pelas sofisticadas maquinarias tecnológicas, o desemprego, desavença conjugal, vida familiar instável e uso abusivo de álcool (Snow & Anderson, 1998; Paugam, 1999; Nascimento & Justo, 2000; Nascimento, 2004, 2008). Dupas (1999) considera que a produção global não invade apenas o universo macrossocial, mas, também, a esfera individual ao modificar valores e padrões há muito sedimentados, estando aí uma das principais raízes do sentimento de insegurança que começa a se generalizar e fortemente ligado às mudanças acarretadas no mercado de trabalho.

Esses acontecimentos tornam-se cruciais para determinados indivíduos que, após várias tentativas fracassadas de se (re)integrarem na sociedade, se veem obrigados a viverem numa situação de isolamento permeados pela desqualificação social. Assim, os “desfiliados” são indivíduos que podem estar à beira de um “abismo” que ameaça a se desmoronar devido às condições cruciais impostas pela economia de mercado na qual o mundo do trabalho para eles parece se apresentar de maneira altamente hostil.

[...] se utilizam, *larga manu*, métodos cruéis contra nossos concidadãos, a fim de excluir os que não estão aptos (os velhos que perderam a agilidade, os jovens mal preparados, os vacilantes...): estes são demitidos da empresa, ao passo que dos outros, dos que estão aptos... exigem-se desempenhos sempre superiores em termos de produtividade, de disponibilidade, de disciplina e de abnegação. Somente sobreviveremos, dizem-nos, se nos superarmos e nos tornarmos ainda mais eficazes que nossos concorrentes (Dejours, 1999, p. 13).

Dejours (1999) acrescenta, ainda, que o desemprego prolongado e a desqualificação são resultados de um processo social que favoreceu o desenvolvimento da tolerância à injustiça mediante uma postura de adversidade e resignação infligidas a esses indivíduos, além da ausência de mobilização política por parte do Estado e também dos concidadãos. Trata-se ainda, segundo o autor, de um posicionamento ético entre sofrimento e injustiça caracterizado pela atenuação das reações de indignação e indiferença ao sofrimento alheio, culminando, por fim, numa naturalização ou banalização da injustiça social.

Nossa hipótese consiste em que, desde 1980, não foi somente a taxa de desemprego que mudou, e sim *toda a sociedade que se transformou qualitativamente*, a ponto de não mais ter as mesmas reações que antes. Para sermos mais precisos, vemos nisso essencialmente uma evolução das reações sociais ao sofrimento, à adversidade e à injustiça. Evolução que se caracteriza pela atenuação das reações de indignação, de cólera e de mobilização coletiva para a ação em prol da solidariedade e da justiça, ao mesmo tempo em que se desenvolveriam reações de reserva, de hesitação e de perplexidade, inclusive de franca indiferença, bem como de tolerância coletiva à inação e de resignação à injustiça e ao sofrimento alheio (Dejours, 1999, p. 23 – grifo do autor).

Paugam (1999), ao analisar o processo de desqualificação social no mundo contemporâneo acentua que o elevado nível de desenvolvimento econômico associado a uma forte degradação no mercado de trabalho contribuiu, sobejamente, para o enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. Segundo esse autor, a sociedade contemporânea pode ser caracterizada, do ponto de vista do trabalho e da injustiça, como uma sociedade pautada pela banalização, cuja consequência é o aumento da *desqualificação social* para os trabalhadores desempregados e menos capacitados profissionalmente. Assim, o conceito de desqualificação social, “[...] caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população...” (Paugam, 1999, p. 68). Os reflexos dessa situação podem ser apreendidos pelos indivíduos como um fracasso pessoal e profissional e interpretados por eles como sinais de inferioridade quando são obrigados a pedir socorro aos serviços sociais.

Se, pela forças das circunstâncias, são obrigados a pedir socorro aos serviços sociais, a inferioridade conferida por esta situação é tão insuportável que preferem manter distância dos assistentes sociais. Consideram a necessidade de recorrer às redes de assistência como uma renúncia ao “verdadeiro” status e como uma perda progressiva de identidade (Paugam, 1999, p. 73-74).

Segundo o autor, o resultado desses acontecimentos, na vida muitos indivíduos, podem contribuir para a ruptura dos vínculos sociais em que a crescente marginalidade e a miséria são sinônimas de dessocialização. Os indivíduos assim constituídos perderam emprego, moradia e acumularam inúmeros problemas sociais - principalmente a ausência de

relações estáveis com a família - que podem acelerar o processo de enfraquecimento e ruptura social, além de contribuir para a ascensão da errância como possibilidade de camuflar o sentimento de inferioridade que tal situação de ruptura evidencia, pois, “[...]sem esperanças de encontrar uma saída, os indivíduos sentem-se inúteis para a coletividade e procuram o álcool como meio de compensação para a sua infelicidade” (Paugam, 1999, p. 76).

Tal processo de enfraquecimento e ruptura social apresentado por Paugam (1999) parece estar presente, também, nos indivíduos que se encontram na condição de andarilhos. Segundo Justo (2002), a condição do andarilho comporta uma diversidade de situações pessoais e boa parte dos indivíduos que vivem nessa condição se desloca a pé pelas estradas em busca de trabalho por não possuir recursos para outro tipo de deslocamento. Eventualmente, mendigam pelo caminho como último recurso de subsistência e sem condições de pertencerem ao ideal de sociabilidade preconizado pela cultura do espetáculo (a maioria possui pouca qualificação profissional), sintetizam, em si mesmos, as consequências do processo de desqualificação e desfiliação social numa sociedade que banaliza e responsabiliza o indivíduo por suas próprias ações, embora esse processo não seja a única análise possível para a determinação da causalidade da errância.

Sejam quais forem as condições que possibilitam sua compreensão, devemos considerar que se trata de um fenômeno complexo, multifacetado e inter-relacionado com outros aspectos, tais como: o social, o histórico, o econômico, o cultural e o psicológico. Evidentemente, o desemprego, a desqualificação profissional e a falta de oportunidades no mercado de trabalho são apenas a constatação mais visível da sociedade atual, porém não determinam ou condicionam, *stricto sensu*, a perambulação errática do indivíduo como último recurso de existência, pois, nem todos que perdem o emprego estável ou se encontram

desqualificados para as exigências do mundo globalizado se tornam potencialmente errantes. Outros fatores, conforme já apontamos, interagem nessa complexa dinâmica rumo a errância, como as migrações constantes da família ao longo da vida, a morte dos pais, a falta de apoio dos demais familiares em época de crise e os desentendimentos conjugais (Snow & Anderson, 1998; Paugam, 1999; Nascimento, 2004, 2008; Justo, 2011; Nascimento & Justo, 2000; Justo & Nascimento, 2012; Peres, 2001, 2002; Peres & Justo, 2005).

Nesse contexto extremamente precário, parece não haver, portanto, espaço para se pensar as questões cruciais da desfiliação e da marginalidade social que são colocadas em segundo plano e banalizadas pela cultura das aparências que particulariza e subjetiviza as ações do indivíduo sem considerar a participação do outro no processo de construção social. Desse modo, a errância pode ser apenas a constatação ou a confirmação de uma sociedade corroída em si mesma pela própria necessidade que o indivíduo tem de singularizar-se e distinguir-se dos outros através do espetáculo de si. Desfilado e ignorado, também, pelas políticas sociais do governo, resta aos andarilhos a perambulação constante e ilimitada pelos acostamentos das rodovias numa realidade minada pela individualidade negativa, na qual o álcool, na maioria das vezes, é utilizado como uma alternativa viável para a manutenção dos próprios conflitos pessoais.

Andarilhos e modos de sobrevivência

Os modos de sobrevivência dos andarilhos na estrada estão relacionados com a necessidade de pedir comida nas lanchonetes localizadas nos postos de combustíveis em momentos de extrema necessidade na qual o uso de álcool é um fator determinante de encorajamento nessa situação¹. O uso de álcool no cotidiano de vida desses indivíduos está relacionado, ainda, à necessidade de esquecer problemas do passado tais como a morte dos

¹ Para maiores detalhes a respeito desse assunto, sugerimos nossa publicação intitulada: **Nomadismos contemporâneos: um estudo sobre errantes trecheiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

pais, a infidelidade da esposa ou parceira fixa, fracassos profissionais, além de possibilitar maior encorajamento para pedir comida em momentos de fome (Brognoli, 1997; Nascimento & Justo, 2000; Nascimento, 2004, 2008). Nesse caso, podemos considerar que o álcool torna-se um dos traços definidores desse modo de vida por está presente em quase todas as situações, seja no percurso solitário, seja na companhia de outros quando cruzam sua trajetória, ou, ainda, nas eventuais reuniões em praças públicas quando adentram, eventualmente, alguma cidade.

Nas rodovias, conhecida por eles como trecho, a socialização em torno da bebida ocorre esporadicamente e funciona, nesse caso, como estratégia para o andarilho obter algum tipo de informação referente a trabalho em outras localidades que oferecem uma empregabilidade eventual e sazonal. Via de regra, porém, é mais comum a utilização da bebida individualmente porque as pequenas grupalizações em torno dela provocam algumas desavenças entre eles, tais como agressões físicas, mortes por disputa de mulheres do trecho, estando aí uma das possíveis explicações para as restrições dos relacionamentos interpessoais e a preferência por andar sempre sozinho (Nascimento & Justo, 2000). Vale ressaltar que é raríssimo encontrar mulher caminhando pelas rodovias e uma das explicações possíveis encontra-se no fato delas serem mais afiliativas do que os homens e apresentarem mais interesse em ajudarem umas às outras em condições adversas no sentido de não perder os laços sociais (Morris, 1998).

O uso de álcool funciona, ainda, como possibilidade de fugir das angústias e adversidades do presente por trazer certo alívio provisório e momentâneo para esses indivíduos, tornando, definitivamente, uma alternativa que encontram para lidarem com uma realidade totalmente precária, podendo servir, também, como isolamento contra outras agressões psíquicas e com isso criar ilusões de autonomia pessoal e bem-estar (Snow & Anderson, 1998). Essas ilusões podem ser compreendidas se articularmos a *errância* com

conceito do *indivíduo incerto* que utiliza algumas “técnicas de construção de si” para a manutenção da própria sobrevivência (Ehrenberg, 1995). Segundo este autor, o indivíduo incerto é aquele que experiencia a instabilidade sócio-afetiva intermediadas pelas pressões sociais em nome da competitividade e excelência individual e que se sente impotente e repleto de incertezas diante de tais solicitações.

No caso específico dos andarilhos, a falta de trabalho e os desentendimentos familiares seguidos de pressões e frustrações pessoais, determinam as incertezas e impotências frente à realidade e, conseqüentemente, o abandono do sedentarismo. Nessas circunstâncias, a bebida alcoólica pode ser utilizada pelo andarilho como uma das “técnicas de si” e possibilitar, também, uma alternativa viável e mais econômica para o rompimento temporário de suas angústias e ansiedades provocadas por esse modelo de subjetivação proposto pela cultura do narcisismo e sociedade do espetáculo (Lasch, 1983; Debord, 1991).

Visto desta forma, o uso de álcool seria, conforme Ehrenberg (1995), uma das soluções possíveis que o andarilho encontraria para “[...] aumentar o sentimento de existir por si mesmo... numa subjetividade em guerra com ela mesma, incapaz de dominar as tensões interiores... e evitar a experiência de individualidade...” (p. 64). Nesse sentido, trata-se de uma *individualidade negativa* porque o indivíduo errante está situado numa zona de incertezas e instabilidades, na qual o álcool aparece, momentaneamente, como um recurso para a manutenção de si, além de um encorajador para solicitar comida em situações extremas de fome (Nascimento, 2004, 2008; Nascimento & Justo, 2000).

Vale destacar, também, a presença bastante comum de trecheiros e andarilhos com pensamentos delirantes de si e do mundo em suas vivências pelas rodovias tais como: alucinações visuais e auditivas, delírios megalomaniacos e imaginações conspiratórias (Justo & Nascimento, 2005). Alguns apresentam, ainda, delírios derivados do uso prolongado de álcool ao longo dos anos que nos manuais clássicos de psiquiatria se enquadra como psicose

alcoólica. Apesar de não termos clareza se tais vivências delirantes sejam provenientes do abandono ou do descuido familiar, algumas pesquisas indicaram pelo menos que o processo de desestruturação sócio-psicológico de algumas famílias tem contribuído para muitos desses indivíduos viverem seus delírios pelas estradas sem a interferência do saber médico ou das conotações pejorativas do senso comum (Nascimento, 2008; Justo & Nascimento, 2005, 2012; Justo, 2000).

A esse respeito, Snow e Anderson (1998) apontam que o delírio errante pode até ser bastante funcional quando o indivíduo se encontra num ambiente aviltante e desumano marcado pela atenção negativa ou privação de atenção, pois, “[...] afinal de contas, se raramente você é o destinatário de qualquer atenção positiva ou é completamente ignorado, criar e se isolar numa realidade privada que lhe dá percepções privilegiadas e status especial pode ser mais adaptativo do que parece à primeira vista” (p. 340). Evidentemente, esses indivíduos acometidos por ideias delirantes se distanciam de seus pares e se refugiam na solidão da estrada para viverem seus pensamentos isolados numa realidade alternativa, sem o questionamento e o controle de suas crenças pelos outros. A rodovia pode ser compreendida, também, como um lugar habitável e passível para a manifestação do delírio em códigos cujas decifragens são impossibilitadas, às vezes, pelas condições instáveis da movimentação e do próprio desenraizamento psicossocial do indivíduo (Justo, 1998; Justo & Nascimento, 2005, 2012).

Contudo, seja pela total desqualificação social ou exigência de mobilidade psicossocial e geográfica, o mundo errante se constitui pela constante movimentação para lugar algum. Ao considerarmos a errância como um território de deslocamento espacial do indivíduo no contemporâneo, poder-se-ia articulá-la com o conceito de “*não-lugar*”, tal como assinala Marc Augé (1994). Segundo a definição deste autor, o não-lugar é

caracterizado pelo imprevisível, provisório, efêmero, anônimo, circulante, não habitado de maneira estável, enfim, o não-lugar é o espaço em trânsito, local por excelência do viajante, do transeunte, dos andarilhos, local também da inquietude, da solidão e, especialmente, do despojamento e da flutuação da identidade.

Difere, portanto, do conceito de *lugar* que, segundo Giddens (1991), “[...] é melhor conceituado por meio da ideia de localidade, que se refere ao cenário físico da atividade social como situado geograficamente” (p. 27). Assim, a condição de transeunte ou de passageiro seria a característica principal da atualidade onde a tendência é a de transformar cada vez mais os espaços de trânsito em lugares habitados, como ocorre, por exemplo, com a presença cada vez maior do indivíduo nas ruas, nas vias de transporte (aéreas, marítimas e terrestres), nos hotéis, nos shopping centers e nas redes sociais de comunicação.

Nessa perspectiva, o espaço social pode ser considerado como o espaço da movimentação e da mobilidade em que a desterritorialização e a provisoriedade torna a errância um itinerário sem um porto fixo ou estável de ancoragem. As vicissitudes comandadas pelo desenraizamento sócio-geográfico desestabilizam, enfim, as certezas e impulsionam o indivíduo à inquietação no pensamento, tornando a transitoriedade uma característica marcante da atualidade.

Assim, o andar compassado e sem pressa, as imprevisibilidades no trajeto a ser percorrido e o descanso em lugares improvisados como as matas ou o fundo de uma borracharia nos postos de combustíveis, torna-se uma rotina na vida de quase todos os andarilhos de estrada. Daí a importância que as instituições assistenciais ocupam para boa parte desses indivíduos que recorrem aos seus serviços em momentos de extrema necessidade. Entretanto, o que o serviço social tem feito em relação à vida desses indivíduos? Como se fundamenta sua prática? É o que veremos a seguir.

III. SERVIÇO SOCIAL E SUBMISSÃO

O objetivo desse capítulo é delimitar alguns conceitos que caracterizam a prática do serviço social no trabalho com populações desprovidas das condições mínimas de existência e articular com a errância dos andarilhos de estrada, embora nenhuma publicação específica sobre esse assunto foi encontrada na revisão da literatura. O nosso interesse nesse tópico é a história da assistência social e as análises críticas desenvolvidas por alguns autores dessa área de conhecimento que possibilitarão compreendê-la desde uma abordagem caritativa até sua inserção nas políticas públicas da atualidade para podermos captar os olhares de dirigentes e profissionais que atuam nessas instituições.

A presença do serviço social, como prática caritativa, parece ter emergido e se desenvolvido a partir da concepção monoteísta defendida por Moisés desde os tempos remotos da fuga do Egito em busca da terra prometida, conforme destaca Vieira (1989). Nesse período, segundo a autora, a caridade estava associada com o conceito de “auxílio ao próximo” que ainda hoje se encontra presente em algumas instituições filantrópicas fundamentadas na moral do cristianismo. Assim, a autora destaca algumas passagens bíblicas² no velho testamento que ilustram essa ideia de auxílio ao próximo desde as regras para auxiliar os pobres e escravos até a prática da caridade propriamente dita.

Vieira (1989) considera, ainda, que a concepção hebraica de serviço social como auxílio ao próximo está relacionada com a própria história de sofrimento do povo judeu nos tempos de escravidão no Egito e a prática da caridade servia, então, como um alerta para cada indivíduo lembrar o preceito de fazer o bem a quem quer que seja para, caso precisasse, ser auxiliado e não sofrer a punição divina. Nessa época era comum, segundo a autora, a crença que Deus castigava duramente os que não observavam esses princípios de auxílio aos pobres e necessitados. Todavia, conforme salienta a autora, com a evolução dos costumes e

² Para nível de curiosidade, a autora cita algumas passagens bíblicas sobre esse assunto principalmente em Deuterônimo (capítulos 15, 17, 18 e 22).

ascensão do cristianismo como religião oficial de Roma a partir do século III com o Imperador Constantino, a noção de caridade e auxílio ao próximo adquire outra concepção uma vez que os ensinamentos morais de Cristo colocavam a igualdade dos homens perante Deus onde todos são considerados irmãos.

Nesse sentido, a moral cristã abandona a ideia de um Deus vingativo ou punidor na moral hebraica e individualiza o homem como único responsável por suas ações na natureza onde a doença e a pobreza não constituem mais um castigo divino, mas uma provação da qual se pode obter mérito na vida espiritual quando bem suportadas com coragem e resignação e, na medida do possível, na prática da caridade³. A caridade torna-se, então, o princípio fundamental da moral cristã e a partir dela a Igreja durante toda Idade Média, associada com a classe burguesa, passa a administrar todas as obras de assistência aos pobres e necessitados nos mosteiros onde também funcionavam os dispensários, hospitais, leprosários, orfanatos e escolas que, posteriormente, nos séculos XIII e XIV, ficaram a encargo das grandes ordens religiosas.

Entretanto, no final do século XV, o Renascimento emerge como um período de novos horizontes propiciando o desenvolvimento da ciência, a descoberta de novos continentes, além de enfraquecer o sistema feudal vigente e a dominação religiosa da Igreja na qual a Reforma Protestante sob o comando de Martinho Lutero, alforria o homem da submissão dos mitos sobrenaturais e sagrados, delegando-lhe o domínio sob a razão e a linguagem. A partir da Reforma Protestante, a pobreza passa a ser vista não como uma provação, mas como um fenômeno social resultado dos processos de transformação histórica na qual a sociedade tem o dever de assistir os mais necessitados e carentes.

³ Dentre as várias passagens no Novo Testamento, Vieira (1989) destaca: “bem-aventurados os misericordiosos porque eles próprios obterão misericórdia” (Mateus, 5:7) e “ainda que eu falasse a língua dos homens e dos anjos e não tivesse caridade, seria como o metal que soa ou como o sino que tine” (I Coríntios, 13:1-8).

Segundo Vieira (1989), foi com Jean Jacques Rousseau que nasceu a chamada filantropia, ou seja, a caridade secularizada e apartada dos conceitos religiosos onde o auxílio ao próximo se torna um dever de solidariedade de cada cidade. Merece destaque nesse período a figura de Vicente de Paulo pelo desprendimento e dedicação no cuidado aos pobres, além de fundar em 1617 a conhecida organização assistencial “Damas de Caridade”. Segundo Vieira (1989), Vicente de Paulo talvez tenha sido o único sacerdote católico que se absteve das vinculações políticas da Igreja com a classe burguesa dominante e seu trabalho de cuidados aos pobres foi realizado pelo simples fato de vivenciar os preceitos da moral do cristianismo.

Vieira (1989) comenta, ainda, que nesse período havia uma preocupação intensiva de eliminar a pobreza e a mendicância das ruas e os chamados “estrangeiros” (indivíduos de outras localidades do mesmo país) no burgo eram devolvidos à suas cidades de origem porque começava um movimento de intervenção do Estado na assistência aos miseráveis. Vale destacar, também, que a prioridade de assistência nesse período eram os velhos, os doentes, as viúvas e os órfãos que não possuíam famílias ou parentes a quem socorrer. Havia, também, uma discriminação em relação aos demais que padeciam de certas necessidades porque a miséria e a fome, consideradas defeitos morais, também acometiam pessoas comuns e abandonadas nas ruas.

Os que estão em boas condições de saúde e não trabalham ou não querem trabalhar, assim como os alcoólatras, mães solteiras, prostitutas, ladrões, viciados, são considerados criminosos que merecem punição e não ajuda. Durante longo tempo, haverá uma discriminação entre os que deviam ou não ser ajudados: os clientes “merecedores” e os “não interessantes”, discriminação essa que vai perdurar até o começo do século XX (Vieira, 1989, p. 33).

Os critérios de assistência social nesse período levava em consideração o merecimento do indivíduo e dependia, evidentemente, da boa vontade daqueles que intervinham nas ações de caridade. A impressão é que parecia haver medidas enérgicas

contra a mendicância “profissional” daqueles considerados relativamente saudáveis. Isso nos leva a conjecturar que muita das práticas presentes em algumas instituições assistenciais da atualidade ainda preserva essa herança de conter a presença da mendicância nas ruas e colocar os indivíduos nessas situações em perambulações para outras localidades com o propósito de higienizar a cidade contra o mal-estar que a miséria suscita no senso comum (Nascimento et al. 2009).

Contudo, no século XVI, com o surgimento da Reforma Protestante e uma configuração política conhecida na história como “despotismo esclarecido”, começa outra etapa da caridade com a intervenção do Estado⁴ que até aquele momento delegava essa função à esfera privada e religiosa. Nesse período, o Estado começou a se interessar pelo bem-estar social devido ao grande aumento da mendicância como profissão que acarretava certo desequilíbrio sócio-econômico e colocava o domínio das elites em constantes conflitos com a população que precisava ser contida por meio de atitudes repressivas na qual as práticas assistencialistas serviam apenas para ludibriar as revoltas das massas. De acordo com Donzelot (1986), a pobreza suscitada nesse período em função do crescimento urbano fez com que o Estado delegasse ao chefe de família a responsabilidade de cuidar de seus membros a fim de serem assistidos em momentos de crise a partir de parcerias mútuas que estabelecia obrigações e deveres.

Isso exigia do chefe de família, além de garantir a fidelidade à ordem pública daqueles que dela fazem parte, fornecer uma contribuição em imposto, em corveias e em homens para formação das milícias de modo que a desvinculação do indivíduo a uma família colocava um grave problema de administração pública nas quais mendigos e vagabundos por estarem desconectados do aparelho social desempenhavam o papel de perturbadores da ordem nesse sistema de proteções e obrigações (Donzelot, 1986). Conforme o autor, esse

⁴ Estado é compreendido aqui como o equivalente à Nação.

problema levou o Estado construir hospitais gerais para reter esses indivíduos a fim de colocá-los fora do jogo social para apaziguar o escândalo constituído pelo espetáculo desses elementos sem controle, demarcando, assim, uma forma indireta de discriminação nesse período.

A construção dos Hospitais Gerais respondia, entre outras razões, ao desejo explícito de fornecer às famílias pobres um meio de coerção contra seus membros indisciplinados. Cedo, os administradores desconfiam que as famílias usam essas muralhas muito mais para se livrarem de suas bocas inúteis, de seus mutilados, do que para dar uma lição saudável e momentânea aos indomados da ordem social (Donzelot, 1986, p. 52).

Entretanto, o autor destaca, ainda, que esse mecanismo aparentemente sem falhas se tornou inadequado no decorrer do século XVIII porque a família perdeu o domínio dos elementos a ela subordinados e isso fez com que o Estado arcasse com o número considerável de pobres a perambular pelas ruas da cidade solicitando auxílio ou organizando bandos para semear a desordem e a praticar a pilhagem nas regiões agrícolas. Conseqüentemente, isso levou o Estado a tomar outras medidas de contenção para o problema do pauperismo porque o aumento gradativo de indigentes exigia a reorganização do corpo social e isso proporcionava repugnância para aqueles socialmente integrados com a força produtiva de trabalho junto ao sistema político vigente.

Com o aumento do pauperismo que se alastrava por quase toda a Europa, a discriminação pelos considerados indigentes e vagabundos desse período era de forma dissimulada justamente para não incitar a revolta generalizada e colocar o poder do Estado em situação embaraçosa com essa população cuja alternativa encontrada para manobrar tais conflitos perigosos foi delegar à filantropia do século XIX, a missão de assistir aos mais necessitados através de estratégias despolitizantes. Segundo Donzelot (1986), tais estratégias incluíam planejamentos liberais remetendo para a esfera privada as demandas de ordem pública através de conselhos e ensinos de virtudes relacionadas à poupança - porque a pobreza era interpretada como falta de moralidade - e planejamentos higienistas no sentido

de afastar os riscos de aniquilação social através do enfraquecimento físico da população e sua conseqüente recorrência ao Estado visando garantir os mínimos necessários para a própria subsistência.

Em primeiro lugar há o *pólo assistencial*... que utiliza o Estado como *meio formal* de divulgar certo número de conselhos e preceitos de comportamento a fim de transformar uma questão de direito político em questão de moralidade econômica... Em segundo lugar há o *pólo médico-higienista* que não visa refrear uma demanda inflacionista do papel do Estado, mas, ao contrário, utilizá-lo como *meio material* de conjurar os riscos de destruição da sociedade através do enfraquecimento físico e moral da população, do surgimento de lutas, de conflitos que marcariam o livre agenciamento das relações sociais com o ferrete de uma violência política que ameaçaria aniquilar o que o Estado tem como simples missão garantir (Donzelot, 1986, p. 56 – grifos do autor).

A partir da intervenção do Estado nas práticas de caridade, novas organizações para a assistência social se estabeleceram no século XIX onde a Revolução Francesa e a filosofia iluminista tiveram um papel fundamental na configuração do mundo. Segundo Vieira (1989), a assistência social nesse período necessitava de novas estruturas organizacionais porque com o crescimento das indústrias e o desenvolvimento tecnológico, endossada pela política econômica do *laissez-faire*, surgia a classe de assalariados engolida pela ascensão do capitalismo.

Conforme nos esclarece essa autora, a organização de assistência social que mais se destacou nesse período foi a “Sociedade Vicentina” pautada nos escritos deixados por Vicente de Paulo em séculos anteriores cuja expansão chegou até os Estados Unidos e influenciou uma das maiores organizações de serviço social daquela época: as *Catholic Charities* que resultou, posteriormente, na criação do primeiro curso de serviço social na Universidade de Columbia em 1898. No início do século XX entra em cena a participação das entidades internacionais que procuraram levar os diferentes países a um consenso sobre a noção de ajuda, denominada agora de *serviço social*.

Dentre as várias entidades internacionais, Vieira (1989) aponta como as mais importantes a União Social Católica de Serviço Social, a Conferência Internacional de

Serviço Social e a Organização das Nações Unidas. A partir desse momento, inicia-se uma nova configuração do serviço social que resultaram, posteriormente, mediante vários congressos internacionais, a elaboração dos órgãos representativos responsáveis pela regulamentação da profissão e a criação do Conselho Federal de Assistência Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social no início da década de 1960.

Nesse breve retrospecto histórico, podemos observar que o serviço social transformou-se, ao longo dos séculos, de uma prática caritativa fundamentada na moral do cristianismo nos períodos da antiguidade e Idade Média para uma prática assistencialista fundamentada na racionalidade científica no início do século XX sob a influência do positivismo. Assim, a caridade, inicialmente considerada como dever por submissão às leis divinas na civilização hebraica, passou a ser uma virtude de salvação na moral do cristianismo e um dever de solidariedade ou assistencialismo na sociedade laica. Conforme destaca Vieira (1989), a pobreza e a miséria presentes desde a época da antiguidade passou a ser considerada comum na Idade Média e, pela sua expansão nas épocas seguintes, tornou-se um problema de administração pública que proporcionou o surgimento do serviço social como disciplina especializada do saber à mercê da classe dominante. E no Brasil? Como surgiu o serviço social em nosso país?

O Serviço Social no Brasil

As raízes do serviço social no Brasil parecem ter também uma estreita vinculação com as práticas religiosas da “Companhia de Jesus” introduzidas desde os primórdios da descoberta pelos portugueses no século XVI. Coube aos jesuítas, como José de Anchieta e Manuel de Nóbrega, por exemplo, a incumbência de auxiliar, assistir e catequizar os índios que aqui vivam *in natura* e numa organização mítica onde os elementos da natureza eram todos sacralizados. Da época do descobrimento até o advento da República pouca coisa se transformou nas práticas de caridade cristã no sentido de obras assistenciais devido à

autossuficiência das propriedades rurais e da agricultura canavieira dos senhores de engenho que mantinham na colônia, capelas para celebração de missas, pequenas escolas para a alfabetização onde o padre *desasnavava*⁵ os meninos, constituindo, assim, uma organização familiar segundo as normas clássicas do direito canônico introduzida pelos jesuítas. Nesse período, as grandes fazendas canavieiras formavam uma sociedade em si mesma e agregava todos que ali viviam num sistema de patriarcado que perdurou até início do século XIX com a abolição da escravatura (Holanda, 1969).

O século XIX marca, ainda, a emigração de algumas famílias rurais e alforriadas para as cidades atraídas pelo surgimento das pequenas indústrias e pelo trabalho assalariado, culminando, assim, com a expansão urbana. O crescimento das cidades propiciou uma nova participação da Igreja com a construção de escolas para as classes populares sem a participação intervencionista do Estado que somente se preocupava com a administração política e econômica. Segundo Vieira (1989), o Estado só começaria a participar da abertura de escolas e colégios públicos com a chegada da Família Real que trouxera consigo as primeiras legislações e estruturas funcionais de administração. A autora comenta, ainda, que em todo esse período, uma das características que marcava a cultura brasileira era o sistema de ajuda e filantropia proporcionada pelas congregações religiosas.

Nesse período havia, segundo a autora, vários tipos de ajuda: a ajuda mútua ou mutirão onde um grupo de vizinhos ajuda outro grupo que retribuía a gentileza quando o primeiro precisasse; a ajuda coletiva visando a execução de trabalhos necessários à comunidade e a ajuda aos desamparados caracterizada pela assistência aos que não tinham ninguém por si através de esmolas dadas nas igrejas, nas “casas de expostos” onde se concentravam velhos, enfermos e crianças órfãs, além das Santas Casas de Misericórdia (fundadas em Portugal por Frei Miguel de Contreiras em 1498). Vieira (1989) esclarece que

⁵ Conforme o dicionário do Aurélio, esse termo significa: “tirar da ignorância, ensinar”.

a finalidade das santas casas era exercer a caridade aonde houver dor moral ou física a socorrer pautada nos ensinamentos da moral cristã.

As Santas Casas constituíam sempre uma característica das cidades brasileiras até a República. Quando se fundava uma cidade tratava-se logo de levantar uma Capela e uma Santa Casa... Os serviços médicos eram prestados gratuitamente e a enfermagem confiada às religiosas (Vieira, 1989, p. 136).

Conforme podemos observar, as práticas caritativas no Brasil do século XVI ao XIX não divergiam das práticas adotadas nos países europeus uma vez que foi a influência religiosa que deu origem ao serviço social como ciência no século XX. Assim, podemos concluir que a assistência social contemporânea teve sua origem na moral do cristianismo como prática de caridade e amor ao próximo e as santas casas procuravam seguir os exemplos de Jesus Cristo que curava os leprosos gratuitamente. Entretanto, Martinelli (2001) destaca que por trás do véu caritativo da Igreja, sempre havia uma aliança política com a classe dominante do país com o objetivo de conter as rebeldias das classes populares e perpetuar o poder da burguesia.

As grandes transformações para o serviço social ocorreram no século XX, período no qual a prática *caritativa* que fundamentava o exercício da assistência aos pobres e doentes numa abordagem eminentemente cristã perde espaço para a implantação da prática *preventivista* que consolidou o serviço social como “ciência” e profissão a partir da década de 1960. Mais uma vez, recorremos a Vieira (1989) para salientar que nas primeiras três décadas do referido século com o advento do Brasil republicano, a Igreja exercia, ainda, influência nas ações sociais com a construção de creches, escolas, berçários, jardins de infância, orfanatos e asilos, predominando, portanto, ações de ordem paternalista e sem participação do Estado. Segundo a autora, “[...] muitas eram patrocinadas por senhoras da sociedade que promoviam chás, quermesses, tômbolas, desfiles de moda, etc., para angariar fundos para o sustento das obras, como também trabalhavam na sua administração” (p.137).

O ano de 1932 marca definitivamente a ideia de Serviço Social como ciência e profissão no Brasil mediante uma palestra internacional proferida em São Paulo e Rio de Janeiro pela M^{lle}. Adèle de Loneux da Bélgica que levou duas brasileiras para a Escola de Serviço Social de Bruxelas. Ao regressarem para o Brasil, as senhoras Maria Kiehl e Albertina Ramos fundaram a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo em 1936 e no ano seguinte Stella Faro, com apoio de Dom Sebastião Leme, funda no Rio de Janeiro o Instituto Social. Vale ressaltar que os termos “serviço social” e “assistente social” foram adotados por influência desses mesmos termos na língua francesa devido a uma tradição da cultura brasileira de aceitar de bom grado os vernáculos estrangeiros, hábito que persiste até os dias de hoje.

Entretanto, mesmo com a implantação dos cursos de serviço social, Martinelli (2001) destaca que a profissão era vista como uma atividade voluntária e com finalidade filantrópica por ser um curso constituído na maioria por jovens religiosas de classe social elevada e militantes dos movimentos da Igreja. Essa tendência revelou que a formação acadêmica não era encarada como um trabalho profissional e isso pode ter contribuído para que o serviço social sofresse sérias dificuldades de elaborar uma teoria que só ganhou representatividade no famoso Congresso de Araxá (MG) em março de 1967.

[...] a tradição da caridade, a ideia que dela se formava, era mais de um “serviço aos pobres” de uma vocação, de um ministério, do que um “trabalho”, que levava uma conotação de obrigação, de ocupação para classes inferiores. Significativo desta mentalidade é o fato de que as primeiras candidatas às Escolas de Serviço Social foram moças de classes abastadas (Vieira, 1989, p. 141).

Segundo essa autora, a prática do serviço social até a década de 1950 apresentava característica familiar e paternalista e sua função consistia na seleção de alguns indivíduos para obtenção de benefícios materiais como doação de medicamentos, alimentos, auxílios em espécie e encaminhamento a obras sociais que poderiam atendê-los melhor. Nesse sentido, a prática do serviço social até a década de 1950 apresentava característica

assistencialista e centrada nos problemas de ajustamento e desajustamento do indivíduo apoiados nos referenciais de normalidade e anormalidade das práticas médicas, além dos modelos confessionais provenientes do catolicismo. De acordo com Alayón (1991), o assistencialismo é uma das atividades sociais que, historicamente, as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria e perpetuar o sistema de exploração para garantir a preservação de privilégios.

Conforme já salientamos, do início do século XX até a primeira metade da década de 1960, o serviço social apresentava características mais empíricas devido ao modelo caritativo da profissão que só começou a adquirir aspecto eminentemente científico com o Congresso de Araxá (MG). Nesse referido congresso, foi fundamentada sua teorização que abriu novos horizontes nas décadas subsequentes na tentativa de superar a tradição conservadora herdada da cultura norte-americana. Segundo Silva (2002), a partir da década de 1970 iniciou-se um Projeto Profissional de Ruptura pelo deslocamento da base positivista-funcionalista para uma aproximação com a tradição marxista com o estabelecimento de vínculo dos profissionais com os interesses e necessidades das classes populares numa perspectiva que englobava um projeto político de transformação social.

A profissão passa a ser entendida como resultante da história e como produto teórico-prático de seus agentes, sob duas perspectivas básicas: a ótica do poder, que demanda um profissional estimulador da participação controlada, da socialização, e responsável pela reprodução da força de trabalho, mediante a prestação de serviços assistenciais; e a ótica dos dominados que, além dos serviços, demandam um profissional educador, político e organizador (Silva, 2002, p. 16).

Assim, o serviço social aos poucos vem adquirindo um posicionamento mais crítico frente à realidade, embora seus pressupostos de atuação profissional ainda se conservam estreitamente vinculados aos interesses políticos do Estado que controla, vigia e administra os movimentos reivindicatórios do proletariado emergente a partir do desenvolvimento da industrialização adotado na década de 1930. De acordo com Silva (2002), esse processo de

industrialização favoreceu o crescimento urbano nas cidades e provocou enormes contrastes sociais que precisariam ser contornados com uma política de massa capaz de absorver parte das revoltas populares através de canais institucionais dentro do corporativismo do Estado.

Nesse contexto, surgem as grandes instituições assistenciais na década e 1940 como, por exemplo, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que absorvem boa parte dos profissionais do serviço social para atuarem junto à classe trabalhadora miserável e desprovida de recursos de subsistência, além de favorecer o rompimento com suas origens confessionais oriundas da doutrina social da Igreja. Silva (2002) aponta, ainda, que com a institucionalização da profissão, o serviço social passa a integrar os mecanismos de execução das políticas sociais do Estado e dos setores empresariais enquanto forma de enfrentamento da questão social emergente no contexto do desenvolvimento urbano-social respondendo, exclusivamente, aos interesses burgueses da sociedade, destituído, portanto, de identidade própria.

Martinelli (2001), numa perspectiva marxista, destaca que a prática do serviço social sempre esteve subordinada à classe burguesa porque se submetia à ideologia do modo capitalista de produção que transforma os seres humanos em seres coisificados e absolutamente alienados, além de criar a ilusão de status social a ser conquistado pela força de trabalho. Segundo a autora, a classe dominante encontrou no serviço social uma importante ferramenta de manobra das massas porque boa parte desses profissionais, ao se entregarem às práticas alienantes, endossa a dominação e o controle dos interesses burgueses e abstém-se da transformação histórica de uma sociedade mais justa e menos subordinada aos interesses eminentemente capitalistas.

[...] o Serviço Social caminhava em seu processo de institucionalização, atravessado continuamente pelo signo da alienação que, como que encobrendo a consciência social dos agentes profissionais com um véu nebuloso e místico, os levava a se envolver com práticas conservadoras, burguesas, que visavam apenas a reprodução das relações sociais de

exploração, fundamentais para a sustentação do processo de acumulação capitalista (Martinelli, 2001, p. 135).

A partir da década de 1960, com o populismo do governo João Goulart, parte da categoria profissional dos assistentes sociais esboça algumas tentativas de vinculação aos processos de lutas por mudanças, embora a maioria desses profissionais ainda se mantinha acrítica e indiferente no próprio trabalho desempenhado nas instituições. Silva (2002) salienta que nesse período havia duas vertentes no serviço social: uma conservadora (a maioria) pautada no positivismo e no funcionalismo com ênfase na atuação tecnicista e outra de caráter mudancista (a minoria) influenciada pelos cristãos de esquerda e pela filosofia marxista com ênfase na conscientização política e análise crítica da sociedade constituída por forças antagônicas e relações sociais de dominação.

No período da ditadura, compreendido entre os anos de 1964 a 1985, Silva (2002) destaca que, apesar de uma minoria de assistentes sociais lutarem por uma proposta de mudança política da profissão, a grande maioria acabava cedendo aos imperativos do regime militar ao criar órgãos institucionais de trabalho, fato este que proporcionava uma atuação cômoda no serviço social profundamente marcado pela ideologia dominante. Nesse período foi criado, por exemplo, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e abolição do direito de greve, o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) num programa econômico conhecido como I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) que também incluía a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Fundação Educacional do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

Silva (2002) destaca que a política sócio-econômica assumida por esses órgãos colocou o assistente social como categoria profissional diretamente responsável pela sua operacionalização, contribuindo, dessa forma, para sua estagnação, conformação e aceitação das normas vigentes. Nessa perspectiva, a autora, comenta que a formação do assistente social passa a ser pautada pela busca da eficiência para melhor desempenhar sua função

junto a esses órgãos sem qualquer comprometimento político de contestação, resistência e isso parece ter levado a profissão a servir de máquina de manobra para o poder do Estado.

A partir dessa lógica, verifica-se também, a institucionalização da assistência social, com subordinação da remanescente rede privada de assistência e de serviços sociais, passando o Estado a manter verdadeiro controle, através de convênios que disciplinam as ajudas financeiras e a prestação de assistência técnica, tudo condicionado à apresentação de planos e a fiscalizações periódicas (Silva, 2002, p. 34).

Nesse sentido, parece ficar claro que a subordinação ao poder do Estado levou a assistência social a desempenhar atividades meramente administrativas e burocráticas e sem engajamento participativo nos movimentos reivindicatórios de transformação social, pois, ao se submeter às normas institucionais, deixou de exercer sua função essencial na conscientização política das classes populares pela conquista da cidadania. Em outras palavras, o serviço social durante todo esse período funcionou como mecanismo de legitimação política do regime militar, além de perpetuar sua prática a um modelo técnico e funcional em relação às classes mais carentes da sociedade. Desse modo, parece haver uma transformação das práticas caritativas que fundamentava a profissão na moral do cristianismo no início do século XX para uma prática administrativa regulamentada e legitimada pelo Estado.

Com o fim da ditadura militar e início da Nova República em 1986, o serviço social pouco progrediu nesse período extremamente caótico do ponto de vista político e econômico uma vez que transição democrática era caracteristicamente marcada pela dívida externa, empobrecimento da classe média e os altos índices inflacionários. Silva (2002) também destaca que nesse período de transição democrática houve uma crise do padrão intervencionista do Estado, herdada do regime anterior, e sua conseqüente incapacidade de investimento, sendo as políticas sociais duramente atingidas, comprometendo, portanto, o serviço social.

Nesse contexto, a assistência social passa a ser utilizada como mecanismo de administrar a miséria e estratégia de legitimação do governo a fim de evitar a organização dos grupos marginalizados, individualizando-os através de um assistencialismo alienante voltado para as necessidades imediatas de sobrevivência dos mais miseráveis. Vale destacar que é nesse período, compreendido entre 1986 a 1990, no governo de José Sarney, que foi elaborado a Nova Constituição Brasileira legitimando o Serviço Social como um direito do cidadão e um dever do Estado, além de criar alguns programas assistenciais como o Seguro Desemprego e o Vale Transporte. Entretanto, a era Sarney foi marcada pela profunda crise político-econômica que inviabilizou a elaboração de projetos sociais mais coerentes com as verdadeiras necessidades das classes populares e marginalizadas.

A década de 1990, mediante as grandes transformações ocorridas com o avanço da globalização, da flexibilização da economia e do neoliberalismo, aponta para um serviço social extremamente fragilizado devido a uma política que desqualifica as camadas populares em favor de uma autocracia burguesa, culminando numa enorme crise no governo de Fernando Collor de Melo e seu *impeachment* devido à falência do Estado imerso numa corrupção quase que generalizada. Segundo Silva (2002), as consequências do desastre político-econômico no governo Collor acarretou uma saturação no mercado de trabalho da assistência social que se burocratizava cada vez mais pelas exigências impostas com a ampliação da seletividade dos usuários dos serviços públicos no âmbito de restrições dos programas sociais.

Merece destaque nos doze meses de governo de Itamar Franco, sucessor de Collor, apenas a sanção da Lei Orgânica do Serviço Social (LOAS) e o Programa de Combate à Fome e a Miséria liderada por Herbert de Souza. Com a instituição do Plano Real em fevereiro de 1994, criou-se, também, uma assistência social federalizada e centralizada no Ministério do Bem-Estar Social através da Legião Brasileira de Assistência e do Centro

Brasileiro para a Infância e Adolescência que no ano seguinte, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram todos extintos e passaram a integrar o novo Ministério da Previdência e Assistência Social (Silva, 2002). No que se refere à assistência social nesse período, o governo FHC tenta estruturar o Programa Comunidade Solidária com ênfase no combate à fome e à miséria no país através de uma ação coletiva em parceria com a sociedade civil, organizações não-governamentais e outras, cabendo ao Estado a responsabilidade de auxiliar na assistência técnica e financeira, além de controlar e fiscalizar os recursos aplicados.

Entretanto, foi no governo de Lula a partir de 2003 que novos rumos se abriram para as classes pauperizadas e marginalizadas da sociedade com a implantação do Programa Bolsa Família que reuniu o Bolsa Escola, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação, antigos programas do governo FHC. Foi no governo Lula também que o país adquiriu novo fôlego nos aspectos sociais, econômicos e políticos com a ampliação das divisas internacionais, relativo controle da inflação, aceleração do crescimento, estabilidade do Plano Real e credibilidade junto às grandes potências internacionais.

No tocante às políticas assistenciais, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e a extinção do Ministério de Bem-Estar Social do governo anterior para a implementação do Programa Bolsa Família destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com renda mensal por pessoa entre R\$ 60,00 a R\$ 120,00. O governo Lula também consolidou a LOAS e o MDS implementou, a partir de 2004, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) sob a coordenação da Secretaria Nacional de Assistência Social.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS

O SUAS refere-se a um sistema de gestão pública não contributiva, descentralizada e participativa cabendo a coordenação e normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas, projetos, serviços e benefícios aos Estados e

municípios que elaboram suas prioridades assistenciais nos projetos institucionais. O SUAS foi criado pelo MDS e é coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social. Surgiu a partir de três antecedentes fundamentais: a aprovação da LOAS, lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993; a publicação da nova Política Nacional de Assistência Social em outubro de 2004 e a publicação da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social em julho de 2005 (Silva, 2002).

Em reunião ordinária realizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social nos dias 11 e 12 de novembro de 2009 e publicada no Diário Oficial da União sob a Resolução nº 109 de 25 de novembro de 2009, foi aprovada a tipificação nacional de serviços socioassistenciais organizando a política de gestão do SUAS por níveis de proteção social compreendidas em proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. A proteção social básica visa prevenir a violação de direitos e reduzir vulnerabilidades e riscos procurando promover a convivência social, familiar e comunitária, além de assegurar às crianças, jovens, adultos, idosos e suas famílias, condições mínimas para o exercício de cidadania.

A proteção social especial de média complexidade é voltada para indivíduos e famílias que vivem situações de negligência, abandono, ameaça, maus tratos, violações físicas/psíquicas, discriminações sociais e transgressão aos direitos humanos visando à restauração de vínculos familiares e sociais, bem como condições para o alcance de autonomia e independência. A proteção social especial de alta complexidade tem como meta oferecer atenção às famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça onde necessitam de ações de proteção especial temporária fora de seu núcleo familiar ou comunitário. Esses serviços socioassistenciais são oferecidos em abrigos, casas de passagem, repúblicas, família acolhedora, albergues, alojamentos, abrigos especiais, moradias provisórias, dentre outros.

A unidade executora das ações de proteção social básica é o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e a unidade executora das ações de proteção social especial é o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Portanto, a proteção social “[...] se ocupa do enfrentamento de vulnerabilidades, riscos, vitimizações, fragilidades e contingências ocasionais a indivíduos e famílias na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de questões sociais, econômicas, políticas e de ataques à dignidade humana” (Brasil, 2007, p. 18). Entretanto, se observarmos detalhadamente o texto da Resolução 109 publicada no Diário Oficial da União que aprova os mecanismos de gestão do SUAS, podemos verificar que a ênfase contida nesse documento é direcionada às famílias em situação de risco ou vulnerabilidade, bem como a indivíduos em situação de rua ou sobrevivendo nas ruas, carecendo, portanto, de projetos voltados àqueles que se encontram na perambulação a esmo pelas rodovias brasileiras como acontece no caso dos andarilhos de estrada. Vejamos o que prescreve os Artigos 1º e 2º dessa referida Resolução.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, no uso da competência que lhe conferem os incisos II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS n.º 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS n.º 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS n.º 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOBRH/SUAS;

CONSIDERANDO a deliberação da VI Conferência Nacional de Assistência Social de "Tipificar e consolidar a classificação nacional dos serviços socioassistenciais";

CONSIDERANDO a meta prevista no Plano Decenal de Assistência Social, de estabelecer bases de padronização nacional dos serviços e equipamentos físicos do SUAS;

CONSIDERANDO o processo de Consulta Pública realizado no período de julho a setembro de 2009, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;

CONSIDERANDO o processo de discussão e pactuação na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e discussão no âmbito do CNAS da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;

b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
 - abrigo institucional;
 - Casa-Lar;
 - Casa de Passagem;
 - Residência Inclusiva.

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. (Brasil, 2009, p. 1-2).

Convém destacar aqui alguns pontos específicos que merecem atenção no Artigo 1º dessa Resolução: o Inciso II, alíneas “b” e “e” e o Inciso III, alínea “a”, apresentados detalhadamente nos anexos dessa referida Resolução que definem como usuários desses serviços as crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias circunscritas no espaço urbano das cidades. Desse modo, parece que todas as diretrizes das políticas públicas de assistência elaborada pelo SUAS ignoram ou desconhecem outros indivíduos em situação de precariedade e miséria que não habitam os espaços urbanos das cidades, sendo, portanto, excluídos das prioridades contidas no Artigo 1º da LOAS que define a assistência social como um direito do cidadão e um dever do Estado visando à garantia de atendimento às suas necessidades básicas.

O Suas descentraliza os serviços socioassistenciais nos territórios, classifica e ordena os serviços em níveis de proteção, garante a aplicação autônoma dos recursos pelos municípios com repasse automático e regular de recursos fundo a fundo, cria um sistema de informação (Rede Suas) que favorece o processamento das transações financeiras, que auxilia nos processos de tomadas de decisão e fornece elementos de monitoramento e avaliação dos serviços e benefícios proporcionados pela Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2007, p. 11).

Se por um lado o SUAS proporcionou um avanço para a atuação dos assistentes sociais ao romper com a cultura assistencialista fundamentada na ideologia da caridade e do filantropismo através de parâmetros técnicos atrelados à razão instrumental, por outro lado

ainda permanece com políticas de exclusão para determinados segmentos da população, como no caso da errância e dos andarilhos de estrada em particular. Mota et al. (2009) enfatizam que a implementação da SUAS revelou uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo o princípio de universalidade, continuidade e sistematicidade das ações sociais.

[...] a amplitude do seu público alvo envolve um leque de situações tão diversa que pode, inclusive, comprometer o processo de normatização e padronização dos serviços prestados. Creditamos às categorias *vulnerabilidade e risco*, ambas indicadoras dos *níveis de exclusão*, uma relativa fragilidade na delimitação dos usuários e dos próprios serviços a serem prestados para atender aos níveis de proteção propostos. Os eixos estruturantes do sistema são a matricialidade sociofamiliar... além de inúmeros quesitos que repercutem na política de recursos humanos (Mota et al. 2009, p. 191, grifos dos autores).

Conforme podemos verificar, fica claro nos comentários dos autores que pouca coisa mudou na operacionalidade das ações assistenciais, pois, a centralidade apenas na família revela um desconhecimento da realidade social mais abrangente no tocante àqueles que não têm a quem socorrer ou não mantêm mais contatos com a família de origem. Nesse caso, como pensar em políticas públicas de assistência que garanta pelo menos os mínimos sociais a esses indivíduos completamente abandonados à própria sorte numa sociedade submissa ao poder e aos modos de produção capitalista?

Será que esses indivíduos não merecem uma assistência mínima capaz de lhes possibilitarem continuar o enfrentamento de suas adversidades subsistenciais pelas estradas? Será que o SUAS não contribui para endossar a desfiliação daqueles que não se enquadram em suas políticas assistenciais? Será que essas políticas não camuflam as desigualdades sociais de classe e com isso atuam a serviço do Estado no controle, na vigilância e na normalização dos indivíduos na sociedade? A esse respeito, Martinelli (2001) numa perspectiva marxista destaca que o interesse do Estado sempre foi concentrar esforços para impor o mundo das aparências no sentido de petrificar as condições históricas, tornando-as

imutáveis e inatingíveis. A prolongada convivência com as práticas conservadoras e as alianças historicamente construída com a burguesia acabaram por naturalizar a prática do serviço social como uma prática burguesa permeada de alienações e fetichismos.

Construída com base na experiência pré-capitalista, tal prática visualizava a assistência como uma forma de controlar a pobreza e de ratificar a sujeição dos trabalhadores aos interesses da classe dominante, expressando-se como um mecanismo de controle social, essencialmente. O que a burguesia desejava, ao se aproximar da prática social, era dela se apropriar para submetê-la aos seus desígnios. Não era seu objetivo produzir nenhuma alteração substancial na ordem social vigente, mas apenas amoldá-la às exigências do capital, mantendo-a sob seu rigoroso controle (Martinelli, 2001, p. 155).

Portanto, o serviço social na perspectiva marxista é uma profissão vinculada a um projeto capitalista de hegemonia do poder burguês e uma importante estratégia de controle social, como a ilusão de servir para, juntamente com outras ilusões criadas pelo capitalismo, garantir-lhe a efetividade e a permanência histórica. Martinelli (2001) destaca que a ausência de conscientização histórica e social levou essa categoria profissional a produzir uma prática alienada, alienante e alienadora cujo resultado é a incapacidade de responder às contradições e aos antagonismos encravados no cerne dos modos de produção capitalista, além da submissão passiva aos aparelhos ideológicos de Estado.

Segundo Althusser (1985), os aparelhos ideológicos se encontram dentro das infra e superestruturas do Estado e têm por finalidades fazer com que os indivíduos se sujeitem aos interesses da classe dominante e reproduzam seus imperativos políticos e econômicos numa atitude passiva e contemplativa ante uma realidade extremamente complexa e permeada por antagonismos nas relações de exploração capitalista. Althusser considera que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência e seu objeto não é o mundo em si, mas a relação estabelecida com o mundo e seus modos de sujeição a ele.

Nessa perspectiva, os aparelhos ideológicos parecem ser instrumentos de reificação⁶ que o Estado utiliza para sujeitar os indivíduos a buscar uma ilusória ascensão social, eliminando-se, assim, qualquer possibilidade de estruturação da consciência de classe, pois, o desejo alucinante por bens materiais desinstitui qualquer transformação do sujeito coletivo que individualiza suas ações no mundo das aparências enganadoras. Por essa linha de raciocínio, o serviço social pode ser compreendido como uma prática assistencial que, historicamente, sempre se submeteu ao poder da classe dominante e aos aparelhos ideológicos de Estado desde sua legitimação como ciência e profissão.

As consequências de tais práticas resultaram num serviço serializado e repleto de regras, normas, procedimentos e disciplinas a serem rigorosamente obedecidos conforme os interesses políticos do Estado na administração e controle das desigualdades sociais. Segundo Dornelas (1997), esse conjunto de regras e normas presentes nas instituições assistenciais visa enquadrar e classificar os sujeitos através de uma postura correcional com objetivos de “recuperá-los” para sociedade, vendendo, assim, a ilusão de que o Estado se preocupa paternalmente com seus cidadãos.

Nesse sentido, a assistência social ao se colocar à mercê da ideologia dominante não escapa às regras do jogo do faz-de-conta e acaba perpetuando um saber profundamente destituído de conscientização histórica capaz de promover as transformações sociais. Segundo Martinelli (2001), isso ocorre porque desde cedo os assistentes sociais foram imprimindo à profissão a marca do agir imediato, da ação espontânea, alienada e alienante a reproduzir os interesses da classe dominante cuja consequência é a incapacidade de realizar o trânsito para o nível da compreensão política das contradições inerentes no sistema capitalista.

⁶ Reificação deve ser compreendida na filosofia marxista como a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas conforme as leis do mundo das coisas. Trata-se, portanto, da forma mais radical e generalizada de alienação na qual os aparelhos ideológicos imprimem suas características mais acentuadas nos modos de ser, viver e sujeitar do indivíduo na sociedade capitalista.

IV. SERVIÇO SOCIAL E NORMALIZAÇÃO

A estrutura do serviço social presente nas instituições assistenciais comporta uma série de normas, regras, deveres e procedimentos que merecem algumas considerações nesse tópico de revisão da literatura. Algumas pesquisas já realizadas foram unânimes em apontar que disciplina, obediência a horários e submissão ao assistente social, por exemplo, fazem parte das atividades do dia-a-dia na maioria das instituições assistenciais (Rosa, 2005; Vieira et al., 2004; Nasser, 2001; Dornelas, 1987; Rangel, 1987).

Vieira et al. (2004), por exemplo, ao realizarem um levantamento sobre os albergues públicos cadastrados na cidade de São Paulo, apontaram que a maioria segue uma rotina institucional fundamentada na disciplina e obediência cujo silêncio é uma de suas características mais marcantes. Segundo essas autoras, os frequentadores têm horários definidos para se utilizar dos aposentos, da cozinha e do pátio onde podem fumar se quiserem permanecer por alguns dias nessa instituição. Observações semelhantes são também apontadas por Rangel (1997) sobre os migrantes albergados numa cidade localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo. De acordo com a autora, os indivíduos que transitam pela instituição precisam ter obediência aos horários de chegar e sair e seguir regras precisas de convivência, bem como se sujeitar às decisões da assistente social quanto à sua condição de merecedor dos serviços.

Além dessas instituições públicas voltadas para a “assistência” dos mais carentes, Vieira et al. (2004) destacam, também, a moral do cristianismo nas instituições filantrópicas como presença marcante no atendimento a essas populações. Segundo as autoras, tais instituições podem ser classificadas através de três grupos aparentemente diferenciados quanto à doutrina cristã: o grupo espírita, o grupo católico e o grupo evangélico. Nesses três segmentos, a distribuição de alimentos serve como uma estratégia para a pregação do evangelho que, segundo as autoras, visa à evolução espiritual do indivíduo ou sua conversão

aos princípios religiosos conforme a doutrina praticada. No grupo espírita de orientação kardecista⁷, por exemplo, as autoras observam que a doutrina a ser seguida está vinculada ao conceito de provas ou expiações relacionadas a uma vida passada na qual o indivíduo, abusando de seus atributos intelectuais ou materiais no prejuízo de muitos, reencarna em uma nova existência para experienciar a miséria, se ajustar dos equívocos contraídos perante a lei divina a fim de progredir espiritualmente.

O que fundamenta a prática dos grupos espíritas é o conceito de provação: as pessoas que vivem uma situação de grande dificuldade estão expiando os erros de uma encarnação passada. A leitura que fazem da população que se encontra na rua em situação de miséria é de que são pessoas em provação espiritual (Vieira et al., 2004, p. 118).

No grupo católico, a orientação doutrinária está relacionada à prática da caridade inspirada pelo sentimento de solidariedade e compaixão que foi a base para o surgimento da assistência social como profissão, conforme destacado no capítulo anterior. No grupo evangélico, com menos tempo de atividade no campo da filantropia, suas atividades têm por princípio religioso libertar e converter aqueles que estão possuídos pelos demônios para, a partir daí, poderem conquistar o conforto e a prosperidade⁸. Entretanto, seja qual for a perspectiva religiosa adotada pelas instituições filantrópicas, parece que o modelo de operacionalidade do serviço social não difere essencialmente dos modelos presentes nas instituições públicas de atendimento assistencial.

Nasser (2001), ao analisar o albergue noturno Lygia Jardim na cidade de São Paulo, constatou, também, que as normas de funcionamento operam por meio da disciplina e obediência na qual os indivíduos têm que se submeter e adequar se quiserem ser assistidos

⁷ Vale destacar aqui uma diferenciação entre a doutrina espírita codificada por Allan Kardec em 1857 de outros segmentos espiritualistas como a umbanda e o candomblé provenientes da África na época da comercialização dos escravos para o Brasil Colônia. A primeira segue as bases filosóficas na moral do cristianismo enquanto que a umbanda adota um sincretismo religioso vinculado à Igreja Católica e o candomblé a adoração de espíritos ligados à natureza, os chamados orixás, responsáveis pelos elementos nela presentes.

⁸ Trata-se do movimento evangélico dos *neopetencostais* que pregam a prosperidade material a partir da conversão e do batismo de seus fiéis na qual a aceitação absoluta de Deus e doações em dinheiro garantem benefícios e estabilidade financeira aos seus adeptos.

nos mínimos possíveis. A autora destaca, ainda, que todos são submetidos a uma inspeção rigorosa e, antes de adentrarem o recinto, precisam deixar todos os pertences na portaria onde são colocados num saco plástico e retirados somente quando voltam para as ruas. A autora salienta, também, a função disciplinadora da assistente social junto a esses sujeitos que detém o poder e as decisões sobre a permanência deles no referido albergue.

Dornelas (1987) também encontrou resultados semelhantes numa pesquisa realizada junto a Associação dos Voluntários pela Integração do Migrante ligada a Pia Sociedade de São Carlos vinculada à Igreja Católica. Segundo as observações desse autor, a disciplina e o controle são uma das preocupações mais correntes dos agentes que atuam nessa instituição e que ocupa uma parte considerável de suas atividades, merecendo destaque o poder centralizador de autoridade conferido à assistente social. Essas considerações também foram destacadas por Rosa (2005) ao salientar que a submissão às normas e regras institucionais impõe comportamentos obedientes para subordinar a dependência desses sujeitos e perpetuar o poder delegado à assistente social responsáveis por determinar o caminho a ser seguido pelos usuários desses serviços.

Mediante tais considerações, gostaríamos de ampliar as reflexões em torno dos resultados dessas pesquisas porque elas se limitaram, segundo nosso ponto de vista, a apresentar apenas essas atividades institucionais de maneira bastante sucinta e sem maiores aprofundamentos críticos a respeito de sua constituição. Nesse sentido, acreditamos que podem ser úteis e esclarecedoras algumas considerações sobre a sociedade disciplinar, baseadas em Michel Foucault para melhor entendermos as práticas de disciplina, obediência e docilidade como dispositivos dessas instituições assistenciais.

A sociedade disciplinar

Michel Foucault (1984) nos traz importantes considerações sobre a sociedade disciplinar a partir de seus estudos sobre as prisões. Ao longo de sua extensa obra, Foucault

sempre se preocupou com as práticas e processos de sujeição do indivíduo tendo como ponto de partida para a compreensão da subjetividade moderna, a problemática do corpo e da sexualidade suscitada no século XVIII. O interesse pela problemática do corpo e da sexualidade levou o autor a considerar que a constituição da subjetividade moderna está relacionada a elaborações de procedimentos historicamente construídos para governar os indivíduos e seus desejos mais íntimos num sistema de dominação, controle e disciplina por todo espaço social.

O eixo central de suas análises sobre a sociedade disciplinar inicia-se a partir do problema suscitado pelas prisões no século XVIII que serviam como ferramentas para punir e corrigir aqueles considerados como criminosos com o intuito de torná-los dóceis, obedientes e produtivos, mediante procedimentos que reuniam poder e saber sobre o corpo. Foucault nos mostra que essas relações de poder e saber são provenientes de algumas figuras de punição presentes na Época Clássica como a tortura soberana e a reforma humanista. Em cada um desses casos, a finalidade da punição era tornar o “criminoso” um objeto a ser manipulado e, na medida do possível, humilhado e programado para obedecer.

No caso da tortura soberana, a figura do rei exercia até o século XVII o poder máximo e seus desejos representavam a lei e a ordem a ser obedecida por toda a população e aquele que ousava desafiar-la era torturado em praça pública num ritual previamente planejado. Nesse ritual político de tortura, o criminoso era submetido ao suplício, seu corpo era atacado e esquartejado para afirmar o poder do soberano a fim de estabelecer a integridade da soberania e da lei. Segundo Foucault (1984), a lei representada na figura do soberano exigia, ainda, a confissão pública do criminoso através de procedimentos secretos escritos pelos magistrados que elaboravam as “provas” na ausência do detento para produzir a verdade da acusação. A tortura envolvia, assim, um ritual judiciário e o condenado tinha que ter sua punição inscrita no corpo para servir de exemplo e, ao mesmo tempo, conter as

revoltas da população, ou seja, a atrocidade da tortura, além de ser uma demonstração pública de poder do soberano, visava a disciplinarização do corpo e a revelação da “verdade” pelo próprio condenado.

Todavia, esse excesso de violência exibido em praça pública levou muitos reformadores humanistas do século XVIII a elaborar outros procedimentos disciplinares porque notaram que as execuções públicas atemorizavam menos e incitavam mais as revoltas da plateia que assistia a esse teatro de atrocidade. Segundo Foucault (1984), isso contribuiu para o surgimento de outra forma de punição concebida pela reforma humanista. Nessa forma de punição, os reformadores humanistas condenaram a atrocidade pública do criminoso e propuseram um novo estilo de correção que combinava clemência com maior eficácia de pena porque o excesso de violência aplicada pelo soberano começou a fracassar e ser ignorada pelos habitantes da cidade, além de propiciar pontos de resistência junto a população. Essa reforma humanista da punição teve sua justificativa na teoria do contrato social segundo o qual a sociedade é constituída pela reunião de indivíduos convivendo entre si através de um acordo contratual que estabelecia as regras da boa conduta e os deveres de cada cidadão.

A partir dessa perspectiva, o crime se transformou de um ataque à figura do soberano para uma quebra de contrato porque envolvia toda a sociedade e competia a ela reparar esse erro junto ao criminoso. Foucault (1984) esclarece que o critério padrão pelo qual a justiça operava nesse período não era mais o poder do soberano e a confissão do acusado em local público, mas toda sociedade envolvida no contrato social. Desse modo, a punição passou a ser moderada porque não era mais o criminoso o único responsável pelos seus atos, mas a sociedade inteira. Os reformadores desenvolveram, então, prescrições punitivas conforme o ato criminoso de maneira que ficasse transparente ao conhecimento público e, uma vez

estabelecida essa transparência, a punição passou a ser considerada eficaz, apropriada e “humana”.

Foucault (1984) explica que o objetivo dessa transparência punitiva era diminuir a possibilidade de se repetir o crime porque os reformadores acreditavam na recuperação do criminoso para a sociedade. Assim, a forma ideal de punição encontrada pelos reformadores humanistas não era a tortura pública do infrator, nem a confissão da “verdade” de suas infrações, mas o trabalho público e forçado a ser exercido por ele porque ao se expor aos olhos da sociedade, trazendo as representações indeléveis de seus crimes, isso serviria como uma lição de moralidade para lembrá-lo de não cair novamente em erro diante da população. Isso levou Foucault a considerar que enquanto a punição do poder soberano era inscrito no corpo do criminoso no período clássico, na reforma humanista era inscrita na mente mediante a lição de moralidade pública, embora esse modelo nunca fora plenamente implementado em função das várias transformações políticas e sociais que ocorriam durante a Revolução Francesa.

Contudo, os princípios e objetivos dos humanistas acabaram sendo incorporados numa nova forma de punição surgida com o aparecimento da prisão nesse período. Segundo Foucault (1984), o nascimento da prisão possibilitou a constituição do indivíduo como objeto a partir de procedimentos meticulosos que envolviam leis, códigos morais, disciplinas e saberes com a finalidade de controlar cada atividade realizada através de uma complexa rede de inteligibilidade atravessada por campos de força que sustentam as relações de poder e saber por todo espaço social. O objetivo da prisão era homogeneizar as diferenças e silenciar as revoltas para que o indivíduo se tornasse dócil, útil e produtivo através do isolamento onde, se acreditava, ele poderia reformar sua própria conduta.

Segundo Foucault (1984), a prisão oferecia, ainda, um conjunto meticuloso de vigilâncias sobre o criminoso de tal forma que cada um era constantemente supervisionado e

a punição do crime mantida em segredo, longe da visibilidade pública, onde todos os acontecimentos eram observados, classificados e catalogados em *dossiês* individuais com informações detalhadas de seu comportamento. O corpo se tornava novamente o lugar em que a punição era inscrita, mas, diferentemente da Época Clássica onde o criminoso era exposto à atrocidade e à humilhação pública, ele deveria ser tratado, exercitado e supervisionado na organização interna do espaço físico e isso exigia um aperfeiçoamento arquitetônico para que as tecnologias disciplinares pudessem ser eficazes.

Foucault (1984) toma o projeto arquitetônico e prisional do *Panopticon* de Jeremy Bentham⁹ como paradigma dessa tecnologia disciplinar que envolve poder, saber e vigilância sobre o corpo. Segundo Foucault, o Panopticon era uma construção arquitetônica circular composta por celas individuais com duas janelas em sua periferia: uma menor para entrada da luz solar e outra maior de frente para uma torre localizada no centro da prisão de modo a permitir a vigilância integral de todos os criminosos. O detento, nesse caso, tornava-se visível apenas ao vigilante ou supervisor e privado de qualquer contato com as celas circunvizinhas. Consequentemente, isso possibilitou induzir o detento a uma realidade objetiva e subjetiva de maneira que ele ficasse em permanente visibilidade, mesmo não vendo a presença física do vigilante na torre, levando-o a se comportar como se a vigilância fosse constante, infinita e absoluta.

O detento era, então, submetido à observação e controle integral se tornando o próprio guardião de si mesmo de modo que seu comportamento era totalmente disciplinado, obediente e dócil porque nesse modelo não havia sequer oportunidade para manifestar uma rebeldia comportamental. As observações acerca do Panopticon levaram Foucault a concluir que essas tecnologias disciplinares se tornavam ferramentas eficazes de poder e saber a se

⁹ Jeremy Bentham (1748-1832) foi um jurista inglês. O modelo do *Pan-óptico* foi projetado em 1789 e construído no ano de 1791. Bentham também foi o criador da filosofia política conhecida como utilitarismo e suas ideias influenciaram o liberalismo clássico que caracterizou a economia do século XIX.

exercitarem na invisibilidade do aparelho institucional e, mesmo sem a presença do vigilante na torre, esse mecanismo continuava a funcionar e os indivíduos se sujeitavam aos imperativos de sua operacionalidade. Esse modelo do panoptismo, pela sua eficácia de funcionamento e controle sobre os corpos se expandiu, posteriormente, a outras instituições como os hospitais, as fábricas, os exércitos, as escolas e até mesmo o Estado que se apropriou desse modelo para tornar mais eficiente o controle da população.

Essa tecnologia disciplinar de controle e vigilância pode ser tomada como modelo para se entender as práticas e procedimentos nas instituições assistenciais, pois a obediência no cumprimento de horários, as regras de conduta e a submissão ao poder do assistente social, por exemplo, decorrem dessa matriz do sistema prisional adaptada a uma realidade específica conforme suas necessidades operativas. No caso dos andarilhos, semelhantemente ao que ocorria com os “criminosos” cujos corpos eram vigiados e disciplinados pelos supervisores, eles são recolhidos e submetidos à disciplina dos albergues e demais instituições que lhes dão abrigo temporário.

No entanto, diferentemente de seus antepassados, são logo ejetados e lançados nas rodovias do país como uma forma alternativa de punição física e moral, porém, sem o conhecimento público. As instituições assistenciais se apropriam, então, dessas tecnologias disciplinares para controlar a vida desses indivíduos através da vigilância sobre o espaço geográfico das cidades, impedindo que os andarilhos, por exemplo, circulem por suas ruas e ameacem a suposta estabilidade social (Nascimento et al., 2009). Isso significa dizer que a assistência social passa a ter o poder de autoridade para administrar as populações marginalizadas e decidir o que é certo e errado conforme seus critérios e conveniências políticas.

Todavia, Foucault (1995) não se limita a estudar o poder apenas pelo prisma da prisão e vai aprofundar as relações de poder sobre o corpo também na história da

sexualidade. Enquanto o modelo prisional ofereceu a compreensão do indivíduo como objeto, a história da sexualidade vai possibilitar agora compreender o indivíduo como sujeito. Segundo Foucault, a partir do século XIX a sexualidade tornou-se objeto de investigação científica, de controle administrativo e de preocupação social porque se acreditava que ela era a chave para a compreensão da saúde do indivíduo, sua identidade e suas anomalias. Foucault salienta, também, que a sexualidade nesse período se tornou questão de ordem particular e o lugar originário da verdade na qual as práticas confessionais¹⁰, oriundas da moral do catolicismo, exerciam a função de poder e saber sobre o corpo e a mente no deciframento do eu do próprio indivíduo que se tornara agora sujeito. Segundo Foucault (1995), há dois significados para a palavra sujeito: “[...] sujeito a alguém pelo controle e dependência e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.” (p. 235).

Assim, uma ruptura entre sexo e sexualidade se operou no início do século XIX e possibilitou isolar esses dois conceitos para uma melhor administração e disciplinarização do corpo do indivíduo. De acordo com Foucault (1995), a noção de sexo era uma questão de ordem familiar e estava relacionada com a ideia de casamento, procriação e transmissão da riqueza, enquanto que a sexualidade era uma questão individual na qual o indivíduo ao confessar os segredos mais íntimos do eu no confessorário poderia descobrir as verdades de si mesmo com o auxílio de um especialista na arte interpretativa.

A sexualidade passou, então, a ser considerada como a essência do ser humano individual e o núcleo de sua identidade pessoal na elaboração da verdade e do deciframento de si. A partir da confissão dos desejos ocultos do eu, buscando a verdade e o autoconhecimento, foi possível conhecer os segredos do corpo e da alma e tais

¹⁰ Essas práticas confessionais de deciframento do eu possibilitaram, posteriormente, o surgimento das ciências humanas como a psicologia, a psiquiatria e o serviço social, por exemplo.

procedimentos proporcionaram às ciências médicas a apropriação desse discurso na elaboração de saberes “científicos” sobre o indivíduo que delega agora ao especialista médico o poder de decidir sobre os dramas de sua subjetividade ao lhe revelar a verdade de si (Foucault, 1988).

Foucault (1995) aponta que a medicina elaborou algumas unidades estratégicas de controle sobre o corpo nas quais o poder e o saber se fundiam em mecanismos específicos construídos em torno da sexualidade visando produzir modos de subjetivação através da disciplinarização do indivíduo como, por exemplo, a esterilização do aparelho reprodutor feminino compreendido como saturado de sexualidade cuja fecundidade deveria ser controlada para assegurar a futura saúde da população. Foucault menciona, ainda, a pedagogização do sexo das crianças (a fim de evitar ou controlar as práticas masturbatórias compreendidas como um comportamento imoral pelos costumes da época), a socialização das condutas procriadoras (delegando ao casal a responsabilidade política de cuidar e controlar a procriação no sentido de evitar as perversões sexuais e mutações genéticas que poderiam colocar a saúde da população em perigo) e a psiquiatrização do prazer perverso submetido a análises rigorosas porque tudo o que fugia ao padrão normal da conduta sexual era considerado perversão e deveria ser investigado para o bem do indivíduo e da própria sociedade.

Tais procedimentos sempre tinham por finalidade a disciplinarização do corpo para que ele se tornasse dócil, produtivo e absolutamente submisso. O corpo foi considerado o lugar da sexualidade por excelência levando os saberes médicos a conhecer nos menores detalhes todos os segredos biológicos e psíquicos que o indivíduo guardava dentro de si. Essa ideia de um poder biológico sobre o corpo e a mente deu origem ao que Foucault (1984) definiu como *biopoder* e possibilitou o controle sobre a vida da população através das ações políticas e administrativas do Estado ou biopolítica.

Assim, a biopolítica é a operacionalização do biopoder e pode ser compreendida como uma tecnologia de ação capaz de produzir procedimentos, saberes e verdades nas relações do indivíduo consigo mesmo e com a sociedade, sustentado o corpo como objeto de investigação do poder. Segundo Dreyfus e Rabinow (1995), a finalidade do biopoder é fabricar corpos passíveis de serem controlados, manipulados, investigados e disciplinados cujo objetivo é torná-los dóceis e produtivos em conformidade com as exigências da biopolítica distribuída por toda rede de complexidade social de maneira a efetivar os interesses gerais do Estado no controle da população.

Desse modo, podemos considerar o corpo como um elemento estratégico e importante onde o biopoder se movimenta, efetiva e organiza todas as suas ações desde as formas aparentemente banais de relacionamentos interpessoais até os modos do indivíduo se apresentar adequadamente na sociedade ou de produzir conhecimentos científicos. Em outras palavras, o corpo torna-se objeto de investigação do saber e do poder nas ciências humanas devido a sua capacidade de sujeição, cuja matriz pode ser encontrada nas práticas de exame e confissão oriundas das instituições cristãs. A esse respeito, Foucault (1985) cita o exemplo da ordem dada aos cristãos no início do século XII de confessar todos os pecados pelo menos uma vez ao ano para serem absolvidos dos pensamentos imorais ou repleto de excessos de sensualidade.

Esses procedimentos foram aperfeiçoados e se expandiram, posteriormente, para outras instâncias institucionais como a pedagogia, as prisões, os hospitais, os orfanatos, os asilos, o serviço social e, de suas origens cristãs, a confissão se tornou uma tecnologia geral de saber e poder sobre os indivíduos. Essas práticas de exame (o visto) e confissão (o dito) formulam, então, a verdade acerca do indivíduo que aceita o saber biológico sobre o corpo (exame) e as práticas interpretativas sobre a mente (confissão) como ciências

irrefutavelmente inquestionáveis a revelarem a essência ontológica do eu mesmo num ritual que reúne obediência, sujeição e disciplina.

Com efeito, as práticas investigativas acerca da sexualidade no século XII possibilitaram o surgimento das “ciências do psiquismo”, consideradas por Foucault como “ciências duvidosas” uma vez que elas formulam “verdades” questionáveis sobre o indivíduo mediante as tecnologias de confissão cujo paradigma era quanto mais se falasse a respeito de si mesmo, mais a ciência saberia sobre ele e definiria sua condição existencial. A importância conferida à sexualidade no século XIX possibilitou a intensificação das tecnologias de confissão e autoexame da consciência, proporcionando a expansão do biopoder porque o indivíduo para se autoconhecer necessitaria explicitar seus segredos mais íntimos e, para tanto, tornou-se sujeito e objeto a conhecer e a ser decifrado pelos especialistas, no caso, os clérigos e médicos e, posteriormente, os psicólogos e psicanalistas.

Assim, a sexualidade, investigada por Foucault (1988) desde a antiguidade grega, possibilitou a compreensão do indivíduo como sujeito porque ele se submetia a esse saber sem quaisquer questionamentos e acreditava que ela poderia fornecer subsídios para a compreensão de suas patologias, além de prevenir as enfermidades da alma e garantir sua saúde física e mental. A tecnologia de exame possibilitou a transformação de um discurso sexual numa terminologia médica aceitável facilitando a confissão e autorizando o especialista a elaborar *dossiês* detalhados e determinar o estado de normalidade ou anormalidade a partir da materialização da palavra.

Nesse contexto, a medicina e as “ciências” psicológicas passaram a ocupar o lugar da verdade porque fracionava o indivíduo entre corpo e mente para elaborar cientificamente “verdades” inquestionáveis sobre sua existência. A partir do discurso sobre a sexualidade foi possível, segundo Foucault (1988), identificar as anomalias individuais e controlar os desvios e as enfermidades presentes no espaço social. Essa medicalização do social

proporcionou ao Estado o controle sobre a vida em sociedade disseminando a saúde como estratégia política para a sua hegemonia, além de promulgar sentenças universais de normalidade no espaço social, disciplinando e governando todos os atos do indivíduo através de dispositivos estratégicos de controle e segurança.

A Normalização social

Um dos dispositivos estratégicos de controle e segurança sobre a população encontra-se na normalização social, estabelecendo objetivos e procedimentos operativos na sociedade através de uma multiplicidade de efeitos que fixa, unifica e separa o sujeito objetivamente. De acordo com Ewald (1993), o processo de normalização social é um mecanismo sutil de controle resultante do entrecruzamento nos campos de força do saber e do poder que se exerce na invisibilidade do espaço social pela comparação das desigualdades e naturalização das diferenças onde a normalidade e anormalidade, inclusão e exclusão, por exemplo, são condições fundamentais para a sustentabilidade, o equilíbrio e a eficácia do biopoder.

No entrecruzamento desses campos, encontram-se dispositivos ou aparelhos disciplinares que impingem, tanto no sujeito quanto no corpo, uma série de procedimentos atrelados a obrigações e deveres, obediência e submissão com a finalidade de torná-lo dócil e produtivo. Segundo Foucault (1979), o termo *dispositivo* se refere a “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 1979, p. 244).

No caso da normalização, o dispositivo atua para estabelecer e preservar um conjunto diferenciado de adversidades e distribuir os sujeitos no espaço social e é dessa forma que amplia seu saber para domínios cada vez mais abrangentes no sentido de estabelecer procedimentos de adestramento progressivo e controle permanente dos indivíduos, demarcando, a partir daí, o lugar que cada um deve ocupar no âmbito social conforme os

graus de normalidade e anormalidade apresentados. Foucault (2008) esclarece que o ponto fundamental na normalização não é o normal e o anormal, mas a norma prescritiva propriamente dita. Segundo o autor, a norma identifica e determina, também, a demarcação dessas instâncias aparentemente contraditórias, pois, é a partir do estudo da normalidade que ela se fixa e desempenha sua função operativa na anormalidade.

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conforme a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz (Foucault, 2008, p. 75).

Com efeito, a normalização social pode ser compreendida como um conjunto de medidas capaz de classificar, distribuir, hierarquizar, controlar, categorizar e comparar os indivíduos de modo que as heterogeneidades e tantas outras formas de constituição subjetiva não sejam desconsideradas em suas particularidades já que elas são medidas em sua distância ao modelo padrão de normalidade visando a maximização das homogeneidades. Rabinow (1999) complementa, ainda, que esse processo de normalização social serve, também, para controlar e isolar as anomalias no corpo social mediante procedimentos corretivos ou até mesmo “terapêuticos”, pois, “[...] o sistema de normalização está em oposição a um sistema legal ou de poder pessoal; não há pivôs fixos a partir dos quais se fazem julgamentos e se impõem vontades” (p. 44).

Desse modo, a normalização social trabalha na lógica da individualização fazendo o sujeito voltar sobre si mesmo a fim de se reconhecer e se distinguir dos demais. As relações estabelecidas por ele nessa sociedade disciplinar são determinadas pelos efeitos de poder da ação normalizadora que se enraízam no conjunto social e sancionam o tipo de comportamento que deve se submeter e adequar. Isso significa dizer que a inclusão e a exclusão, por exemplo, são efeitos da ação normalizadora que racionaliza as diferenças pela

comparação distribuindo os indivíduos pelas diversas camadas de pertencimento social para assegurar o equilíbrio, a homogeneidade e o controle da população.

O efeito da sanção normalizadora é complexo. Ele parte da premissa de que todos os indivíduos são formalmente iguais. Isto conduz a uma homogeneidade inicial a partir da qual se estabelece a norma de conformidade. Porém, uma vez posto este aparelho em movimento, há uma diferenciação e uma individuação cada vez mais sutis, que separam e organizam os indivíduos objetivamente (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 175).

Nesse sentido, podemos conjecturar que a assistência social se configura nesse contexto como um dispositivo normalizador a serviço do biopoder na operacionalidade, controle e distribuição das multiplicidades humanas. No caso dos andarilhos de estrada, isso significa dizer que a ação normalizadora opera nessa lógica de funcionalidade e os colocam em movimentação pelas rodovias por ser um lugar onde não oferecem perigo ao *status quo* social. A errância, aliás, representa aqui a efetividade da norma, pois, no processo normativo o que ocorre é uma equiparação entre coisas contrastantes e esse procedimento possibilita o trabalho de homogeneização e uniformização das heterogeneidades, garantindo sua continuidade. É nesse sentido que o biopoder expande sua ação aos programas de bem-estar social, profissionalizando o serviço assistencial para servir de ferramenta de manobra aos interesses políticos do Estado no sentido de manter as estratégias de controle e administração dos corpos na vida em sociedade.

Com efeito, o serviço social, que emergiu das práticas caritativas da moral do cristianismo, ocupa, também, um território de verdade e produz efeitos de poder sobre os marginalizados, pois, ao assistente social é conferido o lugar de “mestre da verdade” com autoridade para avaliar, através da confissão e dos efeitos da palavra, as condições de periculosidade, normalidade ou anormalidade que o sujeito pode apresentar, além de

elaborar *estratégias*¹¹ de ação do biopoder na vida desses indivíduos. Sob a sustentabilidade da norma é possível compreender, então, a psicopatologização, a desfiliação, as desigualdades sociais e a produção de verdade que regimenta os acontecimentos nas esferas ética e política, além dos efeitos de saber e poder sobre a própria subjetividade.

Desse modo, a marginalização, a pauperização extrema e a errância pelas rodovias constituem um *corpus operandi* que efetiva os modos de agir da norma, racionalizando as diferenças pela comparação e distribuindo os indivíduos de acordo com esses procedimentos meticulosos do biopoder. Nesse aspecto, a errância dos andarilhos de estrada também não escapa aos procedimentos sutis da ação normalizadora presente nas instituições assistenciais que os acolhem devido ao fato delas serem ferramentas de manobras a serviço do Estado que procura ordenar, controlar e direcionar tais movimentações caóticas no espaço social e legitimar suas ações políticas e administrativas.

Além de fixados nos corredores de circulação formados pelas rodovias, os andarilhos se sujeitam, ainda, aos direcionamentos de suas rotas impostas pelas instituições municipais de assistência encarregadas de fazer escoar a movimentação da errância, principalmente, algumas instituições assistenciais públicas¹² e filantrópicas localizadas nas cidades do interior paulista que muitas vezes procuram impedir até mesmo a entrada desses indivíduos no perímetro urbano a fim de manter o “equilíbrio” e a suposta “higiene” local (Nascimento et al., 2009; Nascimento, 2008). Nossas pesquisas têm indicado que os errantes ao adentrarem as cidades, são imediatamente retirados de circulação e conduzidos para as instituições assistenciais que os redirecionam para outras localidades distantes, seja através

¹¹ A palavra *estratégia* no pensamento foucaultiano é empregada em três sentidos: chegar a um fim, atingir um objetivo e ter uma vantagem sobre o outro. Trata-se, portanto, “[...] dos meios destinados a obter a vitória nas situações de confronto onde o objetivo é agir sobre um adversário de tal modo que a luta lhe seja impossível” (Foucault, 1995, p.248).

¹² Convém ressaltar que por instituições assistenciais públicas nos referimos às instituições público-estatal pelo fato de as instituições assistenciais filantrópicas também serem de acesso público. Assim, nas demais passagens do texto, esse termo deverá ser compreendido conforme essa nota explicativa.

da concessão de passagens de ônibus intermunicipais, interestaduais ou mesmo a pé quando se esgotam todos os recursos disponíveis.

Nessas instituições municipais, tais constatações podem ser verificadas quando os funcionários investigam a procedência e o destino dos errantes, bem como avaliam seu estado de “periculosidade” para o município. Isso nos leva a considerar que a assistência social não se preocupa cuidadosamente com esses indivíduos, pois, a maioria ou se lança ou é lançada para as rodovias rumo a outras localidades distantes do município indiferentemente de sua situação, fortalecendo, assim, o caráter de operacionalidade da norma e a manutenção da errância, possibilitando, ainda, a homogeneização das diferenças por meio de mecanismos sutis de controle e vigilância disciplinar.

Essas medidas de controle e manutenção da errância podem ser perfeitamente comparadas com a política de higienização social tão bem analisada por Costa (1989) e que caracterizou as práticas médicas no início do século XX, na qual havia um meticuloso controle e vigilância das famílias no sentido de manter a ordem, a assepsia e a disciplina. No caso da errância o que parece ocorrer é a impossibilidade do andarilho circular livremente pelas ruas da cidade porque elas precisam ficar “limpas” e “esterilizadas” da heterogeneidade ameaçadora que esses indivíduos apresentam aos olhos do senso comum.

Dito de outra forma, algumas cidades para se protegerem contra a “invasão” dos miseráveis de toda a sorte adotam certos procedimentos políticos e administrativos (provenientes do exercício do poder municipal) que visam conter a circulação e a movimentação dessas diferenças no espaço urbano no sentido de “higienizar” as ruas e evitar o “contágio” para manter o ilusório equilíbrio de uma suposta estabilidade social. Até mesmo os mendigos, que se caracterizam por sua permanência fixa nas ruas das cidades, estão sendo retirados de circulação por algumas instituições assistenciais e colocados em marcha a outras localidades para efetivar essa tecnologia higienista.

Isso nos permite constatar que parece não haver mais lugar para os miseráveis no espaço das cidades por representarem a diferença ou a “anomalia” que precisa ser contida e evitada para a manutenção da ordem e do controle social. Impossibilitados de circularem pelas cidades, esses indivíduos preferem as rodovias, o único lugar passível de circulação e controle das diferenças numa perambulação interminável sob o comando e a vigilância da ação normalizadora.

Nesse sentido, a normalização passa a incidir, também sobre a movimentação de todos os indivíduos criando corredores e ritmos de circulação mais do que pontos estáveis de estacionamento e ancoragem, sendo essas condições uma das características marcantes que assolam a sociedade brasileira contemporânea. No caso dos andarilhos, circunscritos nas malhas rodoviárias do país, eles fazem da perambulação constante sua condição exclusiva de existência, permitindo, assim, o exercício de poder e saber das instituições assistenciais que normaliza, organiza, controla e distribui tais heterogeneidades para territórios geográficos ainda inabitados para a maioria da população. Nesse contexto, podemos dizer que as instituições assistenciais se configuram como uma ferramenta estratégica a serviço do biopoder onde a norma exerce uma função fundamental na administração da vida em sociedade.

PARTE II
OBJETIVOS E MÉTODO

I. OBJETIVO GERAL

Investigar a percepção que os dirigentes e profissionais de algumas instituições assistenciais públicas e filantrópicas do Estado de São Paulo têm acerca da errância radical dos andarilhos de estrada no contexto social contemporâneo.

II. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) verificar quais as possíveis razões pessoais que motivam esses profissionais nos desempenhos das atividades assistenciais com a população errante;
- b) analisar que tipo de assistência é desenvolvido junto aos andarilhos de estrada durante sua estadia na instituição e como eles chegam a elas;
- c) verificar quais as principais normas e procedimentos utilizados pelas instituições;
- d) identificar que expectativas esses profissionais mantêm em relação à errância dos andarilhos;
- e) verificar a participação do Sistema Único de Assistência Social nas instituições públicas;
- f) analisar a visão da religiosidade nas instituições filantrópicas em relação aos andarilhos.

III. LOCAIS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada em quatro instituições assistenciais de diferentes cidades do Estado de São Paulo que foram previamente selecionadas e aceitaram participar espontaneamente desse estudo. As instituições foram selecionadas levando-se em consideração sua localização estratégica e tipo de gestão. Quanto à localização, foram selecionadas aquelas situadas nos principais corredores de passagem de andarilhos e trecheiros pelo Estado de São Paulo fundamentados em alguns dados de pesquisas realizadas por Justo (2002) que indicaram as principais rotas de circulação dessa população. De acordo com o mapeamento realizado por esse autor, existem, no Estado de São Paulo, duas

importantes correntes migratórias: a do leste-oeste e norte-sul, sendo a capital uma referência importante dessas correntes seja como ponto de chegada, de partida ou de passagem.

Assim, a corrente do leste-oeste compreende, fundamentalmente, itinerários de São Paulo à Guaratinguetá pela via Dutra (BR 116), São Paulo à Bragança Paulista pela Fernão Dias (BR 381), São Paulo à Presidente Prudente pelas vias Raposo Tavares (SP 270) e Castelo Branco (SP 280) e São Paulo à Araçatuba passando por Bauru pela via Marechal Rondon (SP 300). A corrente norte-sul compreende, basicamente, deslocamentos de São Paulo a Ribeirão Preto pelas vias Anhanguera (SP 330) e Bandeirantes (SP 348), sendo Campinas um importante entroncamento viário para São José do Rio Preto pela via Washington Luis (SP 310).

Partindo dessas considerações, os dados foram coletados nas instituições assistenciais das seguintes cidades: São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru. A escolha dessas cidades foi justificada no projeto inicial devido a algumas razões peculiares: São Paulo e Campinas por serem cidades-referência para as ramificações do fluxo da errância, sendo, portanto, passagem obrigatória para todos os errantes que circulam pelo Estado; Ribeirão Preto por ser rota obrigatória e concentrar os errantes que transitam rumo ao Triângulo Mineiro e Goiás; Bauru por ser um corredor de ligação entre o leste, oeste e noroeste do Estado e por estar próxima a Ourinhos que faz divisa com o norte do Paraná, sendo um importante ponto de ligação com toda a região Sul do país e um dos principais corredores para o Mato Grosso do Sul (via Raposo Tavares).

Além da localização, levamos também em conta a natureza da instituição mantenedora para contemplar diferentes modelos de gestão e formas de entendimento dos objetivos, estratégias e tratamento prestado aos andarilhos que recorrem a esses serviços assistenciais. Por esse critério foram selecionadas duas instituições administradas diretamente pelo poder público municipal e outras duas administradas por entidades

filantrópico-religiosas, compreendendo uma do segmento católico e outra do segmento espírita (ambas fundamentadas na moral do cristianismo).

Levando-se em consideração os dois critérios estabelecidos, selecionamos duas instituições públicas, o SAMIM (Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante) na cidade de Campinas e a CETREM (Central de Triagem e Encaminhamento ao Migrante) em Ribeirão Preto. No setor das instituições filantrópico-religiosas selecionamos a CM (Casa do Migrante) localizada na cidade de São Paulo e administrada por um segmento da igreja católica (Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos) e o CEAC (Centro Espírita Amor e Caridade) na cidade de Bauru de orientação espírita-cristã. De um modo geral, as instituições que realizamos as entrevistas não possuem muitos profissionais envolvidos diretamente nas atividades junto à população errante.

Além do dirigente, responsável pela administração, todo o trabalho se concentra na assistente social que determina e estabelece os procedimentos e as principais diretrizes a serem efetivadas com os indivíduos nela albergados. Por essas razões, outros trabalhadores presentes na instituição como vigia, cozinheira, faxineira e motorista se recusaram a falar alegando não ter muito contato com os andarilhos de estrada, se limitando apenas em executar suas atividades rotineiras. A não participação desses funcionários, dentro do organograma dessas instituições, não prejudicou o andamento da pesquisa porque nos interessava colher dados junto àqueles que detêm maior parcela de poder e de comando na implementação de diretrizes e procedimentos adotados na instituição.

IV. PARTICIPANTES

Essa pesquisa contou com a colaboração de sete (07) participantes sendo que quatro foram os dirigentes responsáveis diretos pela administração da instituição e os outros três, funcionários subordinados a eles (todos com formação de nível superior e a maioria do sexo feminino). Assim, entrevistamos dois participantes por instituição uma vez que outros

funcionários se recusaram a participar alegando timidez ou mesmo dificuldade para responder as perguntas. Vale ressaltar que tal recusa em contribuir com a pesquisa pode estar relacionada, talvez, com o receio de perder o emprego porque boa parte dos funcionários é contratada por tempo determinado que, no caso das instituições públicas municipais, coincide com os quatro anos de gestão do prefeito, podendo ser renovado se o mesmo for reeleito para um novo mandato.

No caso das instituições filantrópicas, devemos salientar que na instituição espírita de orientação kardecista a maioria se caracteriza por trabalho voluntário e somente a assistente social e as funcionárias da cozinha e limpeza possuem atividade remunerada. A instituição mantida pelo segmento da igreja católica é dirigida e centralizada pela assistente social que realiza a triagem e determina os procedimentos a serem adotados conforme a situação dos usuários do serviço. Vale enfatizar, também, que, no caso da instituição assistencial mantida pela igreja católica, apenas a assistente social aceitou participar da pesquisa enquanto os demais funcionários se recusaram enfaticamente em contribuir, fato este que foi respeitado pelo pesquisador, conforme recomendações da Resolução 196/96 do Ministério da Saúde sobre pesquisa envolvendo seres humanos. O Quadro 1, a seguir, apresenta o perfil dos participantes nas instituições assistenciais selecionadas para a realização da pesquisa, bem como a profissão, o tempo de trabalho e função ocupada.

Quadro 1: Perfil dos participantes segundo o sexo, função, profissão e tempo na instituição assistencial.

Instituição Assistencial	Participantes	Sexo	Função	Profissão	Tempo na Instituição
SAMIM (pública)	P1 (46 anos)	F	Dirigente	Assistente social	07 anos
	P2 (34 anos)	F	Funcionária	Psicóloga	05 anos
CETREM pública)	P3 (41 anos)	F	Dirigente	Assistente social	03 anos
	P4 (47 anos)	F	Funcionária	Bióloga	02 anos
CEAC (filantrópica)	P5 (56 anos)	M	Dirigente	Adm. empresas	22 anos
	P6 (53 anos)	F	Funcionária	Assistente social	29 anos
CM (filantrópica)	P7 (45 anos)	F	Dirigente	Assistente social	06 anos

Conforme podemos verificar no Quadro 1, a idade dos participantes variou de 34 a 56 anos e o tempo na instituição de 02 a 29 anos, sendo a maioria do sexo feminino com formação em serviço social. Vale destacar a descrição do CEAC onde temos um dirigente formado em administração de empresa com atuação de 22 anos, seguido da assistente social com 29 anos nessa a instituição filantrópica, contrastando com os dados da CETREM (instituição pública) onde a dirigente e a funcionária apresentam um tempo de atividade relativamente curto, inferior a 04 anos. No caso da CETREM, o pouco tempo de atuação da dirigente e funcionária está relacionado com a posse de uma nova gestão municipal ocorrida no ano de 2009 com as eleições para prefeitos e vereadores. Outro dado curioso sobre a CETREM é que essa instituição está subordinada à Secretaria de Assistência Social onde atua a dirigente, ficando a supervisão da instituição sob a responsabilidade da funcionária com formação em biologia.

V. MÉTODO

Utilizamos uma abordagem qualitativa entendendo que esse é um dos caminhos viáveis para a compreensão da maneira como os indivíduos, historicamente constituídos, apreendem a realidade e se posicionam frente a ela, produzindo sentido (Martins & Bicudo, 1989, Pereira, 1999). Vale ressaltar que tal abordagem não tem como preocupação e instrumental básico o levantamento e análise de dados estatísticos. A pesquisa qualitativa volta-se para a descrição da experiência humana, para a compreensão da realidade tal como ela é vivida e significada pelos próprios atores. Portanto, a pesquisa qualitativa tem como ênfase o indivíduo no mundo, sua produção de sentido e toda a complexidade social que o envolve visando descobrir o potencial de suas percepções e subjetividade.

A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados através de uma metodologia quantitativa, e há outros que exigem diferentes enfoques e,

conseqüentemente, uma metodologia de conotação qualitativa (Richardson et al., 2008, p. 79).

Sendo assim, o dado qualitativo é a estratégia de classificação de um fenômeno aparentemente imponderável que, fixando premissas de natureza ontológica e semântica, instrumentaliza o reconhecimento do evento e suas relações com outros eventos num dado contexto social (Pereira, 1999). Portanto, não se trata de uma crítica aversiva em relação à abordagem quantitativa pautada nas ciências positivistas, mas há situações em que se evidencia a necessidade de substituir uma simples informação estatística por dados qualitativos.

Em princípio, podemos afirmar que, em geral, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares... Isto se aplica, principalmente, quando se trata de investigação sobre fatos do passado ou estudos referentes a grupos dos quais se dispõe de pouca informação... cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos devido à complexidade que encerra (Richardson et al., 2008, p. 80).

A opção por esse tipo de abordagem é justificada nessa pesquisa por se tratar de um tema inédito e inexplorado acerca de um grupo específico de indivíduos sobre os quais pouco se tem investigado nas dinâmicas institucionais da assistência social. Assim, adotar procedimentos quantitativos sobre determinado assunto que exige uma compreensão pormenorizada das informações fornecidas pelos indivíduos, pode comprometer os objetivos que se deseja atingir e, em certos casos, apresentar limitações ao tentar explicitar alguns problemas complexos e de profundidade. A abordagem qualitativa além de compreender os processos dinâmicos vividos por grupos sociais possibilita, ainda, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos num dado contexto social.

VI. INSTRUMENTO

O instrumento norteador dessa pesquisa foi um roteiro de entrevista semi-estruturado por permitir que o pesquisador explore os conteúdos elaborados pelo entrevistado, ampliando e decodificando as informações emitidas durante o processo interativo da

comunicação e por ser um dos principais instrumentos utilizados em pesquisas qualitativas. Richardson et al. (2008), consideram, ainda, que o valor desse tipo de entrevista reside na possibilidade de aprofundamento do conhecimento da realidade do indivíduo do que apenas descrever a realidade factual do fenômeno investigado, pois, as minuciosidades fornecidas pela entrevista podem revelar detalhes significativos para a compreensão daquilo que se pretende pesquisar.

[...] visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema; as suas descrições de uma situação em estudo. [...] pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa... procura saber que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, as quais o pesquisador acredita (Richardson et al., 2008, p. 208).

A aplicação das entrevistas foi efetuada pelo próprio pesquisador aos dirigentes e profissionais das instituições assistenciais que aceitaram participar, espontaneamente, dessa pesquisa após a aprovação formal do Comitê de Ética (Vide Anexo), na qual procuramos construir uma situação de interação com os entrevistados desde o agendamento prévio (via telefone e endereço eletrônico) ao contato direto propriamente dito, esclarecendo sobre a temática da pesquisa e seus objetivos. Nesse processo, enfatizamos também o nosso compromisso em manter o anonimato das informações, bem como o anonimato e privacidade dos entrevistados, respeitando, ainda, seus valores culturais, sociais e religiosos. O registro das entrevistas, realizadas individualmente, foi feito com o recurso de um gravador a partir do momento em que os participantes da pesquisa concordaram com o uso desse equipamento. O tempo de duração das entrevistas, por participante, girou em torno de quarenta e cinco minutos aproximadamente.

Levando-se em consideração os objetivos propostos de nossa pesquisa, o roteiro de entrevista foi dividido em três tópicos gerais e um específico. Assim, no Tópico I, elaboramos questões referentes aos dados dos entrevistados, no Tópico II assuntos relacionados a dados estruturais das instituições e no Tópico III, questões acerca da

percepção de dirigentes e profissionais sobre os andarilhos, além dos procedimentos institucionais de acolhimento dos mesmos nessas instituições assistenciais. No Tópico IV, inserimos questões específicas para as instituições filantrópicas do segmento católico e espírita com a intenção de verificar se a religiosidade pode interferir na visão que os dirigentes e funcionários têm acerca da errância dos andarilhos. No caso das instituições públicas acrescentamos também duas questões específicas referentes às políticas públicas de assistência e as cobranças da administração municipal em relação à própria instituição assistencial (Vide Apêndice).

VII. APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Antes de iniciarmos nossa visita às instituições assistenciais, estabelecemos um contato prévio com os dirigentes das mesmas visando garantir a efetivação das entrevistas com data e horário marcado. Destacamos que não tivemos qualquer problema em relação às visitas e os participantes que nos concederam as entrevistas foram muito prestativos, pontuais e colaboram plenamente com as questões de nossa investigação.

Após a aplicação das entrevistas, todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido em duas vias para resguardar seus direitos quanto ao anonimato das informações. Vale ressaltar, também, que será utilizado na sistematização dos dados pseudônimos para identificar os participantes da pesquisa conforme estabelece a resolução 196/96 sobre pesquisas envolvendo seres humanos.

VIII. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a realização das entrevistas, os relatos foram sistematizados através da *técnica de análise de conteúdo* (Bardin, 1979). Essa opção se justifica pelo fato de considerar os aspectos semânticos mais relevantes (núcleos de sentido) presentes nos enunciados emitidos pelos entrevistados, além de fornecer uma sistematização satisfatória para a compreensão do

fenômeno investigado. Tal técnica de análise consiste, resumida e fundamentalmente, nas seguintes etapas:

a) *transcrição na íntegra das entrevistas gravadas*: é a etapa mais prolongada de todo o processo de análise em que o pesquisador precisa estar atento aos detalhes de cada narrativa emitida pelo entrevistado e qualquer omissão pode camuflar o objeto de investigação;

b) *leitura flutuante do corpus (pré-análise)*: trata-se da realização de várias leituras e releituras do material a ser analisado, objetivando a sistematização e codificação dos dados coletados.

[...] a codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto (Bardin, 1979, p. 103).

c) *análise temática*: consiste na separação e identificação dos temas abordados em unidades de registro (núcleos de sentido), visando agrupá-los, posteriormente, em categorias e subcategorias discursivas. Desse modo, “(...) fazer uma análise temática, consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 1979, p. 105). Após esta etapa minuciosa de análise, os dados são categorizados segundo regras precisas que levem em consideração os elementos constitutivos das narrativas transcritas na íntegra.

[...] a *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (Bardin, 1979, p. 117 – grifo da autora).

d) *resultados e interpretação*: refere-se à organização de uma estrutura condensada das informações com apresentação de trechos das entrevistas que caracterizem os diferentes

temas abordados para permitir confrontos e discussões com referencial teórico, a fim de elaborar um conjunto de interpretações que abarquem as consistências dos dados apresentados.

Após a sistematização das entrevistas a partir da técnica de análise de conteúdo, procuramos explorar os resultados empíricos do tema. Para tanto, optamos por dividir a apresentação dos resultados em seis categorias temáticas seguidas de suas subcategorias para facilitar a compreensão do objeto de estudo dessa pesquisa. Desse modo, na Categoria I apresentamos dados relacionados ao funcionamento institucional com ênfase nos aspectos estruturais referentes às normas e procedimentos adotados, tempo de permanência, os serviços oferecidos, os objetivos institucionais e as motivações pessoais que levam os dirigentes e profissionais a desenvolverem suas atividades de trabalho com esses sujeitos.

A Categoria II aborda questões referentes às formas de acesso dos andarilhos às instituições assistenciais enquanto que a Categoria III trata de assuntos relacionados à percepção que os dirigentes e profissionais têm sobre eles. Na Categoria IV apresentamos as perspectivas que esses dirigentes e profissionais têm em relação aos andarilhos e na Categoria V, procuramos identificar algumas relações entre as instituições públicas e as políticas assistenciais. Finalmente, na Categoria VI o nosso objetivo foi compreender a função da religiosidade junto às instituições filantrópicas no sentido de verificar se o fator religioso interfere nas atividades assistenciais prestadas não somente aos andarilhos, mas aos demais usuários que recorrem a elas para as suas necessidades subsistenciais.

Vale ressaltar que há várias maneiras de se apresentar a análise das categorias e subcategorias de uma pesquisa qualitativa. Assim, dependendo do estilo assumido pelo autor as subcategorias podem ser analisadas e discutidas uma após a outra ou conjuntamente no término da apresentação de todos os relatos referentes à mesma categoria. Nesse caso, optamos por fazer uma discussão de cada subcategoria após a apresentação dos relatos

referentes ao mesmo tema. Como se trata de relatos de entrevistas, utilizaremos o código “P” para nos referirmos aos participantes com o objetivo de manter o sigilo e o anonimato das informações.

PARTE III
INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

I. FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL

Essa categoria visou compreender os modos de funcionamento das instituições assistenciais no acolhimento não somente de andarilhos, mas, também, de outros usuários desses serviços conforme os relatos apenas de seus dirigentes que são os responsáveis pelas informações dessa natureza. A finalidade de compreender esse funcionamento foi para verificarmos se algumas instituições ofereciam alternativas, além daquelas tradicionalmente presentes em suas operações normativas. Essa categoria possibilitou identificar as seguintes subcategorias: os objetivos institucionais, o tempo de permanência, os serviços básicos oferecidos, bem como as regras e procedimentos.

Objetivos Institucionais

Os relatos dos dirigentes revelaram que as instituições assistenciais de nossa pesquisa têm por objetivos acolher os indivíduos necessitados ou em situações de desamparo e miserabilidade através do fornecimento de alimentação e higiene. A questão da higiene aparece evidenciada em quase todos os relatos, dando a impressão de ser mais importante que o acolhimento dos próprios indivíduos. Merece destaque, também, dois relatos que associam alimentação e cama limpa com o conceito de humanização.

Os objetivos seriam acolher todos que se encontram em situação de miséria na cidade e providenciar alimentação e banho para as suas necessidades emergentes e, na medida do possível, tentar encaminhá-los para a família ou para a cidade que desejam seguir através de passagens de ônibus em parceria com a prefeitura e empresas concedentes ou a pé mesmo... (P1).

Atender as pessoas que necessitam. Em primeiro lugar é a humanização. Nosso interesse é que as pessoas que venham para cá tenham uma alimentação, muitas delas já perderam o vínculo com a família e já se esqueceram como é dormir numa cama. Então, é assim: trazer essas pessoas para que elas possam ter a oportunidade de sentir o prazer de estar dormindo novamente num colchão com uma roupa de cama limpa, se sentar limpo em uma mesa com outras pessoas... (P3).

O objetivo da instituição é não deixar essas pessoas ficarem na rua, no tempo, com fome, com frio, em condições praticamente desumanas e acolhê-los. Eu já cheguei a atender pessoas aqui, assim, que desceu o que tinha que descer em termos de dignidade. Quando chega aqui e recebe um tratamento como nós fazemos questão de dar, com muito carinho,

com muito respeito, um tratamento digno, um albergue que talvez alguns até nas cidades não têm o padrão que nós temos aqui de limpeza, oferecendo uma boa alimentação, roupas, tratamento digno sem muros, então, as pessoas se sentem dignas e protegidas (P5).

[...] o objetivo da instituição é dedicar aos migrantes do mundo todo, independentemente de nacionalidade, etnia, cor ou credo. Além do trabalho com migrantes, a Casa também acolhe andarilhos que passam por aqui. O nosso lema de trabalho é baseado no Novo Testamento numa passagem de Mateus [25:35] que diz: “Tive fome e me deste de comer, tive sede e me destes de beber, era estrangeiro e me hospedaste”. Então, Dom João Scalabrini preocupado com as pessoas que partiam para outros países, fundou essa Congregação Missionária para atender os migrantes. Ele dizia que para o migrante, a verdadeira pátria é aquela que lhe dá o pão (P7).

Conforme podemos verificar, a questão da higiene, além da alimentação básica oferecida, aparece destacada nos relatos como sendo um dos principais objetivos dessas instituições no acolhimento de andarilhos e demais usuários que recorrem a esses serviços. Isso não é de se estranhar mediante o fato de permanecerem nelas por tempo limitado, repercutindo, assim, numa assistência imediatista e coerente com os interesses políticos do Estado. Um dos relatos também aponta que higiene e alimentação podem tornar os andarilhos e outros usuários mais dignos e protegidos como se isso bastasse para as instituições assistenciais exercerem suas atividades políticas de gestão da miséria.

A esse respeito, Martinelli (2001) enfatiza a necessidade das instituições assistenciais ultrapassarem esses objetivos meramente funcionais de acolhimento e alimentação para que seja possível a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Segundo ela, sem a estruturação da consciência de classe, a assistência social continuará a exercer uma função linear e mecânica na manutenção dos interesses capitalistas do Estado no controle e administração das desigualdades. Para que essa consciência de classe se torne viável, a autora defende a ideia da necessidade de ruptura com a alienação a partir de projetos libertadores dentro da própria formação profissional ainda presa a um assistencialismo caracterizado por atitudes contemplativas, imediatistas e superficiais, associado a um pensamento abstrato, esvaziado de conteúdo e reflexões críticas ante a realidade repleta de contradições e antagonismos.

Segundo Alves (2009), isso acontece porque as condições materiais concretas que geram a pobreza e a miséria não estão sendo criticamente questionadas pelos próprios profissionais, transformando o “assistido” desses serviços num eterno dependente das políticas de amparo pautadas pela alimentação temporária oferecida e na preocupação higiênica dos próprios indivíduos. Nesse contexto, a assistência social, conforme atesta a autora, tem sido um mecanismo de reprodução da tutela e do controle sobre camadas empobrecidas e discriminadas da sociedade porque nunca ultrapassou a condição da ajuda e do favor. Daí a importância de propor, inclusive, momentos de participação democrática visando uma discussão mais ampla e politizada acerca de questões fundamentais em torno da assistência no campo dos direitos sociais que ultrapasse os objetivos meramente emergenciais como alimentação e doação de roupas, por exemplo.

As medidas higienistas também foram destacadas por Nasser (2001) ao considerar que algumas instituições assistenciais veem com orgulho a obrigatoriedade do banho de todos os albergados como sinônimo de bom atendimento, evidenciando, assim, uma falta de consciência em relação à realidade vivida pelos próprios sujeitos dependentes desses serviços num cotidiano absolutamente imprevisível e incerto quanto ao futuro. Nesse caso, Nasser defende ideia semelhante à das autoras destacadas anteriormente ao sugerir a necessidade de se pensar o serviço social para além das aparências enganadoras que o capitalismo proporciona ao vender a falsa imagem protecionista de amparo aos mais carentes e economicamente menos produtivos com a força de trabalho.

Isso demanda profundas reflexões na própria formação profissional capaz de possibilitar ao assistente social uma visão de mundo mais ampla e realista para que possa desenvolver, nas suas práticas cotidianas de trabalho, projetos condizentes com os sujeitos assistidos e não com os interesses políticos das gestões municipais. Em outras palavras, os profissionais do serviço social estão descompromissados com a transformação política, pois,

além de não participarem coletivamente do processo de produção de novas relações sociais, permanecem indiferentes sem criar alternativas para o enfrentamento da desigualdade e miséria.

No que se refere à ideia de humanização apontada por uma das dirigentes, fica claro que se trata de uma palavra-chave de convencimento social para compor o discurso politicamente correto da gestão municipal, pois, “humanizar” significa, segundo Martins (2001), dar lugar à palavra do usuário, compreender suas necessidades fundamentais para promover ações, programas e políticas assistenciais levando-se em consideração a dignidade ética, o respeito mútuo e as ações solidárias. Isso quer dizer que “humanizar” a assistência social não é oferecer cama limpa, alimentação e troca de roupas para os usuários por um curto período de permanência na instituição, mas, respeitar os usuários dos serviços, aceitar suas diferenças, interessar-se pelos seus problemas e, na medida do possível, oferecer-lhes uma estadia mais satisfatória.

Seja como for, os objetivos das instituições assistenciais pesquisadas ainda estão vinculados a uma política emergencial de acolhimento temporário que oferece apenas alimentação, higiene e encaminhamento para outras cidades sem quaisquer pretensões que ultrapasse o minimamente possível. Isso nos possibilita considerar que tais objetivos parecem se configurar como pólos de captação da pobreza e núcleos mantenedores das desigualdades a serviço dos interesses políticos do Estado que elegeu a miséria para perpetuar sua gestão de controle sob a população por representar os efeitos “anormais” e contrastantes aos modelos escolhidos pela sociedade contemporânea pautados pela riqueza, saúde e bem-estar como sinônimos de felicidade.

Tempo de Permanência

No que se refere ao tempo de permanência de andarilhos e demais usuários que acorrem às instituições assistenciais, os relatos dos dirigentes indicaram um período equivalente a dois dias, podendo ser expandido conforme as situações de saúde apresentadas pelos sujeitos. Vale ressaltar que o tempo de permanência é apenas estimativo porque essas instituições não possuem banco de dados com todo o fluxo exato de movimentação desses indivíduos, podendo sofrer variações, principalmente no período de inverno.

Olha, como em Campinas só existe esse albergue municipal, nós não temos ainda um abrigo para população em situação de rua, então a gente acaba acolhendo todas as situações emergenciais da assistência social. Hoje o albergue funciona com atendimento de cinco dias para aquelas pessoas que são os itinerantes, os migrantes que estão vindo de um outro local. Já os andarilhos ficam aqui no máximo um ou dois dias porque eles não gostam de ficar muito tempo e no dia seguinte pedem para sair (P1).

Existe um prazo. Geralmente, são dois dias. Muitos albergues funcionam assim. Mas, casos especiais são levados em consideração como uma doença e tal. Nesses casos, a gente procura encaminhar para os ambulatórios de saúde (P3).

No máximo dois dias. Mas se o cara precisa tirar um documento ou passar por um tratamento de saúde, aí pode ficar um pouco mais dependendo da situação. Já houve casos aqui de um cara ficar quase um mês. Era um senhor andarilho que tinha uma das pernas em fase de decomposição em função de uma trombose. Depois desse período, deu uma certa melhora e aí o encaminhamos de trem para Mato Grosso do Sul que era a cidade Natal dele. Mas, a média de permanência é dois dias e isso é padrão que vale para quase todos os albergues que conhecemos (P5).

[...] No caso dos andarilhos, eles ficam no máximo dois dias. A maioria só quer tomar um banho, dormir, alimentar e no dia seguinte ir embora (P7).

Embora os andarilhos já estejam acostumados com essa situação por conhecerem bem as regras institucionais devido ao longo tempo de vivência e adversidade pelas estradas, esses dados nos possibilitam conjecturar que o tempo de permanência pode ser realmente um fator importante para o surgimento de novos andarilhos pelas rodovias, pois, a partir do momento em que o sujeito deixa a instituição assistencial num prazo curto e a buscar esse mesmo serviço em outra cidade, a tendência é ele preferir a estrada com o passar dos anos em virtude das regras disciplinadoras apresentadas por essas instituições assistenciais,

especialmente no tocante às normas e procedimentos a serem obedecidos conforme destacaram Snow e Anderson (1998).

Outro fator que pode favorecer a permanência dos andarilhos nas estradas está relacionado ao que Castel (1994, 1998) entende como *individualismo negativo* onde o indivíduo é deslocado para a zona de desfiliação social e dificilmente conseguirá retornar à zona de integração, pois, segundo o autor, está aquém das exigências do mundo globalizado que só reconhece aqueles conectados na zona de integração social dos modos capitalistas de produção. Nesse sentido, o indivíduo situado nessa zona de desfiliação vai se “adaptando” à dura realidade das ruas ou rodovias e acaba se entregando à lassidão e aos tormentos carregados em seu mundo psíquico cujas alternativas restantes são contar com a própria sorte numa vida errática ou fomentar a ideia do próprio aniquilamento existencial quando a desesperança e o desespero apossam definitivamente de sua personalidade desvairado (Justo & Nascimento, 2005).

Snow e Anderson (1998) endossam nossos argumentos quando apontam que os vacilantes, localizados na zona de desfiliação social, ao se acostumarem com as adversidades do mundo da rua acabam por assimilar seus costumes e condições adversas de sobrevivência e à medida que se arrastam os dias e meses começam a perder de vista o mundo de onde vieram. Segundo os autores, quanto mais tempo o indivíduo permanecer nas ruas, mais a sua visão de mundo vai se alterando e passam a ver de modo objetivo como é possível subsistir de uma maneira que provavelmente se tornará rotinizada pelo resto de sua vida. Mas por que isso acontece?

Segundo Castel (1998), uma das explicações possíveis pode estar relacionada ao fato de as instituições assistenciais aceitarem as políticas de inserção social administradas pelo Estado e produzem uma lógica de *discriminação positiva* por definir com precisão as clientelas a serem atendidas no espaço social. Segundo o autor, essas políticas de inserção

podem ser compreendidas como um conjunto de empreendimentos que procuram maquiar e mitificar as desigualdades com o intuito de reequilibrar fantasiosamente a distância em relação à zona de integração social dos indivíduos *inintegráveis* em função dos interesses econômicos do capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, a discriminação é positiva porque serve de estratégia política e administrativa para que o Estado controle essa população, pois, o poder funciona melhor à medida que “acaba” com a pobreza ao elaborar projetos assistenciais voltados para os mais pobres e miseráveis contando sempre com as instâncias jurídicas reconhecidas por lei constitucional. Assim, a assistência social, compreendida como “um direito do cidadão e dever do Estado”, conforme preconiza o enunciado da LOAS (Lei nº 8742/93), realiza uma socialização generalizada da miséria porque se detém apenas em oferecer recursos subsidiários de alimentação a todos aqueles cuja existência não pode ser assegurada pela falta de trabalho e propriedade.

Dessa forma, a questão fundamental que emerge na atualidade é descobrir outros modos de subjetivação para que esses sujeitos readquiram pelo menos o direito de serem cidadãos integrados na sociedade e capazes de proverem suas próprias condições de sobrevivências através da autonomia e do cuidado de si mesmos sem dependerem eternamente da ajuda assistencial. Em outras palavras, é preciso intensificar o debate das políticas públicas de assistência e propor reflexões críticas sobre os aparelhos administrativos que fundamentam a operacionalidade dos serviços sociais para liberar o sujeito da subordinação na estrutura administrativa do Estado a fim de desmistificar a cultura assistencialista baseada no clientelismo.

De acordo com Martinelli (2001), isso significa dizer que as instituições assistenciais, precisam adquirir autonomia e identidade própria para repensar suas práticas a fim de elaborar uma visão crítica da realidade capaz de desnudar a roupagem fantasiosa de uma

sociedade altamente fetichizada pelos modos capitalistas de produção e propor um serviço social engajado com as reais necessidades de seus usuários. A ideia defendida por essa autora é que ao se submeter aos interesses políticos do Estado, o serviço social se corrompeu pela ilusão do capital e abandonou seus princípios éticos de promoção social aos menos favorecidos. Por essa linha de raciocínio, podemos dizer que o funcionamento da maioria das instituições assistenciais executa atividades previamente elaboradas porque a finalidade é dispensar os sujeitos para outras localidades.

Segundo Rangel (1987), essa prática de dispensa dos sujeitos para outras localidades está relacionada com as políticas municipais de assistência que considera mais fácil e menos oneroso colocá-los em circulação que criar projetos sociais pelo simples fato deles também gostarem de viver dessa forma. De acordo com os argumentos dessa autora, isso acontece porque no imaginário social da população esses indivíduos representam a negação daquilo que ela quer ser. E se a sociedade não quer vê-los, não há razões para elaborar uma política de assistência para resgatar a sua cidadania, pois, fazer um trabalho de promoção social junto a eles, além de ser considerado dispendioso aos cofres públicos que poderia usar essas verbas em setores mais lucrativos, reverteria a popularidade política dos prefeitos e seu descrédito eleitoral com a população local.

Serviços Básicos Oferecidos

Os relatos dos dirigentes das instituições pesquisadas indicaram que o serviço oferecido é basicamente de ordem material como uma troca de roupa, alimentação, banho e produtos de higiene pessoal. Pelo fato de não poderem permanecer por mais de dois dias na maioria dessas instituições assistenciais, esses serviços básicos constituem o auxílio habitual que podem oferecer aos mais necessitados no dia-a-dia das atividades de “amparo”.

Além da alimentação, todos os dias os usuários recebem toalha de banho. Shampoo, sabonete, escova de dentes, aparelho de barbear e pentes são descartáveis e entregues para a pessoa quando chega nesse albergue. Esse é serviço que o albergue pode oferecer a eles e aos andarilhos porque aqui ninguém pode ser tratado diferente... (P1).

A gente oferece alimentação, banho, roupas e uma triagem para ver o que as pessoas estão precisando de imediato... os andarilhos que passam por aqui só vem em busca de comida e banho e nem ficam dois dias. Só uma noite e no dia seguinte, agradecem e pedem para deixar sair porque eles querem ir para as estradas mesmo... a assistência básica é acolher as pessoas e saber o que elas mais precisam, dando a elas o pernoite, a troca de roupas e alimentação... Então, a Cetrem tem trabalhado dessa forma: acolher cada um dentro de suas necessidades... (P3).

[...] o atendimento que a gente oferece é aquele atendimento, assim, mais material num ambiente acolhedor. No albergue não há tempo suficiente para se fazer um trabalho, assim, de profissionalização... porque o albergue é apenas para migrantes e não para morador de rua que tem vínculo na cidade... Em regra geral o serviço oferecido é alimentação, troca de roupa... então, a assistência é igual para todos e não dá para fazer mais que isso: café da manhã, sopa, banho, troca de roupa, calçado... Já os andarilhos, só se alimentam e vão embora, não querem saber de regras e a gente libera para irem adiante porque é de costume deles andarem (P5).

A Casa oferece serviços de mesa, cama e banho, tanques para lavagem de roupa e ferro de passar... Essa é a assistência básica que oferecemos. Agora, quando chega um andarilho, ele mesmo não fica e pede para ir embora no dia seguinte. Então, não dá para fazer nada por eles porque eles mesmos não querem ser ajudados. Ele vem, passa por aqui e pede uma comida e no dia seguinte pede para ir embora e aí, temos que respeitar a sua vontade e o seu direito de ir e vir... (P7).

Conforme podemos verificar nos relatos, as instituições pesquisadas oferecem serviços de cunho material e uma assistência de caráter provisório onde o sujeito é suprido apenas em suas necessidades emergenciais de subsistência. No caso específico dos andarilhos, os relatos dos dirigentes a respeito dos serviços oferecidos indicaram que pelo fato de serem da estrada não é possível fazer muita coisa, além do materialmente possível. Isso nos leva a pensar que o serviço social oferecido por essas instituições está pautado numa prática caracterizada pelo clientelismo assistencial que procura desenvolver atividades superficiais em conformidade com as conveniências políticas vigentes nos Estados e municípios, conforme destacaram Vieira et al. (2004). De acordo com essas autoras, nas práticas clientelistas não são considerados os direitos sociais dos indivíduos porque o objetivo é manter uma relação de adesão e cumplicidade aos próprios serviços, legitimando os interesses políticos do Estado ou da Filantropia caritativa na administração das

desigualdades uma vez que os andarilhos e tantos outros situados à margem da sociedade são classificados como indigentes e absolutamente inúteis para a força produtiva de trabalho.

Alves (2009) também enfatiza que as condições sociais geradoras de pobreza e miséria não estão sendo questionadas na raiz da estrutura assistencial e isso transforma o sujeito das políticas sociais em um eterno dependente do assistencialismo estatal ou filantrópico que reproduz práticas convencionais voltadas apenas para as necessidades básicas de subsistências dos usuários desses serviços. Segundo essa autora, as políticas assistenciais públicas e filantrópicas não se interessam humanamente pelo sujeito protagonista dos serviços porque ao fomentar um sistema de co-dependência, retroalimenta a subordinação que caracteriza a cultura do assistencialismo brasileiro como uma prática clientelista de pouca resolutividade ao delimitar o atendimento apenas no pernoite, na alimentação e na higiene.

Assim, a prática assistencialista do clientelismo que caracteriza o serviço social desenvolve ações fragmentadas junto aos seus usuários, além de se submeter às ações da biopolítica que controla todos os sujeitos e os classifica simplesmente como necessitados de assistência. No nosso entender, o serviço social parece perpetuar, nesse contexto, uma prática de pronto-socorro ao cumprir uma função eminentemente estratégica na “minimização” das desigualdades sociais devido à recusa de efetuar reflexões críticas junto às superestruturas do poder e estimular o debate de ideias nos aparelhos políticos e econômicos do Estado capaz de promover novas formas de subjetividade.

Desse modo, a questão essencial a ser problematizada na estrutura das instituições assistenciais não são os serviços básicos oferecidos pelo fato deles serem de necessidades imediatas para os andarilhos e demais usuários, mas por que esses serviços se tornam estratégias políticas e administrativas de interesse do Estado visando sua hegemonia. Alves (2009) considera, ainda, que as instituições assistenciais se tornaram ferramentas de

manobras a serviço do Estado porque o objetivo deste é vender a imagem de provedor social que se interessa plenamente pelos seus cidadãos, perpetuando, assim, o falseamento da realidade e a manutenção das desigualdades sociais.

Conforme Martinelli (2001), esses serviços básicos presentes nas instituições assistenciais se prestam a oferecer uma prática clientelista porque o objetivo é produzir um efeito ilusório do real e dar continuidade a um projeto de pronto-socorro, pois, sem essa população necessitada, não haveria possibilidade para o pleno exercício profissional. Isso significa dizer que a assistência social se condiciona a fazer um duplo jogo de interesse não somente do Estado, mas, também da própria soberania da profissão ainda dependente das desigualdades e da miséria para se manter como ciência.

Essa autora acrescenta, ainda, que o serviço assistencial, ao transitar contraditoriamente entre as demandas do capital e trabalho, operando sempre com a identidade a ela atribuída pelo capitalismo como acolhedora da miséria, perdeu as possibilidades de construir formas peculiares e autênticas na conscientização histórica de boa parte de seus profissionais, tornando-se, portanto, uma prática alienada e alienante sem compromisso ético de transformação social. As consequências de tais alienações na prática assistencial repercutem nos serviços básicos oferecidos cuja finalidade é manter oculta da sociedade a miséria trazida pelos pobres, os doentes, os andarilhos e todos aqueles que o sistema capitalista se encarrega de expulsar para o território da não-cidadania.

Esses serviços básicos oferecidos reproduzem, assim, uma prática assistencial pautada pela acomodação no desempenho das atividades previamente elaboradas sem quaisquer propostas de aprofundamento na busca de soluções dos problemas enfrentados pelos andarilhos e demais usuários num cotidiano permeado por dificuldades e incertezas. Isso nos leva a considerar que enquanto o serviço social reproduzir os interesses das políticas assistenciais públicas e filantrópicas, sua tendência é continuar sendo apenas uma ferramenta

de demarcação da miséria sem engajamentos políticos, principalmente com os andarilhos de estrada, uma figura tão pontual no tecido social.

Outros Serviços

Além dos serviços básicos oferecidos, pudemos verificar que as instituições assistenciais oferecem outros tipos de serviços quando o andarilho e demais usuários apresentam algum problema de saúde física ou mental, tais como terapia ocupacional, encaminhamentos para os ambulatórios, Caps e unidades de pronto atendimento. No caso das atividades de terapia ocupacional, elas são desenvolvidas com sujeitos que estão passando por algum tipo de tratamento médico prolongado (sem serem necessariamente andarilhos). A justificativa apresentada se deve ao fato de não terem um lugar viável para hospedagem, restando como única alternativa as dependências dessas instituições até o restabelecimento da enfermidade. Vale destacar que embora não haja a presença física e constante do profissional de medicina, o saber médico circula nessas práticas assistenciais objetivantes.

O albergue oferece acolhimento que é realizado com a psicóloga em atividades de terapia ocupacional. É feita também uma entrevista com a assistente social que faz encaminhamento para outras instituições de saúde quando a pessoa apresenta algum distúrbio psiquiátrico ou é dependente de drogas psicoativas. Nesses casos, entramos em contato com o Caps ou o pronto socorro e depois com os familiares e procuramos ver se a família vem e o leva para casa... (P1).

Os [andarilhos] que a gente consegue segurar, porque a maioria não fica, está em busca de chegar em algum lugar, alguma cidade com aquela ideia fixa, nós temos o trabalho de terapia ocupacional com os voluntários da USP que estão vindo fazer um trabalho toda quarta e sexta. Aos domingos vem o pessoal da igreja evangélica, orar, tocar, cantar para eles... (P3).

O mesmo tratamento que damos para os migrantes e moradores de rua. Não fazemos distinção com ninguém... Em caso de doenças são encaminhados para o pronto socorro ou para os ambulatórios de saúde mental e depois que melhoram, eles devolvem [os andarilhos] para nós e aí a gente vê para onde encaminha... No caso dos andarilhos, a gente deixa eles irem adiante porque querem viver assim. Então, a assistência é igual para todos e não dá para fazer mais que isso... (P5).

Nós fizemos uma parceria com o PSF que é Programa de Saúde da Família, aí a médica vem pelo menos uma vez por semana, fica aqui um tempo com os enfermeiros e aqueles que apresentam problemas de saúde são encaminhados para tratamento no pronto socorro ou no Caps conforme cada caso porque alguns que passam por aqui têm problemas mentais pelo abuso de álcool e drogas... Essa é a assistência básica que oferecemos. Então, nós acolhemos eles [andarilhos] da mesma forma que os migrantes e damos assistência às suas necessidades de emergência. E pelo fato deles não quererem ficar na cidade, porque o lugar dele é a rua, as estradas, nós não fazemos um trabalho de inserção social porque eles mesmos não aceitam... (P7).

Conforme podemos constatar nesses relatos, fica claro a presença do saber médico num pré-diagnóstico realizado pelos dirigentes (a maioria assistentes sociais) junto a andarilhos e demais usuários desses serviços cujo procedimento habitual é encaminhá-los para tratamento a nível ambulatorial ou desenvolver atividades ocupacionais conforme a situação apresentada por eles. Embora essas situações de enfermidade apresentada pelos sujeitos sejam às vezes inevitáveis, exigindo intervenções médicas nos ambulatórios, por exemplo, chama-nos a atenção, as práticas assistenciais de dessedentarização dos andarilhos porque ao receberem alta do tratamento e retornando ao serviço social, são dispensados e colocados em circulação pelas rodovias. Isso nos leva a acreditar que o serviço social se configura nesse contexto como prática assistencial de pronto-socorro porque é mais prático, cômodo e rápido, em determinadas situações, despejar esses sujeitos para as ruas ao invés de procurar compreender a história pessoal de cada um e encontrar outras possibilidades para a se viver a vida que é da ordem do problemático.

Isso pode estar relacionado, segundo a leitura social desenvolvida por alguns autores, com a própria condição de compressão tempo-espço que permeiam os relacionamentos sociais na atualidade e que são caracterizados pela fragmentação, volatilidade, pressa, descartabilidade, impessoalidade e ausência de interação (Harvey, 2001; Birman, 2000; Bauman, 1997; Lyotard, 1996). Nesse cenário, onde tudo se torna dinâmico dado a exigência de rapidez e fluidez no pensamento e demais setores da existência, a necessidade de abreviação e objetividade acabam incidindo, também, nas atividades profissionais

desempenhadas em qualquer área do conhecimento, além de impulsionar os indivíduos a se tornarem cada vez mais autômatos e preocupados apenas com a performance do próprio eu sempre autorreferente numa sociedade mediada pelo espetáculo e encenação de si mesmo (Ehrenberg, 1991; Debord, 1991; Lasch, 1979).

Inseridos nesse cenário onde as cobranças e pressões exigem dos indivíduos um posicionamento centrado na primazia da excelência e desempenho na qualidade de produção, o tempo exerce uma influência desfavorável, principalmente, quando se tratam de atividades envolvendo a interação humana como os serviços de assistência social. Preocupados em solucionar o mais rápido possível a demanda que as instituições de assistência determinam no atendimento do dia-a-dia junto aos indivíduos desfilados, essas exigências no mundo do trabalho podem culminar, conforme as análises de Dejours (1999), na atenuação das reações de indignação e de mobilização coletiva a favor da solidariedade, propiciando, inclusive, a banalização e a indiferença ao sofrimento alheio para todos os setores da saúde pública.

Numa outra perspectiva, Martinelli (2001) acredita que o encaminhamento desses sujeitos para as instituições de saúde mediante um diagnóstico precipitado, é resultado direto dos processos de alienação profissional que define a assistência social como prática reprodutora dos interesses do capitalismo. De acordo com essa autora, a maioria dos assistentes sociais, ao transitarem pelo mundo dos fenômenos externos, das representações comuns, das aparências enganadoras, se distanciam das possibilidades de obterem um conhecimento mais pleno do real que lhes possibilitem uma atuação profissional compromissada com as transformações históricas. Isso equivale a dizer que a estrutura reificada de suas consciências não lhes permite apreender o sentido utilitário e fetichizado de suas práticas assistenciais, transformando-os, assim, num importante instrumento ideológico de controle social cujo resultado é a indiferença ao sofrimento alheio e ausência de mobilização política.

Por essa razão, talvez seja mais prático encaminhar os sujeitos supostamente portadores de alguma enfermidade para os ambulatórios, unidades de pronto atendimento e Caps, por exemplo, ao invés de procurar compreender as causas de seus infortúnios porque a medicalização da vida se tornou a maneira mais rápida e econômica para regular os sofrimentos na cultura do mal-estar da atualidade (Birman, 2000). Daí a importância conferida ao saber médico e à prescrição de medicamentos para manter os sujeitos, sejam quais forem suas enfermidades, sob controle e vigilância dentro dos padrões socialmente aceitos pela cultura ocidental que elegeu o bem-estar físico e mental como sinônimos da felicidade.

Segundo a análise de Castel (1987), o que está por trás dessa medicalização social não é o controle das patologias e do tratamento dos sintomas apresentados pelo indivíduo, mas o risco de determinados grupos se desviarem daquilo elaborado como norma comum de conduta, produzida historicamente no jogo de forças, para o suposto “equilíbrio” da ordem social. Desse modo, as estratégias médicas visam, sobretudo, a prevenção que requer um rastreamento cuidadoso dos riscos¹³ no sentido de antecipar a eclosão de determinados comportamentos indesejáveis capazes de estremecerem o controle e a vigilância da vida em sociedade. Segundo o autor, essa vigilância não se inscreve nas técnicas disciplinares tradicionais pelo simples fato das políticas médico-preventivas da atualidade se dirigirem aos fatores de probabilidade e correlações estatísticas que decompõem os sujeitos concretos da intervenção e os recompõem a partir de uma configuração de elementos heterogêneos suscetíveis de produzir risco à ordem social.

¹³ De acordo com Castel (1987), o risco não se relaciona à existência de um determinado perigo, mas à probabilidade do aparecimento de comportamentos indesejáveis de determinados grupos de pessoas. Enquanto o perigo remete ao imponderável porque não há como aplicar um cálculo de probabilidade, o risco, por outro lado, se insere dentro de uma ordem contida na ação humana deliberada, indicando a possibilidade de seu acontecimento a partir do comportamento apresentado pelo indivíduo.

Nesse contexto, a administração dos riscos e a medicalização do social podem ser compreendidas, também, pelo efeito direto da biopolítica sobre o controle racionalizado da população conforme as análises desenvolvidas por Foucault (1987, 1988, 2008). Com a perda do poder do soberano e a constituição do biopoder na sociedade disciplinar, o Estado passou a ser o responsável pela gestão da população e o saber médico se tornou o seu maior aliado no controle e na normalização da vida. Em decorrência disso, a medicina, como medida terapêutica e preventiva, transformou-se no modelo ideal para as demais ciências humanas que, inseridas no regime da norma e orientadas pelo exame, passam a funcionar por esse modelo de objetividade sobre o corpo e a alma.

Conforme podemos perceber, a medicalização do social foi o resultado dessa microfísica do poder que procura realizar a normalização da existência, disseminando a saúde e o bem-estar como critérios fundamentais para a vida em sociedade a partir da expansão do saber médico e biológico sobre o corpo. Difundida nas várias ramificações do espaço social, foi a biologia que possibilitou à medicina estabelecer os padrões de normalidade e anormalidade a serem incorporados por outros saberes profissionais, efetivando, assim, a ideia de qualidade de vida sob os efeitos reguladores da medicalização.

Daí essa ideia de encaminhamento para ambulatórios e redes hospitalares estar presente nos discursos dos assistentes sociais, pois, o que se pretende é a normalização dos sujeitos identificados como “portadores” de algum “distúrbio” mental como o abuso de álcool e drogas, verificado num dos relatos, ou possuidores de outras enfermidades que precisam ser diagnosticadas e catalogadas pelo saber médico ou psiquiátrico e normalizadas pelo biopoder. Isso nos possibilita considerar, então, que as instituições assistenciais ocupam um lugar estratégico para as ações da biopolítica no controle da vida dos miseráveis ao incorporar em seus discursos a ideia homogeneizadora de encaminhar os sujeitos

considerados enfermos do corpo ou da alma para as instituições de saúde a fim se serem medicalizados e normalizados.

Regras Institucionais

As regras presentes tanto nas instituições assistenciais filantrópicas quanto nas instituições públicas dessa pesquisa estão relacionadas ao cumprimento das atividades de rotina e à obediência dos horários estabelecidos para alimentação, higiene, descanso e conversa com a assistente social, evidenciando, assim, todo um controle do tempo e do espaço físico onde se encontram os andarilhos e demais usuários dependentes desses serviços. Em algumas instituições, os próprios albergados são solicitados a contribuir na manutenção da limpeza dos alojamentos e sanitários.

[...] todos devem obedecer aos horários estabelecidos para banho, alimentação, rouparia e atendimento da equipe técnica. Todo albergado após cinco dias só poderá retornar depois de seis meses para essa instituição assistencial. Eles levantam cedo e tomam café às 7:00 horas; já o almoço é servido às onze e meia. Às 16:00 horas é servido o café da tarde e às 19h30 o jantar. Depois das 20h30 é feito o recolhimento nos dormitórios e ninguém pode ficar conversando pelos corredores (P1).

Primeiramente, a pessoa não pode chegar alcoolizada, nem drogada porque a Cetrem não aceita esse tipo de pessoa. Depois, tem as regras gerais que seria permanecer em silêncio após as oito horas da noite, arrumar as camas onde dormem, respeitar os horários das refeições, não arrumar confusão porque senão será dispensado e aceitar o período de permanência que a instituição oferece. Essas seriam as normas principais (P3).

Obedecer os horários programados como café, servido às 07:00 hs, almoço às 12:00 horas, banho das 15 às 17:30 horas, sopa às 18:00 horas e dormir a partir das 20:00 horas. Manter as camas organizadas e na falta de voluntários ajudar na limpeza do alojamento e sanitários. Antes da saída, tem que passar pela assistente social dizendo para onde vai (P5).

Em qualquer organização da sociedade, existem orientações e normas visando a boa convivência. Nessa Casa não é diferente, por isso as orientações e normas foram estabelecidas por uma equipe formada por agentes educacionais, pela assistente social e pelos padres diretores. Basicamente, temos horários que devem ser respeitados, horários para café, almoço e jantar. Não é permitida a entrada depois das 22:00 horas, nem pessoas alcoolizadas. Agressões de qualquer espécie e desacato aos agentes da Casa também implicam em desligamento automático. Todo albergado precisa se comprometer em colaborar com a Casa para lavar louças, auxiliar na limpeza, arrumar a cama, manter silêncio e não acender as luzes nos dormitórios... (P7).

Os relatos dos dirigentes nos indicam que as regras institucionais seguem um critério disciplinador que parece homogeneizar as diferenças e catalogar todos os usuários dos

serviços assistenciais como sujeitos desamparados e carentes das necessidades básicas de sobrevivência em função da miserabilidade apresentada em suas trajetórias de vida individuais. Aliás, a disciplina e a obediência no cumprimento a horários, por exemplo, podem ser um fator determinante para que muitos desses usuários venham a se tornar futuros andarilhos no decorrer dos anos ou utilizar a rua como espaço definitivo de sobrevivência uma vez que nela, pelo menos, supõem ter uma relativa liberdade de expressar o seu próprio eu sem os impedimentos impostos criteriosamente por essas regras institucionais reguladoras do comportamento (Nascimento, 2004, 2008).

No caso dos andarilhos de estrada, isso pode ser considerado um fator comum em suas existências, pois, acostumados aos dispositivos das instituições assistenciais, recorrem a elas apenas para suas necessidades emergenciais sem permanecerem por muito tempo. A obediência aos horários, além de representar uma submissão às regras estabelecidas, pode proporcionar a eles uma experiência humilhante na negociação da própria sobrevivência, principalmente quando o poder institucional se apossa de sua individualidade e domina a pouca autonomia que têm sobre si mesmos dentro desse espaço disciplinador, confirmando os resultados encontrados em outras pesquisas sobre esse mesmo assunto (Nascimento, 2008; Rosa, 2005; Vieira et al., 2004; Nasser, 2001; Snow & Anderson, 1998; Dornelas, 1987; Rangel, 1987).

Segundo Vieira et al. (2004), as regras, além de imporem aos sujeitos a obediência, tem por finalidade impedir possíveis conflitos entre os usuários na qual o silêncio é uma de suas características principais de modo que o mínimo desvio de comportamento do indivíduo implica em seu desligamento automático da instituição, servindo de exemplo, inclusive, para os demais não repetirem as mesmas condutas de desobediência. Com suas rígidas regras de comportamento e seus horários cuidadosamente programados para todas as atividades, essas instituições assistenciais reproduzem o modelo disciplinar das prisões, tornando a relação

com o tempo e o espaço cada vez mais mediatizada na qual os sujeitos precisam da permissão dos funcionários para realizar, inclusive, algumas necessidades básicas como beber, comer, dormir, sair, vestir-se e lavar-se.

Além de obedecerem aos horários e seguirem as regras precisas de convivência interna, Dornelas (1987) destaca que todos os albergados devem se sujeitar às decisões da assistente social quanto à condição de obediência para serem merecedores dos serviços assistenciais. Observações semelhantes foram apontadas por Rangel (1987) ao salientar que cada sujeito, submetido ao poder de autoridade centralizado na figura da assistente social, precisa se despojar de toda sua personalidade se, de fato, quiser o auxílio mínimo para suas necessidades. Por outro lado, Foucault (1984) nos esclarece que a obediência aos horários rígidos serve para exercitar as micropenalidades porque a indisciplina precisa ter correções enérgicas a fim de o poder se exercitar com eficácia no controle e na vigilância de todos os sujeitos.

Embora as instituições assistenciais não devam ser confundidas com as instituições totais de confinamento analisadas por Goffman (1974), algumas características comuns entre ambas parecem se fundir especialmente no tocante às suas regras de funcionamento. Esse autor observou que nas instituições totais (manicômios, prisões e conventos), as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários fixos cuja finalidade é obter um controle de cada situação particular apresentadas pelos sujeitos, pois, desvios de conduta ou desobediência às regras implicam em medidas corretivas de ajuste para o perfeito funcionamento do poder e a demarcação dos papéis atribuídos nessas relações. No caso das instituições assistenciais de nossa pesquisa, esse conjunto de regras também pode ser verificado nos relatos dos dirigentes quando mencionam a obediência como uma das condições para serem aceitos e “assistidos” em suas necessidades emergenciais.

O conjunto de regras presentes nessas instituições pesquisadas parece ser uma herança advinda das práticas do confinamento eclesiástico analisadas por Foucault (1984) e devidamente aperfeiçoadas na atualidade segundo os interesses políticos do Estado ou da Filantropia para transformar o indivíduo desprovido dos mínimos de subsistência num objeto constante para suas ações normalizadoras num tempo previamente estabelecido. Essa talvez seja a única diferença estrutural existente entre esses dois modelos institucionais de acolhimento, pois, nas instituições totais o sujeito é confinado por um período relativamente longo (às vezes indeterminado), enquanto que nas instituições assistenciais o tempo é estrategicamente curto (pré-determinado) a fim de condicioná-lo a uma sujeição a esses serviços e proporcionar ações políticas e administrativas do Estado no controle dessa população.

Sendo assim, a marginalização, a pauperização extrema e a errância radical dos andarilhos de estrada, por exemplo, constituem o *corpus vivendi* para funcionamento das instituições assistenciais que avaliam e classificam esses sujeitos de acordo com seus graus de conformidade ou “periculosidade”, distribuindo-os por todo o espaço social mediante regras precisas, sutis e eficazes de controle e vigilância através da ação normalizadora. Dreyfus e Rabinow (1995) enfatizam que essa ação normalizadora estará sempre em movimento se seu objetivo é reunir e catalogar cada aspecto das práticas sociais a fim de formar um todo coerente para efetivar procedimentos e saberes a respeito da vida de cada sujeito e, com isso, se apropriar de certos domínios para sua intervenção.

Mediante as observações apresentadas por alguns autores nesse tópico de análise, podemos dizer que no interior das instituições assistenciais de nossa pesquisa há uma postura disciplinadora e correcional sobre a vida dos andarilhos e demais usuários durante o tempo de suas permanências nesses locais. Nesses casos, a prestação de auxílio às suas necessidades emergenciais aciona mecanismos de controle e vigilância homogeneizadores

sobre eles, traduzindo, assim, uma tecnologia bem específica de dominação e sem violência. Nesse sentido, submetidos à disciplina e tratados da mesma forma, são obrigados a fazer as mesmas coisas em conjunto, com horários rigorosamente estabelecidos por um sistema de regras que exigem um comportamento exemplar.

Isso equivale a dizer que as instituições assistenciais, de um modo geral, procuram homogeneizar as diferenças sócio-culturais dos usuários desses serviços através da normalização social que trata a todos indistintamente, fazendo operacionalizar, assim, as tecnologias políticas na produção de sujeitos dóceis em conformidade com a ordem estabelecida. Com efeito, podemos considerar que a assistência social, caracteristicamente marcada pelo assistencialismo clientelista e serviços básicos oferecidos, serve apenas para fixar e distribuir esses indivíduos pelos territórios da marginalidade social.

Procedimentos Institucionais

Os procedimentos que antecedem a entrada dos andarilhos e demais usuários na instituição assistencial, conforme os relatos apresentados pelos dirigentes, estão relacionados a uma vistoria completa tanto da bagagem transportada quanto do próprio corpo do indivíduo. O poder centralizador atribuído à assistente social sobre a vida desses sujeitos e a decisão de admiti-los na instituição ou encaminhá-los para outras localidades e instituições de saúde aparecem novamente nos relatos sob a forma de *triagem* investigativa após a vistoria de todos os seus pertences.

Antes de entrarem para o albergue, é feita uma vistoria na bagagem que eles mesmos mostram para ver se ele não está portando nenhuma arma ou droga. Então, ele só entra com a roupa do corpo, sem sacola nenhuma e, se às vezes, o vigilante tiver alguma suspeita, ele pede para erguer a camisa, mas ele não faz a revista porque não é permitido. Em caso de suspeita, a gente aciona a guarda municipal e só ela pode fazer as revistas. Depois, ele assina um termo de concordância das normas internas que é lido para ele após a vistoria da bagagem que fica retida numa sala até o período de permanência dele no albergue que é de no máximo cinco dias... É feita também uma entrevista com a assistente social que faz encaminhamento para outras instituições de saúde quando a pessoa apresenta algum distúrbio psiquiátrico ou é dependente de drogas psicoativas (P1).

A maioria das instituições que acolhem esses tipos de pessoas costuma ter um procedimento quase que padrão. Por exemplo, é feito uma vistoria na bagagem pela própria pessoa na presença de um vigia que trabalha lá para ver se não tem nenhuma droga ou objetos cortantes. Depois, ele passa pela triagem que seria uma entrevista com a assistente social que avalia sua situação e define os encaminhamentos a serem tomados (P3).

Chegando aqui o procedimento é o seguinte: eles têm que tirar tudo o que têm nos bolsos, nós fazemos uma revista nos pertences deles. Então tem uma regra de atendimento: não pode entrar com droga, não pode entrar com cigarro e nem bebida alcoólica. Se eles não quiserem passar por isso, não vão pernoitar aqui. Depois de terem sido aceitos, eles passam por uma triagem com a assistente social que decidirá o que fazer com sua situação. Então a filosofia da casa é a seguinte: é acolher e enquanto ele estiver aqui, tentar deixar, assim, uma lição para eles, uma demonstração de acolhimento com muito carinho, com muito amor (P5).

Todos são revistados e cadastrados numa ficha de identificação. Aqui revistamos todos os pertences para ver se ninguém porta armas, drogas ou objetos perfurantes. Depois, disso, só os pertences de uso pessoal são permitidos carregar. A bagagem fica presa na portaria e é devolvida quando saem da Casa. Esse procedimento é válido para todos que adentram a Casa. Depois disso, eles têm que seguir as normas estabelecidas se quiserem permanecer e receberem o auxílio e a assistência que oferecemos. A partir daí, é feito uma triagem comigo [assistente social] para saber os motivos que os trazem aqui e depois a gente resolve o que fazer com ele (P7).

Os procedimentos institucionais apresentados nesses relatos se assemelham também àqueles observados nos modelos prisionais da atualidade quanto à vistoria dos pertences e às fichas de identificação. Isso evidencia uma “assistência” absolutamente disciplinadora e detentora de saber e poder sobre a vida desses sujeitos quanto aos riscos de periculosidade que apresentam para a ordem social. Esses dados também foram constatados em outras pesquisas sobre albergues e instituições assistenciais que apontaram procedimentos semelhantes com ênfase na ação dos vigilantes na vistoria dos indivíduos e o poder de decisão da equipe dirigente sobre seus próprios destinos (Vieira et al. 2004; Nasser, 2001; Rangel, 1987; Goffman, 1974).

A vistoria da bagagem e do próprio indivíduo de forma generalizada, além de representar uma situação humilhante para ele, pode possibilitar nesse caso a construção de uma autoimagem negativa por ser suspeito de carregar armas ou drogas e com isso representar um risco ou ameaça para os outros internos. Essa suspeita por parte das instituições assistenciais pode ser compreendida pelo fato dos andarilhos e outros indivíduos marginalizados representarem no imaginário social a caricatura da vagabundagem e da

criminalidade que só podem ser evitadas pela revista completa de todos os seus pertences nos momentos que antecedem sua entrada. Isso reforça a ideia da *discriminação negativa* apontada por Castel (2008), segundo a qual o indivíduo é marcado pela aparência marginalizada que a sociedade constrói sobre ele e as instituições disseminam em seus aparelhos operativos de forma generalizada.

Esses procedimentos institucionais deixam claro que as relações estabelecidas entre os dirigentes e esses sujeitos se pautam na disciplina através de um pacto implícito que consiste na aceitação das regras de forma obediente e sem direito à contestação. Isso pode ser verificado nos relatos quando os indivíduos preenchem um cadastro de identificação ou assinam um termo de concordância aceitando por escrito sua subordinação às regras estabelecidas pela instituição assistencial. Esse termo de concordância ou jogo contratual é aceito por eles porque se trata de uma questão de sobrevivência em função do individualismo negativo que lhes acompanham a trajetória de vida num cotidiano absolutamente imprevisível.

Nessas circunstâncias, podemos dizer que o jogo contratual vai lhe garantir apenas o mínimo de proteção social necessário poderá ter um efeito subordinador de dependência a esses serviços onde a obediência às regulamentações internas se torna o elemento fundamental para a aceitação de amparo e guarida. Segundo Goffman (1974), isso acontece porque a organização das instituições requer a submissão total de seus dependentes. Para que o poder exercite sua instrumentalidade é exigido dos subordinados o cumprimento do que foi preliminarmente estabelecido no jogo contratual a fim de manter a soberania e o controle da situação interna do espaço físico. Segundo o autor, é a obediência a esses procedimentos previamente estabelecidos que determina os papéis a serem desempenhados pelos sujeitos dentro da instituição em conformidade com as hierarquias de poder.

Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. A mobilidade entre os dois estratos é grosseiramente limitada; geralmente há uma grande distância social e esta é frequentemente prescrita (Goffman, 1974, p. 19).

A submissão aos procedimentos institucionais contribui para o que Goffman compreende como “exposição contaminadora” do sujeito a um mundo completamente diferente daquele vivido por ele na realidade externa com o qual estabelece algum tipo de ligação junto aos territórios do eu como, por exemplo, seu corpo, sua subjetividade, suas ações imediatas e seus pensamentos. Essa “exposição contaminadora” aos procedimentos institucionais possibilita, também, a violação da identidade do indivíduo porque ao se subordinar ao jogo contratual, sua história de vida anterior é registrada e arquivada nos cadastros de identificação que fica à disposição da equipe diretora durante a triagem investigativa realizada pela assistente social.

O poder atribuído à assistente social assume nessas instituições o lugar do saber especialista, pois, através dessa triagem investigativa é montado um dossiê sobre a vida do sujeito, incluindo desde suas últimas procedências até possíveis enfermidades para que os efeitos da ação normalizadora possam operar objetivamente sobre sua subjetividade. Vale ressaltar que nessa triagem investigativa o sujeito é solicitado a falar sobre si mesmo de maneira semelhante às práticas confessionais apontadas por Foucault (1984). No caso das instituições assistenciais, o objetivo é descobrir se ele representa perigo para a sociedade ou se é portador de alguma anormalidade a ser encaminhada para tratamento específico nas instituições públicas de saúde.

A partir desse dossiê, o sujeito é interpretado, decifrado, avaliado e fixado nos territórios da assistência social, da saúde e da marginalidade para garantir a operacionalidade da norma e legitimar as ações do biopoder na manutenção da ordem estabelecida conforme os interesses políticos do Estado. O assistente social ocupa, nessas instituições, a função de

“perito” com capacidade para avaliar cada sujeito e decretar, mediante a triagem investigativa e dos efeitos da palavra, suas condições de periculosidade, normalidade ou anormalidade, além de propor novos procedimentos para disciplinarização dos corpos caso verifique quaisquer resistências ou contra-obediências às regras vigentes. Poder-se-ia considerar, então, que esses procedimentos institucionais garantem não somente o poder do assistente social, mas a soberania do Estado no controle e manutenção da própria desigualdade social.

Motivações Pessoais

A maioria dos relatos apontou que a principal motivação dos dirigentes e profissionais para o desempenho de suas atividades junto aos andarilhos de estrada e demais usuários está relacionada com a ideia altruísta de ajudar o ser humano. Um dos relatos indicou como motivo pessoal a necessidade de levar palavras religiosas de incentivo para reflexões deles em momentos de solidão ou frustração na estrada para que possam pensar em Deus e não perderem a esperança no futuro. De modo geral, pode-se dizer que o serviço social ainda não se desvinculou de sua origem caritativa fundamentada na moral do cristianismo ao continuar oferecendo alimentação e assistência às necessidades mais emergentes desses indivíduos.

Aqui procuramos atender a todos que passam pelo albergue da mesma forma, existe uma equipe técnica que se reúne a cada quinze dias para acertar alguns detalhes, ver o que pode ser melhorado para dar uma assistência de qualidade e esse é o nosso trabalho como assistente social. A motivação vem daí, de tentar, quando possível, ajudar essas pessoas a retornarem para a família. Só que muitos não querem ser ajudados, então, como te disse, a gente não pode fazer muita coisa não. Então, damos o que eles querem, geralmente, é uma alimentação, um calçado, uma roupa e logo eles pedem para ir embora (P1).

Não tenho uma motivação particular. A minha primeira intenção sempre com uma pessoa que tem mais essa característica de andarilho é você ver o que ele precisa. Então é assim: se chegar aqui depois do expediente, às vezes o guarda chama e fala que ele quer apenas tomar banho e aí eu digo: deixa ele entrar e tomar banho. Ele quer só entrar, comer e continuar viajando, então a gente deixa ele entrar, comer e continuar viajando porque ele vai me fazer o pedido do que ele está precisando e geralmente é só isso mesmo. Ele não vem aqui pedir passagem ou pedir para encontrar a família... Solicitam muito pouco, exigem muito pouco, se contentam com muito pouco... (P2).

De uma maneira geral, eu gosto muito de trabalhar com pessoas, eu gosto de conversar com as pessoas, eu acho que é muito mais enriquecimento interno para mim do que qualquer outra coisa... Então, é isso, não há uma razão específica para trabalhar com certas pessoas como os andarilhos que passam por aqui, a gente tem que tratar todo mundo igual, sem desprezar ninguém (P3).

O motivo é claro: é ajudar o outro, é acreditar no outro, ir buscar no outro, talvez, o que eu não tiver encontrado em mim mesma... Talvez a liberdade do outro me encante e possa me oferecer, possa não, eu tenho certeza que me oferece, vivência, dados. É como eu estar em outro lugar, sem sair do meu lugar (P4).

Apenas o desejo de ser útil na medida do possível com qualquer um que ocorre a essa instituição. Como se trata de um trabalho voluntário da minha parte, porque tenho outra atividade remunerativa, a motivação é essa: ajudar aqueles que mais precisam, sem discriminação. Essa é, se é que se pode dizer assim, a maior motivação (P5).

Então, o que me motiva a trabalhar com eles é tentar passar alguma coisa boa para que eles possam refletir em momentos de solidão na estrada, como acreditar em Deus que é justo e bom e não desampara nenhum de seus filhos. Então, tento passar essas palavras de incentivo para eles não desanimarem nunca e terem fé no futuro... Às vezes, a gente tem, assim, aqueles momentos de frustração porque a gente quer ver eles melhorando de vida, mas é claro que a maioria não vai sair da rua, então isso frustra um pouco o trabalho da gente, mas nem por isso a gente vai desistir... (P6).

A motivação é ajudar o ser humano seja ele quem for. Não existe uma razão particular porque o trabalho de assistência social visa auxiliar e contribuir para que o ser humano se sinta valorizado e integrado na sociedade. Muitos, como é o caso dos andarilhos, não querem ser ajudados, então, temos que respeitar suas escolhas e ajudá-los naquilo que eles necessitam de imediato. Como você vai mudar uma pessoa se ela mesma não quer ser mudada? (P7).

Conforme podemos verificar nesses relatos, as motivações pessoais realmente indicam que a assistência social ainda se vincula a uma prática caritativa de auxílio ao próximo ao oferecer serviços emergenciais para as situações apresentadas pelos sujeitos. Os relatos também sugerem um posicionamento profissional pautado numa atuação tecnicista (sem aprofundamento das questões sociais geradoras das desigualdades) e limitado a desempenhar uma atividade assistencial previamente estabelecida. De acordo com Silva (2002), isso acontece porque, apesar de ter conquistado o status de ciência ao longo de sua história, a assistência social ainda não se desvinculou totalmente de suas origens cristãs de auxílio e caridade.

Isso nos possibilita considerar que o serviço social ainda mantém fortes laços com a ideologia capitalista de amparo e submissão ao desempenhar atividades meramente

funcionais que levam a profissão a se alienar dentro de sua própria estrutura organizacional (Alves, 2009; Martinelli, 2001). O atendimento às carências mais prementes dos andarilhos e demais usuários deixa claro que o objetivo dessa prática assistencial é responder às exigências do capitalismo, pois, se houvesse engajamento político de transformação social por parte de seus profissionais era de se esperar pelo menos uma postura mais crítica mediante o próprio funcionamento institucional com menos subordinação ao poder do Estado.

Nesse contexto, o serviço social passa a ser utilizado como forma de administrar a miséria para evitar o aprofundamento das questões relacionadas às desigualdades sociais e ampliar as bases de legitimidade política dos gestores municipais na medida em que procura incorporar práticas assistencialistas voltadas para as necessidades imediatas de sobrevivência cuja finalidade é, segundo Silva (2002), imobilizar a organização e a resistência desses grupos enquanto classe. Mota et al. (2009) também apontam que no serviço social há uma tendência ideopolítica de despolitização das desigualdades uma vez que a conotação temporal e transitória da ideia de exclusão arraigada nas atividades assistenciais acena sobre a possibilidade de “inclusão” e acesso aos bens civilizatórios e materiais, demonstrando, assim, a presença marcante do capitalismo nessa prática assistencialista de orientação ideológico-política. Isso permite, segundo esses autores, que o real e o possível se transformem no “ideal” inatingível, impossibilitando a construção de outras formas para o enfrentamento das desigualdades de classe e perpetuação dos interesses políticos e econômicos do Estado junto a essa população considerada marginalizada.

Convém esclarecer que há uma diferença entre práticas assistenciais e práticas assistencialistas que permeiam o serviço social e repercutem de certa forma nas motivações pessoais das atividades desenvolvidas junto aos andarilhos e outros usuários desses serviços. Segundo Alayón (1995), a prática assistencial tem por objetivo promover a cidadania dos

indivíduos situados na marginalidade enquanto que a prática assistencialista visa a camuflagem dos problemas suscitados pelas desigualdades quando executam programas emergenciais previamente elaborados, desconsiderando as reais necessidades dos usuários desses serviços. Vale ressaltar que é a orientação político-ideológica assumida pelo serviço social quem determina a prática assistencial ou assistencialista nessas instituições de amparo.

No caso da realidade brasileira, a orientação político-ideológica está vinculada com os interesses do capitalismo que resulta na prática assistencialista alienada e alienante conforme já destacaram alguns autores (Alves, 2009; Rosa, 2005; Martinelli, 2001, Alayón, 1995). Isso nos leva a considerar que tal prática assistencialista, pelo seu nível de complexidade, não pode ser reduzida ingenuamente a entrevistas de triagem e oferecimentos de serviços básicos como o pernoite e a alimentação para solucionar os problemas suscitados pelas desigualdades sociais no enfrentamento da pobreza. Carvalho (1999), por exemplo, argumenta que esses profissionais precisam buscar motivações eticamente comprometidas com a melhoria da qualidade de vida de seus usuários, perderem o velho hábito de fazerem inquirições sobre a vida desses indivíduos para lhes oferecerem alguma ajuda, além de investirem numa capacitação crítico-reflexiva sobre a realidade social capaz de superar a ideologia dominante de propor programas pobres para os pobres recorrentes a esses serviços.

Isso implica na ampliação do conceito de “mínimo social” para além das necessidades mais gritantes apresentadas por esses indivíduos, pois, não é oferecendo apenas os serviços básicos de saúde e alimentação que se atingirá os padrões aceitáveis da qualidade de vida no sentido de proporcionar a autonomia e a independência desse assistencialismo reprodutor da ideologia dominante. Desse modo, torna-se necessário aprofundar o debate, a reflexão e as propostas dos mínimos da qualidade de vida desejáveis à população mais carente do país a fim de superarmos o mito de que apenas o mínimo social seja o suficiente para garantir a sobrevivência dos indivíduos sem condições dignas de vida. Isso exige,

também, outros posicionamentos éticos do serviço social que motivem seus profissionais a superarem o altruísmo caritativo ainda vigente em suas práticas do cotidiano para que possam saber utilizar os recursos institucionais a favor das reais necessidades da população e não dos interesses políticos do Estado.

Com efeito, poder-se-ia dizer que as instituições assistenciais, ao determinar o objeto de sua intervenção, funcionam como campos totalizadores de saber e poder a incidir vertiginosamente sobre o controle e a administração dessas vidas mantidas na marginalidade do espaço social. No caso dos andarilhos, por exemplo, a estratégia mais utilizada é o oferecimento dos mínimos sociais necessários para mantê-los em perambulação pelas rodovias após a permanência média de dois dias. Assim, o discurso altruísta e politicamente correto de “ajudar” o ser humano verificado nos relatos funciona, ainda, como tática para o poder do Estado manter e elaborar os procedimentos cuidadosos no controle dessas populações.

Isso nos permite considerar que a assistência social não foi inventada, a partir das práticas caritativas do século XVII, para acolher misericordiosamente a pobreza e a indigência, mas para assegurar, sobretudo, a manutenção das desigualdades e efetivar ações de poder e saber, exercendo, inclusive, a função metafórica de uma *pastoral tecnológica* com requintes sofisticados de controle e vigilância sobre a vida desses sujeitos em todos os seus aspectos. Não nos esqueçamos que as interconexões com o mundo digital ampliam seus saberes e poderes através de redes sociais cada vez mais eficazes distribuídas na internet como o *facebook* e o *twitter*, por exemplo, que podem oferecer informações em tempo real para os assistentes sociais se intercomunicarem, trocarem informações e dossiês completos sobre os andarilhos e demais indivíduos quando bem entenderem. Nesses casos, as redes sociais podem ser um dispositivo de controle e vigilância desses sujeitos por todo o espaço social.

II. ANDARILHOS E FORMAS DE ACESSO INSTITUCIONAL

Embora saibamos que é comum os andarilhos procurarem espontaneamente as instituições assistenciais em busca de algum atendimento básico, era necessário indagar junto aos dirigentes e profissionais se haviam outros meios de acesso a elas para podermos compreender melhor o fluxo das movimentações desses indivíduos. Mediante os relatos apresentados pelos dirigentes e profissionais, constatamos a presença de duas formas de acesso aos serviços assistenciais: uma de modo espontâneo e a outra através das rondas de vigilância.

Modo Espontâneo

A chegada de modo “espontâneo” dos andarilhos nas instituições assistenciais é apontada em quase todos os relatos sem maiores aprofundamentos em torno dessa questão. Sem pretendemos desqualificar os dirigentes e profissionais quanto aos seus relatos, eles parecem fazer parte do cotidiano de suas atividades na instituição que tendem a achar a forma de acesso espontânea uma condição natural de auxílio.

Em sua grande maioria a procura é espontânea e chegam por conta própria... (P1).

Geralmente eles chegam sozinhos... (P2).

Na maioria dos casos, os andarilhos chegam por vontade própria... (P3).

Uma grande maioria vem por estar no trecho que eles falam. A maioria chega aqui sozinha e de forma espontânea... (P4)

Bom, o esquema é assim: ele chega espontaneamente e fica aguardando atendimento da assistente social... (P5).

Normalmente, eles procuram espontaneamente... (P6).

A maioria vem de forma espontânea, passa em algum lugar e alguém indica e aí eles então aparecem... a maioria chega aqui à pé. Muitos chegam aqui com o pé todo rachado, machucado, chinelo já não existe mais porque já arremendou quinhentas mil vezes, aí você fica com dó. Já chegou por aqui andarilhos do Uruguai, Paraguai, Argentina. Muitos são provenientes do nordeste também. (P7).

Esses relatos referentes ao modo espontâneo de acesso às instituições assistenciais representam um ponto de vista um tanto raso quanto à complexidade da errância dos

andarilhos, pois, são vários os motivos que contribuem para o abandono da vida sedentária e a busca no nomadismo como forma de vida. Dentre eles, podemos destacar o desemprego, busca de alternativas de trabalho, sazonalidade das colheitas, revolta contra a opressão da vida reclusa ao meio familiar, busca de aventura e liberdade, fortes decepções amorosas e sentimentos depressivos, dentre tantos outros (Justo & Nascimento, 2012; Justo, 2011; Nascimento, 2004, 2008; Nascimento & Justo, 2000; Snow & Anderson, 1998; Brognoli, 1987). Para os mais afortunados, o desejo ou a necessidade de “sair para mundo” pode ser realizado de maneira cômoda e confortável, por exemplo, em retiros ou viagens de turismo prolongadas, mas para os desafortunados restam apenas as próprias pernas e o parco apoio de entidades assistenciais.

Dessa forma, a deambulação de um lugar a outro e as instituições assistenciais se complementam. As instituições de abrigo se tornam uma casa de passagem ou um não-lugar devido ao tempo de permanência estar delimitado em poucos dias. Segundo Rangel (1987), o termo “casa de passagem” foi elaborado com a finalidade de dar a dimensão do real propósito dessas instituições assistenciais que é o encaminhamento desses sujeitos para outras localidades seja a pé ou através de bilhetes de ônibus e trens, se tornando, assim, uma “casa de dar passagem”, estando aí uma das funções que elas representam para a grande maioria dos usuários desses serviços, segundo essa autora.

Conforme podemos perceber, a criação de albergues para dar passagem no duplo sentido do termo funciona como um ponto de referência onde os andarilhos e demais usuários recorrem nos momentos mais difíceis da vida como a fome, a miséria e demais contratempos enfrentados na precariedade das perambulações constantes pelas estradas e rodovias do país. Nesse caso, o acesso parece não ser tão espontâneo assim, pois, só recorrem a essas instituições assistenciais quando não encontram alternativas viáveis, o que

nos leva a considerar um acesso de maneira forçada a garantir a eficácia da norma e os interesses políticos do Estado.

A ênfase apresentada por algumas autoras em torno dos albergues assistenciais tem indicado, ainda, que eles seriam mais bem utilizados se, de fato, todos os profissionais pudessem desenvolver atividades voltadas para a cidadania e conscientização histórica no sentido de transformar esses usuários dependentes dos serviços em sujeitos da práxis (Alves, 2009; Martinelli, 2001). Nesse sentido, a questão a ser problematizada não é simplesmente uma crítica a esse modelo de assistência vigente, mesmo porque ele é necessário em determinadas situações desesperadoras como a fome, por exemplo. Assim, o desafio que se apresenta para a assistência social é ir além dos mínimos sociais oferecidos para que esses indivíduos possam se manter por si mesmos, sem dependerem continuamente desse serviço a longo prazo.

Em outras palavras, as condições sociais da atualidade exigem que esses profissionais assumam suas responsabilidades como indivíduos co-autores da história e não submissos a ela pelas diretrizes políticas do Estado na distribuição de verbas para assegurar os mínimos sociais e garantir sua “estabilidade” no trabalho alienado. Ou seja, para haver transformações políticas torna-se necessário descobrir outras possibilidades de invenção do social para podermos construir uma cultura com novos significados ao bem comum na qual a assistência social, juntamente com a participação de outras áreas do conhecimento, tem uma importância fundamental nesse contexto em questão. De acordo com Enriquez (1999), a construção de outra cultura só será possível quando esses profissionais desempenharem seus papéis de atores sociais criadores da história e capazes de promoverem a solidariedade micro e macrossocial com novos significados para a própria subjetividade.

Todavia, se os assistentes sociais não desenvolverem o sentido do sujeito coletivo, continuarão perpetuando a filosofia do pensamento capitalista que privilegia a cultura do

imediatismo nas atividades de trabalho, além de alimentar continuamente a zona de desfiliação daqueles que recorrem aos seus serviços (Castel, 1994, 1998). A esse respeito, Enriquez (2006) argumenta que para pensarmos na elaboração de uma sociedade mais solidária torna-se necessário tocar no problema da alienação social levantado pela filosofia marxista, pois, o trabalho ainda está numa relação dependente da exploração de mão-de-obra em que os indivíduos, ao venderem sua força produtiva, transformam-se em objetos de manuseios dos interesses políticos e econômicos comandados pelo Estado.

Nesse caso, podemos considerar que tanto os assistentes sociais quanto os cidadãos comuns, capturados pelos discursos do capitalismo disseminados na sociedade, acabam efetivando a continuidade dos modos de alienação no trabalho porque a eles faltam a conscientização de sua importância histórica na transformação de um mundo melhor. Enriquez (2006) analisa duas saídas para essa questão: instaurar uma reação no nível individual e, conseqüentemente, no nível coletivo onde todos passem a refletir e a questionar que tipo de sociedade pode ser possível no contemporâneo, levando-se em consideração o respeito à diferença e o compromisso ético como um de seus atributos fundamentais. Para a viabilidade desse projeto coletivo da práxis, que muitos intelectuais talvez possam considerar utopia, é necessário, segundo o autor, apostar na intensificação dos vínculos de fraternidade e no resgate dos valores humanos cindidos pela lógica da cultura capitalista.

Por outra perspectiva interpretativa, os relatos acerca da forma espontânea de acesso de andarilhos nas instituições assistenciais podem compor, também, um repertório que parece encobrir as ações do biopoder, pois, conforme já apontamos, a miséria e a pobreza são componentes estratégicos para os interesses econômicos e políticos do Estado na administração dessa população. Nesse sentido, podemos considerar que a forma “espontânea” de chegada de andarilhos e demais usuários às instituições assistenciais é resultado dessas ações do biopoder onde o Estado, ao vender ilusões de bem-estar social com

programas assistenciais de caráter “altruísta” a partir da ideia que para pobres bastam programas pobres no combate à fome ou às necessidades emergenciais de subsistência, perpetua, subordina e mantém todos os sujeitos sob uma vigilância sem pivôs fixos.

Desse modo, podemos considerar que a procura “espontânea” pelos serviços assistenciais por parte dos usuários desses serviços na qual incluem os andarilhos de estrada, é uma tática política do Estado para manter em operacionalidade a eficácia do poder (Foucault, 1979). O oferecimento de mínimos de “proteção” social, regulamentados por lei, parece bastar para administrar os desamparados de toda espécie, além de encobrir seus interesses políticos ao dar respostas imediatas à miséria visivelmente apresentada no espaço social. Em outras palavras, é mais econômico e seguro para o Estado prover e garantir os mínimos de proteção social aos andarilhos por tempo determinado e fazê-los circularem pelos corredores das rodovias do país ao invés de investir em projetos sem visibilidade aos olhos da sociedade por serem praticamente ignorados pelo restante da população (Justo, 1998, 2011; Nascimento, 2004, 2008; Justo & Nascimento, 2005). Esses mínimos de proteção social se tornam, então, elementos importantes para a eficácia de suas ações políticas a serem validadas e reconhecidas nos processos de normalização que conjuga poder e saber na produção de “verdades” sobre esses sujeitos e os lugares a serem ocupados por eles na sociedade.

Isto quer dizer também que o poder não é da ordem do consentimento; ele não é, em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, o poder de todos e de cada um delegado a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha); a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso (Foucault, 1995, p. 243).

Nesse sentido, a chegada de modo “espontâneo” às instituições assistenciais por parte dos andarilhos de estrada e demais dependentes desses serviços pode estar associada a esses efeitos de consentimento anterior a liberar ações de poder na qual o indivíduo se sujeita metaforicamente de maneira “livre”. Com efeito, essa ideia de liberdade parece ser outro

elemento estratégico para o exercício do biopoder e isso explicaria os modos pelos quais as instituições assistenciais de nossa pesquisa concordam com a permanência dos andarilhos por apenas dois dias, liberando-os, posteriormente, para a perambulação “livre” pelas rodovias do país porque sem a presença da liberdade não pode haver relações de poder.

O poder só exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” - entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer... mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar (Foucault, 1995, p. 244).

Essa forma “espontânea” de chegada dos andarilhos às instituições assistenciais pode ser considerada, também, uma estratégia discursiva para que os dirigentes e profissionais exercitem o poder e decidam sobre os rumos a serem tomados em relação ao futuro destino desses indivíduos. Nessa perspectiva interpretativa, “espontaneidade”, como sinônimo de “liberdade”, torna-se um componente importante para as demandas criadas pelas instituições assistenciais e um elemento seguro para a efetivação plena do exercício do poder. Nesse sentido, os andarilhos aceitam jogar as regras do jogo quando passam por momentos cruciais e desesperadores de sobrevivência, visto que ainda são os mais resistentes tentando escapar às ações da biopolítica no controle da população. Por outro lado, uma sociedade sem relações de poder é uma abstração e as instituições assistenciais públicas subordinadas ao Estado ou as filantrópicas subordinadas à moral do cristianismo constituem uma instância eficaz de controle e distribuição desses sujeitos no espaço social, pois, conforme explica Foucault (1995), viver em sociedade é, de qualquer forma, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros.

Rondas de Vigilância

Além da chegada de forma “espontânea” dos andarilhos às instituições assistenciais, muitos são encaminhados de maneira forçada tanto pela polícia militar e guarda municipal quanto pelas concessionárias de pedágios que monitoram as principais malhas rodoviárias no

Estado de São Paulo. Os relatos indicam, assim, a presença de uma vigilância cuidadosa a incidir na vida desses indivíduos, seja sob a forma de lei no caso das rondas policiais ou pelas câmeras de monitoramento instaladas nas praças de pedágios obrigatórios. Merece destaque, também, dois relatos (P3 e P4) que indicam o patrulhamento realizado pela própria instituição assistencial de maneira metódica e ordenada.

[...] temos um serviço de ronda noturna realizada pela guarda municipal que ao identificar um morador de rua ou mesmo andarilho, ela aborda e traz para cá. Outros também chegam pelo Serviço de Acolhimento e Referenciamento Social, o Sares, que faz a abordagem das pessoas que vivem em situação de rua. Além do Sares, temos também a Autoban [concessionária de pedágio] que traz muitos andarilhos para cá (P1).

[...] tem casos de andarilhos que a guarda municipal traz, tem também o pessoal da Autoban [concessionária de pedágio] que de vez em quando também trazem. Às vezes o pessoal do Samu [Serviço de Atendimento Médico de Urgência] é acionado por alguém que encontra eles desmaiados nas rodovias... (P2).

Olha, ou vem de espontânea vontade ou a nossa ronda busca, que nós temos um trabalho de ronda aqui na Cetrem... algumas pessoas ligam para a gente e fala: olha embaixo de tal viaduto tem um grupo de andarilhos. Aí a nossa ronda vai, nós conversamos com eles... e os que querem ir para a Cetrem irão e os que não querem terão que sair do viaduto e seguir adiante (P3).

[...] a perua [automóvel modelo Kombi] passa cada dia num bairro. Passa também nos viadutos da Via Norte [concessionária de pedágio]. Então, a gente passa ali, até mesmo por questão de higiene e segurança desses andarilhos, convidando para vir para cá. Essa ronda é feita o dia todo, de manhã, na parte da tarde e à noite. A Autovias [concessionária de pedágios] já trouxe um aqui outro dia que estava caminhando na Anhanguera meio alcoolizado... (P4).

Antigamente existia um trabalho de ronda da própria instituição. Hoje a ronda é feita pela polícia militar... (P5).

[...] chegam alguns andarilhos encaminhados pela polícia ou de albergues de outros municípios... Existe hoje na região um trabalho que chama resgate. Existe aqui no município de Gália [SP]... quando pegam esses andarilhos nas rodovias, eles recolhem e trazem até o albergue numa ambulância. O trabalho chama Resgate São Francisco e não pertence ao município... Eles rondam essa rodovia aí de Bauru a Marília [SP 294]... Aqui também na rodovia SP-225 entre Bauru [SP] e Jaú [SP] tem uma ambulância que recolhem andarilhos e pertence a Centrovias [concessionária de pedágios]... Duas semanas atrás, eu fui para São José do Rio Preto [SP], eu também vi uma ambulância de concessionária que faz isso daí na rodovia Transbrasiliana [BR 153]. Então, muitas dessas ambulâncias levam esses andarilhos para os albergues próximos das localidades onde estão rondando (P6).

[...] Às vezes a polícia rodoviária que patrulha o sistema Anchieta-Imigrantes [SPs 150 e 160] liga para ver se tem vaga e trazem (P7).

No que se refere às rondas de vigilância, optamos por utilizar algumas reflexões de Michel Foucault (1984) a respeito da sociedade disciplinar que parece estar presente nessas rondas identificadas nos relatos dos dirigentes e profissionais de nossa pesquisa. Em linhas gerais, podemos dizer que essas rondas de vigilância funcionam como dispositivos de segurança a serviço das tecnologias disciplinares do poder do Estado para manter a lei e a ordem no espaço urbano das cidades e contornar as desigualdades sociais suscitadas pela pobreza e miséria dos indivíduos inseridos nas zonas de desfiliação. Segundo Foucault (1979), os dispositivos, dentre as suas várias funções, englobam as leis e as medidas administrativas cuja finalidade é responder a uma determinada situação visando o controle da ordem social.

Nesse sentido, as rondas de vigilância policial têm como um de seus objetivos a limpeza das ruas de todos os tipos de indivíduos considerados “perigosos” ou que provocam repugnância contra a hipocrisia do “bom senso” social como nos casos dos mendigos, moradores de rua, andarilhos e tantos outros situados nas zonas de marginalidade que acorrem às cidades em busca de auxílio ou amparo. Com efeito, uma de suas funções seria garantir a segurança pública e cuidar para que esses tipos de indivíduos não contaminem o espaço urbano com suas misérias e enfermidades (Foucault, 2008). A presença deles pode proporcionar, inclusive, alguns transtornos econômicos ao poder municipal e colocar à mostra alguns pontos de vulnerabilidade política no controle e na administração das heterogeneidades sociais.

Por essa linha de raciocínio, a ronda de vigilância policial se assemelha a uma organização sanitária de controle e assepsia das enfermidades sociais porque seu objetivo é assegurar a manutenção, a saúde e a higienização dos indivíduos na cidade para que continuem a contribuir com suas forças produtivas de trabalho junto aos interesses políticos e econômicos do Estado (Costa, 1994). Nesse contexto, os considerados improdutivos e

miseravelmente “enfermos”, seja pela força de trabalho enfraquecida ou pela decadência física apresentada, precisam ser retirados de circulação das ruas da cidade, depositados nos abrigos assistenciais e despejados nas municipalidades vizinhas ou, ainda, obrigados a andarem a pé pelas rodovias com seus poucos pertences.

Segundo Foucault (2008), esse modelo de controle e vigilância sobre os indivíduos miseráveis é proveniente das tecnologias políticas do século XVII onde a polícia tinha como objetivo assegurar o bem-estar do Estado através de procedimentos cuidadosos que intervinham diretamente sobre o corpo, a saúde, a higiene, as formas de se alimentar e morar. A polícia exercia nesse período mais que um poder repressivo, pois, ao assumir a função de reguladora de todas as coisas referentes ao bem-estar social, servia também como consolidadora do aumento do poder do Estado no engodamento dos problemas de ordem pública.

A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de “polícia” o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo, ao mesmo tempo, a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças (Foucault, 2008, p. 421).

Com efeito, as rondas de vigilância contemporâneas têm sua matriz de referência no século XVII onde a polícia era quem se ocupava de manter a lei e a ordem para a segurança do Estado, além de retirar os mendigos, os vagabundos, os doentes e os salteadores das ruas da cidade e levá-los para as instituições públicas ou filantrópicas de assistência conhecidas nessa época por “Birô de Caridade” (Foucault, 2008). Segundo o autor, tais procedimentos operatórios de controle e vigilância policial nas cidades estavam relacionados com o surgimento da peste, lepra e varíola nesse período que, além de oferecer contágio aos indivíduos considerados saudáveis e produtivos, poderiam provocar a desordem social e colocar em risco o próprio poder político do Estado.

Assim, para evitar o caos social suscitado por essas epidemias, foram implementadas medidas administrativas de contenção dessas enfermidades em instituições específicas como o leprosário, por exemplo, que serviu de modelo, posteriormente, para a expansão do controle da vida cotidiana através de dispositivos disciplinares aplicados, sobretudo, nos hospitais, nas escolas, nas fábricas e nas penitenciárias. Foucault (2008) enfatiza que o surgimento da peste nesse período proporcionou uma nova dimensão conotativa no imaginário social relacionado à higienização e assepsia e serviu para a implementação de outros dispositivos disciplinares na perseguição, controle e vigilância das “novas” pestes sociais encontradas nas revoltas, nos crimes, na vagabundagem, na promiscuidade, na loucura, na homossexualidade, dentre outras.

Desse modo, as rondas de vigilância policial e o encaminhamento de andarilhos de estrada para as instituições assistenciais na atualidade são procedimentos correlatos daquele período, pois, no leprosário, o sujeito era estigmatizado e confinado com outros sofredores semelhantes a um espaço devidamente demarcado. No caso dos andarilhos de estrada, eles também são impedidos de andarem pelas ruas das cidades e tão logo as rondas de vigilância identificam a presença deles, retiram-nos de circulação do espaço social e os depositam nos novos leprosários assistenciais constituídos pelos albergues, casas de passagem e instituições assistenciais (Nascimento et al., 2009).

Entretanto, diferentemente dos leprosários do século XVII que exigiam a quarentena dos sujeitos, as instituições assistenciais contemporâneas permitem aos andarilhos uma permanência de dois dias porque é mais econômico e estratégico deixá-los na perambulação pelas rodovias que prendê-los na própria instituição. Isso assegura a efetividade da norma no controle, na vigilância e na distribuição desses sujeitos por todo o espaço social conforme seus graus de normalidade ou anormalidade identificados e catalogados nos dossiês da triagem investigativa. Metaforicamente, tanto os andarilhos de estrada quanto os demais

miseráveis que habitam os espaços públicos das cidades (praças e viadutos), podem ser considerados como a nova “peste” por excelência que precisa ser monitorada, controlada e dispersada pelas rondas de vigilância a fim de manter a ideia biopolítica de um Estado “preocupado” com o bem-estar de seus cidadãos.

Merecem destaque também nessa análise as novas tecnologias de vigilância implantadas pelas concessionárias de pedágios que administram as principais rodovias brasileiras com a instalação de câmeras de monitoramento e controle dos espaços abertos. Conforme podemos observar nos relatos dos dirigentes e profissionais, além das rondas de vigilância na cidade constituídas pela polícia militar, guarda municipal e até mesmo o patrulhamento particular de uma instituição assistencial pública na higienização das ruas, o Serviço de Atendimento ao Usuário disponibilizado pelas concessionárias de pedágios juntamente com o Serviço de Atendimento Médico de Urgência presente em algumas cidades de médio a grande porte, concorrem eficazmente para a manutenção do controle da vida dos andarilhos sob todos os aspectos.

Nesse sentido, as câmeras de monitoramento instaladas nos postos de pedágio podem ser consideradas metaforicamente como uma forma revitalizada e tecnologicamente sofisticada do *Panopticon* de Jeremy Bentham a exercer a mesma função da torre de comando disciplinar. Tal como acontecia no panoptismo onde o poder se exercia na invisibilidade porque a presença da torre circular de vigilância situada no centro da prisão bastava para os encarcerados se sujeitarem à obediência e disciplina, mesmo não havendo a presença física do vigilante, as câmeras de monitoramento atuais funcionam de maneira semelhante nos espaços abertos das rodovias quando os motoristas, ao saberem da existência delas em determinados trechos, obedecem aos limites de velocidade estabelecidos mesmo que elas estejam desligadas.

Segundo Foucault (1979), no modelo do panoptismo o que estava por trás de todos esses procedimentos de controle e vigilância sob a vida dos indivíduos no espaço fechado era a presença invisível do *olho do poder* considerado como uma maquinaria extremamente sofisticada onde ninguém possuía privilégios porque circunscrevia a todos de forma igual, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. No caso das concessionárias de pedágios, a única diferença a ser verificada está na ampliação de sua capacidade de abrangência para os espaços abertos das rodovias monitoradas onde ninguém escapa ao *olho tecnológico* cuidadoso e administrativo das câmeras de vigilância a um baixo custo financeiro se comparado com a força humana de trabalho.

[...] o olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo (Foucault, 1979, p. 218).

Assim, a invisibilidade do poder presente no panoptismo de Jeremy Bentham atinge proporções gigantescas na contemporaneidade tanto nas câmeras instaladas nas concessionárias de pedágios quanto nas ruas das cidades onde tudo está sendo mapeado e controlado através de satélites cada vez mais sofisticados e capazes de vigiar a circulação de cada indivíduo em particular por todo o espaço social. No caso dos andarilhos, podemos considerar que as câmeras de monitoramento das concessionárias de pedágio funcionam como uma nova torre de controle e vigilância que observam suas movimentações e os proíbem de circularem pelos espaços “abertos” das rodovias onde são capturados pelas equipes de resgate e conduzidos, às vezes contra a própria vontade, para as instituições assistenciais das cidades mais próximas. Nesse contexto, a presença dos andarilhos pelas rodovias representa metaforicamente para as concessionárias de pedágio, a sujeira que precisa ser varrida do asfalto. Se o lixo não for depositado em locais apropriados para sua contenção ou até mesmo decomposição, além de proporcionar dispêndios desnecessários,

pode prejudicar a imagem higienista vendida, pois, as rodovias precisam estar limpas a fim de causar uma boa impressão administrativa para todos os transeuntes de veículos automotivos.

Entretanto, suspeitamos que muitos andarilhos, ao descobrirem que estão sendo filmados pelas câmeras de controle e vigilância nos pedágios, circulam por rodovias alternativas ainda não monitoradas e isso explicaria, talvez, a relativa queda de circulação deles, a olho nu, pelas principais malhas rodoviárias paulistas, embora tais observações careçam de pesquisas futuras junto a essas concessionárias para maiores aprofundamentos e análises esclarecedoras. Seja como for, o fato é que essas concessionárias de pedágio se apresentam na contemporaneidade como uma tecnologia de controle extremamente eficaz na vigilância da vida dos andarilhos e demais indivíduos em situações semelhantes nesses espaços abertos de circulação onde todas as dimensões de espaço, tempo e movimento são levadas em consideração para o exercício do poder na docilidade dos corpos.

Com efeito, controle e vigilância são mecanismos vivos de ação do poder e à medida que sua tecnologia vai se aperfeiçoando, seu impacto de domínio poderá ser ainda maior sob todas as atividades envolvendo o comportamento humano na vida em sociedade. Nesse sentido, podemos dizer que as concessionárias de pedágio e suas câmeras de monitoramento se transformaram num centro eficaz de controle, observação, organização e higienização dos espaços abertos com tecnologias absolutamente viáveis para os interesses políticos do Estado ao conduzirem os andarilhos às instituições municipais de assistência a fim de serem avaliados, classificados e fixados através da normalização social.

III. OLHARES SOBRE OS ANDARILHOS

O olhar dos dirigentes e profissionais de instituições assistenciais em relação aos andarilhos de estrada comporta algumas situações relativamente distintas. Os relatos indicaram que a percepção deles se estrutura a partir de certos conceitos enraizados no

imaginário social da cultura brasileira tais como: vagabundagem, doença mental, desvinculação familiar e opção de vida. Em ambos os relatos podemos verificar certa isenção desses dirigentes e profissionais que desenvolvem apenas as atividades previamente estabelecidas sem questionamentos críticos acerca da realidade vivida por esses indivíduos.

Doença Mental

A doença mental aparece enfatizada em três relatos acerca dos andarilhos de estrada e pode estar vinculada ao pré-diagnóstico do saber médico disseminado no meio social, como por exemplo, o delírio pelo fato de conversarem sozinhos, fatores ligados ao próprio meio familiar que não tem estrutura para lidar com eles ou o uso de álcool e drogas como elementos potencializadores para os distúrbios psíquicos nas estradas. Esses relatos indicam certa desinformação a respeito da vida cotidiana dos andarilhos porque nem todos que se encontram na estrada portam essa ou aquela característica específica de transtorno mental e reforça a indiferença desses dirigentes e profissionais em relação a esses indivíduos.

Eu vejo os andarilhos como doentes mentais, pessoas com problemas psiquiátricos. A maioria que passa por aqui apresenta algum tipo de distúrbio, uns chegam com problemas de álcool, outros com drogas. Já aconteceu de chegar por aqui muitos com delírio, conversando sozinho. Então, eu acho que são pessoas que desenvolveram esses distúrbios na família que às vezes não tem estrutura para lidar, daí pega e deixa eles saírem para a estrada. Isso é muito comum acontecer aqui. Então, no meu modo de entender são pessoas que tem um distúrbio psiquiátrico, um problema mental e ficam andando porque a família não aceita mais... Hoje, depois de sete anos trabalhando aqui, os casos que aparecem são de pessoas com problemas psiquiátricos mesmo. Então, como eu já te disse antes, para mim são pessoas desequilibradas, portadores de alguma deficiência... (P1).

Eu digo [penso] assim: muita gente está na estrada hoje por conta do vício, seja de droga ou do álcool que desvincula as pessoas da família... Então, muitos apresentam distúrbios mentais por causa disso... (P4).

Na minha opinião, normalmente, o andarilho é uma pessoa que tem transtorno mental... porque falam coisas desconexas, são sujos, pés encardidos, cabelo tudo comprido e sujo, maltrapilho, uns fedem urina, fezes, são casos perdidos (P6).

A presença do pré-diagnóstico de doença mental verificado nesses relatos indica que a percepção acerca dos andarilhos de estrada pode estar relacionada com a condição psicopatologizante da sociedade com tendências homogeneizadoras do saber médico já

discutido anteriormente. Nesse contexto, o indivíduo com transtornos psicopatológicos pode ser considerado um excluído da sociedade contemporânea que, para permanecer integrado a ela, precisa da intervenção medicamentosa na regulação de sua subjetividade (Birman, 2000). Segundo esse autor, a tendência de psicopatologizar o indivíduo na atualidade é resultado do saber médico sobre a vida psíquica que adquiriu maior status ao descobrir na psicofarmacologia, impulsionada na década de 1950, o instrumento necessário para calar os sofrimentos e regular todas as desordens mentais sem a necessidade da escuta.

A partir daí, tudo se resolvia de maneira rápida e mais econômica pela simples prescrição de medicamentos psicotrópicos no controle das intensidades psíquicas em função da pressa e do imediatismo que modelam a cultura contemporânea. Essa razão psicopatologizante, ao se inscrever no campo político e social, estabeleceu, ainda, o paradigma da biologização da vida orientado pela norma de sanidade a que todos devem se submeter e adequar. As consequências dos saberes psicopatológicos sobre a vida possibilitaram o seu enraizamento no imaginário social e favoreceram os chamados “pré-diagnósticos” desses transtornos ao veicular na mídia os aspectos descritivos e indicadores desse ou daquele sintoma específico que o senso comum se encarregou de difundir em suas construções narrativas sobre “anormalidade” (Birman, 2000).

Isso pode se constatado claramente nos relatos que indicaram os andarilhos serem portadores de transtornos psicopatológicos, sem critérios suficientes para um diagnóstico preciso dessa natureza, pois, conduta “bizarra” de falar sozinho e uso de substâncias como o álcool ou as drogas, por exemplo, não são indicadores seguros para classificar todos esses indivíduos como doentes mentais, mesmo dentro da nosologia psiquiátrica. No caso dos andarilhos que perambulam a pé e sozinhos pelas estradas, o fato de falar consigo mesmo pode até ser bastante funcional para apaziguar a solidão por possuírem poucas oportunidades de diálogo com o outro e isso não significaria dizer que sejam absolutamente portadores de

algum transtorno psicopatológico tal como estão convencidos os assistentes sociais, conforme seus relatos. E mesmo que apresentassem algum quadro claramente reconhecível nos manuais de diagnóstico psiquiátrico, bem poderia ser uma forma de autoprodução e labuta para sobreviver nas condições inóspitas das ruas e rodovias do país.

Todavia, isso não equivale a dizer que todos os andarilhos se enquadram nas normas de sanidade reguladas pela medicalização do social. Pesquisas realizadas diretamente com os andarilhos à beira das rodovias, indicaram que muitos deles apresentam alguns distúrbios psíquicos como a esquizofrenia, a psicose e a alucinação alcoólica, sem que estejam, contudo, incapacitados para viverem nessas difíceis condições de deambulação (Justo, 1998; 2000; Justo & Nascimento, 2005, Nascimento, 2008). Aliás, é notável como parecem mais realizados e autônomos vivendo como “loucos de estrada” do que os típicos “zumbis” que habitam os hospitais psiquiátricos. Nesse caso, são mais parecidos com *vernônias*¹⁴ do que com os “mortos-vivos”, como foram descritos os sobreviventes dos campos de concentração nazistas, totalmente desvitalizados e reduzidos a pele e osso.

Diferentemente do que ocorre com a maioria, esses andarilhos não costumam adentrar as cidades e muito menos recorrem às instituições assistenciais em busca de amparo e auxílio para as suas necessidades. Boa parte deles prefere viver pelas rodovias do país onde podem expressar as suas ideias delirantes sem a intervenção, por enquanto, do saber médico visando a sua normalização. Vale destacar que nos casos de andarilhos diagnosticados como portadores de esquizofrenia predominam ideias megalomaniacas relacionadas à salvação da humanidade - na qual a errância se torna um dos modos de se atingir tais proezas - e os clássicos delírios persecutórios relacionados a inimigos imaginários e forças malignas que atentam contra sua pessoa ou à sua missão redentora (Justo & Nascimento, 2005).

¹⁴ *Vernônia* é um gênero de planta herbácea ou arbustiva com numerosas espécies nas regiões tropicais. Possui um caule forte e resistente e por essa razão seu nome é utilizado como metáfora para designar vidas de resistência.

De maneira geral, a lógica do andarilho delirante é muito semelhante à lógica da paranóia comandada pela amplificação narcísica do eu permeadas por interpretações que resultam em narrativas de estilo épico caracteristicamente desenvolvido em torno de realizações heróicas de um personagem central capaz de desafiar e vencer os mais temíveis perigos em favor da humanidade. Snow e Anderson (1998) também apresentam ideias semelhantes ao constatarem que delírios conspiratórios (a crença de estar sendo perseguido por alguém) e aqueles relacionados à grandeza (a convicção de ter poderes, percepções ou contatos extraordinários) são uma das características que definem boa parte dos transtornos psicopatológicos apresentados por alguns andarilhos nessas condições.

Entretanto, seja qual for a maneira do andarilho viver seus delírios pelas estradas, é necessário ponderar que a errância se coloca como uma condição peculiar na contemporaneidade onde a circulação no imprevisível pode proporcionar, senão uma narrativa delirante, pelo menos um contato anônimo com a heterogeneidade capaz de provocar diálogos de si para consigo mesmo sem o incômodo e as contrições presentes em qualquer regime de confinamento e disciplina comandados pela sociedade de controle.

Com efeito, muitos dos comportamentos e comunicações, considerados como sintomas de transtornos psicopatológicos nos andarilhos por parte das assistentes sociais, podem ser compreendidos, também, como adaptações comportamentais e psicológicas às situações mais difíceis e penosas na vida cotidiana. Se essas adaptações contextuais nas estradas podem transmitir uma ideia equivocada devido a uma disfunção comportamental ou psicológica, não é de se estranhar, portanto, que o senso comum as interprete como indícios de patologias e deficiências precipitadoras tal como acontece com o uso de álcool ou drogas, verificados nos relatos. Trata-se de construções elaboradas e difundidas pelo saber médico, assimiladas pelo senso comum, que se prestam à medicalização da vida e ao fortalecimento dos interesses das indústrias farmacêuticas de psicotrópicos.

Vale destacar que o uso de álcool pelos andarilhos é uma das características marcantes nesse estilo de vida. Eles próprios justificam o uso do álcool como coadjuvante do amortecimento das agruras da vida, especialmente aquelas decorrentes de problemas sócio-afetivos do passado. Também se referem ao álcool como aliado importante para vencerem a inibição e se encorajarem a pedir comida em casos de extrema necessidade (Nascimento, 2004, 2008; Nascimento & Justo, 2000). Snow e Anderson (1998) também destacam que o uso de álcool funciona para alguns andarilhos como um comportamento também adaptativo que fornece o antídoto psicológico contras as dores da existência suscitada pelas lembranças naufragadas do passado ou pelas tentativas frustradas adquiridas no presente mediante as próprias dificuldades de subsistência.

Com efeito, falar sozinho ou usar álcool e drogas não são critérios suficientes para as assistentes sociais considerarem os andarilhos como portadores de transtornos psicopatológicos. Isso não significa sugerir que a errância dos andarilhos nunca seja pavimentada por transtornos preexistentes, mas seria conveniente ponderar tais diagnósticos precipitados a fim de se estabelecer um contato de proximidade junto a esses indivíduos com menos tendência homogeneizadora do saber médico infiltrado nessa prática assistencial. Isso explicaria, por exemplo, as práticas de encaminhamento dos andarilhos às instituições de atenção psicossocial quando apresentam tais comportamentos “bizarros” detectados na triagem investigativa realizada pela assistente social cuja matriz desse “saber” psíquico se encontra, como vimos, nas tecnologias de confissão do século XVIII apontadas por Foucault (1984).

Vagabundagem

Além dos transtornos psicopatológicos, também apareceram nos relatos dos dirigentes e profissionais das instituições assistenciais, narrativas relacionando a vida dos andarilhos com a vagabundagem. Verificamos que esses relatos trazem algumas

generalizações aplicáveis a todos que ocorrem a essas instituições assistenciais onde migrantes, moradores de rua, trecheiros, andarilhos e tantos outros são percebidos indistintamente como indivíduos excluídos, marginais ou com passagens pela polícia.

A maioria de nós tende a achar essas pessoas [andarilhos] como pessoas marginais, vagabundas e tal. Eu sempre falo aqui para os nossos profissionais: a gente, primeiro, tem que se despir de certas coisas para você trabalhar, senão você não consegue, né?... eu acho que toda pessoa tem que viver com dignidade... Então, eu acho que eles têm que ter dignidade, toda pessoa tem que ter dignidade na sua vida. E a vida deles, não é uma vida digna no meu entender... (P3).

O andarilho seria o excluído, o mais excluído entre os excluídos, vamos dizer assim... É uma alma vagabunda aí e se ele está no seu caminho, você tem ajudar, né? Então, o andarilho é aquele cara que o dia-a-dia dele é zuar [vadiar] por aí. Ele sai daqui vai para Agudos (SP), vai bater [passar] em Lençóis [Paulista (SP)] e chega até São Paulo se for o caso a pé... Alguns saíram de penitenciária, outros saíram de abrigos. Enfim, são pessoas que se o vento soprar para um lado eles vão, se soprar para outro eles também vão, não querem nada com nada, mas são filhos de Deus, como nós também somos (P5).

Normalmente, são pessoas que tem passagem pela polícia, que já foram presas, então, eles buscam outras cidades para fugir de suas cidades de origem, então isso é uma quantidade muito grande que passam pelo albergue (P6).

A ideia de vagabundagem presente nesses relatos indica mais uma vez a falta de discernimento dos dirigentes e profissionais em relação aos andarilhos que procuram esses serviços assistenciais, pois, todos são categorizados de maneira genérica como indivíduos excluídos, marginais e com passagens pela polícia pelo menos nesses relatos. Vale ressaltar que, embora todos os indivíduos recorrentes a esses serviços sejam necessitados dos mínimos sociais, há diferenças conjunturais entre eles quanto aos modos de ser e de viver a própria subjetividade no contemporâneo. Contudo, parece ser mais cômodo e até mesmo conveniente para os dirigentes e profissionais classificá-los como vagabundos ou doentes mentais do que se aprofundar nas razões que os levam a essa situação de precariedade sócio-econômica.

Desse modo, não é possível, por exemplo, confundir moradores de rua com indivíduos em situação de rua, bem como migrantes, trecheiros e andarilhos de estrada como

sendo uma única população com problemas comuns e semelhantes no que se refere ao pauperismo. Cada um desses subconjuntos da população situada à beira da sociedade comporta características específicas que precisam ser delimitadas no âmbito institucional para se oferecer uma assistência diferenciada e com melhor qualidade no atendimento às suas necessidades específicas visando à transformação das próprias práticas convencionais pautadas no clientelismo. Vieira et al. (2004) apontam, por exemplo, algumas diferenças existentes entre os indivíduos que ficam na rua com aqueles que estão na rua e são da rua cujas situações nem sempre podem estar associadas genericamente à vagabundagem.

Nesse contexto, *ficar na rua* está relacionado a uma situação circunstancial de precariedade sócio-econômica vinculada, geralmente, ao desemprego na construção civil em que o indivíduo não dispõe de recursos para pagar um quarto de pensão ou não consegue vagas nos albergues da cidade. *Estar na rua*, por outro lado, expressa a situação daqueles que recentemente adotaram a rua como local de pernoite (as marquises de lojas, viadutos e bancos de jardim), tentando sobreviver através do recolhimento de materiais recicláveis devido ao desemprego prolongado ou despejo dos próprios familiares mediante tais situações. *Ser da rua* significa morar nela permanentemente em função das várias tentativas fracassadas de encontrar saídas das condições miseráveis onde o sujeito passa a sobreviver das chamadas “bocas de rango” (lugares onde oferecem comida gratuita) e da assistência social dos municípios. Segundo Vieira et al. (2004), nas duas primeiras situações desses *subgrupos da rua* os indivíduos não se identificam com os moradores de rua e fazem questão de evitarem, inclusive, contatos mais próximos com eles, embora procurem também o auxílio da assistência social.

Contudo, independentemente da situação vivida, tratam-se de grupos que estão circunscritos no espaço urbano das cidades e aí tentam produzir condições mínimas de subsistência, diferenciando-se, portanto, de outros indivíduos em condição de miséria que

circulam de cidade em cidade em busca de trabalho como é o caso dos migrantes e dos trecheiros (Justo, 1998, 2011; Nascimento, 2004, 2008). Nesses *subgrupos da estrada*, o *migrante* seria aquele que parte de sua cidade natal em busca de melhores oportunidades nas grandes metrópoles passando de albergue em albergue até chegar ao seu destino final por meio de passagens de ônibus concedidas pela assistência social em parceria com algumas empresas de transportes rodoviários. Já o *trecheiro* corresponde àquele que circula geralmente a pé de cidade em cidade e frequentam as instituições assistenciais para descanso, além de colher informações quanto à oferta de trabalho nas regiões que contratam mão-de-obra para a agricultura. O *andarilho*, contudo, seria aquele que vive exclusivamente nas estradas através da ajuda de alguém quando encontram pelo caminho ou de eventuais “bicos” (trabalhos temporários), recorrendo às instituições assistenciais apenas em casos de extrema necessidade (Justo, 1998, 2011; Nascimento, 2004, 2008).

Conforme podemos observar, exceto no caso dos moradores de rua, tratam-se de indivíduos que tentam levar a vida com seus próprios esforços mesmo nas condições mais adversas possíveis, mantendo, inclusive, uma identidade própria, embora sejam categorizados genericamente pelas instituições assistenciais como pertencentes a uma mesma matriz relacionada à vagabundagem. Segundo Snow e Anderson (1998), o termo *vagabundo*, remete a uma dimensão incondizente com a realidade vivida pela maioria dos subgrupos da estrada por estar mais ligado aos *mendigos*¹⁵ e moradores de rua que se encontram circunscritos a um mesmo território e sempre na ociosidade, dependendo continuamente da ajuda de outrem ou da assistência social, mesmo quando há oportunidades para realizar algum tipo de trabalho temporário. Talvez seja por essa razão que algumas

¹⁵ Inserimos o termo *mendigo* nesse parágrafo por ter sido utilizado na pesquisa de Snow e Anderson (1998) na cidade de Austin, Estado do Texas (EUA). Todavia, vale ressaltar que o termo *mendigo* não deve ser confundido com termo *morador de rua* pelo simples fato do primeiro possuir relativamente um teto para se abrigar. O mendigo procura sobreviver das esmolas sem recorrer, na maioria das vezes, à assistência social enquanto que o morador de rua procura viver da ajuda dessas instituições filantrópico-assistenciais de maneira contínua. Apesar dessas pequenas diferenças semânticas, ambos os termos ainda se vinculam ao conceito de vagabundagem no imaginário social.

assistentes sociais confundem e associam todos os demais usuários com marca indelével da vagabundagem.

O olhar dos dirigentes e profissionais das instituições assistenciais apresenta, ainda, uma forma compassiva e convencional de compreender a situação de vida dos andarilhos na qual a condição de errância deles parece ficar relegada a fatores comuns de explicação, ou seja, que são filhos de Deus, que já tiveram passagem pela polícia, que são marginais e excluídos da sociedade, que não têm uma vida digna e assim por diante. Embora reconhecemos que muitos possam ter passagem pela polícia, classificar todos como marginais e vagabundos é desconhecer, no mínimo, a realidade social vivida por esses indivíduos e desconhecer as condições precárias que apresentam ao chegar nessas instituições. Esses conceitos sobre os andarilhos relacionados à vagabundagem podem contribuir, inclusive, para o assentamento de dois tipos de discriminação no interior das práticas institucionais de assistência: uma positiva que consiste em fazer mais por aqueles que têm menos como as famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade e outra negativa caracterizada por fazer menos aos indivíduos que precisam mais como no caso dos andarilhos e outros grupos da estrada.

Nesse sentido, a *discriminação positiva* define com precisão a clientela a ser socorrida pelas políticas públicas de assistência por ser a mais visível aos olhos da sociedade e elevar a imagem do Estado como provedor social “preocupado” com os problemas de seus cidadãos. Por sua vez, a *discriminação negativa* marca seu portador com um defeito quase indelével associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os saberes sociais constroem e determinam para ele se enquadrar (Castel, 2008). Com efeito, podemos conjecturar, assim, uma estreita vinculação entre pré-julgamento e vagabundagem que culmina na discriminação daqueles que se encontram no topo da hierarquia institucional e responsáveis pela determinação do destino de cada sujeito albergado. A esse respeito,

Goffman (1974) defende ideia semelhante quando analisou as instituições totais (asilos, manicômios e conventos) e observou que os dirigentes e demais funcionários desempenhavam tarefas preliminarmente definidas, reunindo uma série de pré-conceitos e julgamentos sobre os internados.

O esquema de interpretação da instituição total começa a atuar logo que o internado é admitido, pois a equipe dirigente tem a noção de que a admissão é prova *prima facie* de que essa pessoa deve ser o tipo de indivíduo que a instituição procura tratar. Um homem colocado em prisão política deve ser um traidor; um homem na cadeia deve ser um delinquente; um homem num hospital para doentes mentais deve estar doente. Senão fosse traidor, delinquente ou doente, por que estaria aí? Essa identificação automática do internado não é apenas uma forma de dar nomes; está no centro de um meio básico de controle social (Goffman, 1974, p. 77-78).

Essas observações assinaladas por Goffman a respeito do esquema interpretativo das instituições totais em relação aos internados podem ser perfeitamente empregadas nas instituições assistenciais da atualidade quanto aos sujeitos que recorrem a elas como os migrantes, trecheiros, andarilhos de estrada e tantos outros afastados da zona de integração social analisadas por Castel (1994). Tal como sucede nas instituições totais onde o pré-julgamento está intrinsecamente presente em toda estrutura discursiva, demarcando os sujeitos pela própria condição deplorável, nas instituições assistenciais o esquema não se diferencia muito porque os andarilhos também são classificados, *a priori*, como marginais, criminosos, indignos, enfim, vagabundos no estrito sentido do termo. Isso equivale a dizer que as percepções de dirigentes e profissionais das instituições assistenciais de nossa pesquisa é semelhante àquelas apresentadas por Goffman, pois, o pré-julgamento os levam a elaborar ideias generalizadas sobre os andarilhos onde o discurso institucional circulante conduz a um raciocínio eminentemente homogeneizador ao aferir que quem procura esses serviços só pode ser um sujeito doente, vagabundo e miserável por excelência.

Desvinculação Familiar

Embora a percepção relacionada à vagabundagem e doença mental tenha prevalecido na maioria dos relatos, a desvinculação familiar também foi apontada por três dirigentes das instituições assistenciais pesquisadas. Para eles, a perda dos vínculos familiares constitui um dos fatores que levam esses indivíduos a se tornarem andarilhos e viverem uma vida livre das obrigações sociais.

Então, para mim são pessoas que perderam os vínculos familiares e que resolveram abandonar tudo e viver na estrada. Essa é a visão que tenho dessas pessoas num primeiro momento. Eu penso assim que ocorreu alguma coisa na vida dessa pessoa que ela não consegue lidar muito bem e a única alternativa que ela encontrou foi sair para o mundo... foi a forma que ela encontrou para fugir dessa situação, mas na verdade não foge, né? Essa situação vai com ela (P3).

Olha, eu vou dizer para você o seguinte: muitos andarilhos passam por aqui. O que a gente percebe, geralmente nessas pessoas, é que foram perdendo os vínculos com a família aos poucos (P5).

Para mim, eles geralmente retratam o laço que foi desfeito com sua família. Muitos são felizes agora porque passou muito mal com sua família e preferem viver assim, andando de um lugar para o outro, sendo livres. Então muitos dizem que não precisam de parentes, não precisam de nada... Então, com a experiência no trabalho, a gente vê que muitos têm problemas com família e que a estrada é o lugar deles viverem livremente, sem cobrança de ninguém (P7).

A questão da desvinculação familiar apontada nesses relatos confirma algumas pesquisas sobre os motivos que levam os andarilhos a romperem com os laços familiares no qual os desentendimentos com os pais ou os cônjuges são um dos fatores para a impulsão da errância desses indivíduos, embora não deva ser considerado o elemento principal de ruptura com a vida sedentária (Justo, 2011, Nascimento, 2004, 2008; Justo & Nascimento, 2005, 2012; Nascimento & Justo, 2000; Peres & Justo, 2005; Peres, 2002; Snow & Anderson, 1998). Segundo essas pesquisas, os vínculos familiares desempenham pouca importância para os andarilhos uma vez que as relações estabelecidas no universo familiar são permeadas por sentimentos ambivalentes, principalmente quando ocorrem pressões insuportáveis do grupo familiar que os leva a tentar a própria vida nas ruas e rodovias.

Para Snow e Anderson (1998), essa desvinculação se concentra mais nas famílias problemáticas porque nem todos que passam por situações semelhantes se tornam andarilhos de estrada. De acordo com esses autores, essas situações familiares se tornam tão disfuncionais que muitos preferem o refúgio nas rodovias pelo simples fato de não tolerarem as cobranças ou não terem o apoio necessário nos momentos mais difíceis quando se encontram desempregados, sem dinheiro, vítimas de cortes de benefícios ou necessitados sobre outros aspectos. Situados nessas condições de pauperismo e miserabilidade, muitos procuram as instituições assistenciais em busca de apoio, mantendo com elas uma relação de dependência duradoura em função das várias tentativas fracassadas de subsistirem de outra forma menos humilhante.

E as razões para essa dependência assistencial têm pouca relação com a vagabundagem enfatizada nas percepções de dirigentes e profissionais discutidas anteriormente. Segundo Castel (1998), a intervenção do Estado também assume aí uma importância fundamental já que ele se coloca como o provedor assistencial dos mais necessitados sem fornecer o suporte básico para emancipação desses indivíduos visando à própria autonomia no sentido de se manterem por si mesmos e não dependerem sistematicamente desses serviços. Em outras palavras, se o Estado promovesse políticas assistenciais que garantissem a autonomia desses indivíduos, correria o risco de perder o controle administrativo das desigualdades e as famílias vulneráveis deixariam de ser o elemento-chave para suas estratégias sócio-econômicas na manutenção da cultura capitalista.

Todavia, se as desestruturas no tecido familiar podem acarretar frequentemente uma diminuição dos recursos de subsistência de seus componentes, impulsionando muitos indivíduos para as situações mais frágeis e adversas nas ruas e rodovias, não podemos deduzir que isso seja apenas um problema exclusivo da família, pois, pensar assim é destituir a responsabilidade de amparo do Estado e ignorar os contrastes e os paradoxos suscitados

pelas desigualdades sociais. Além disso, a compreensão dos dirigentes e profissionais a respeito da situação em que se encontram esses sujeitos demandantes da assistência social parece responder a uma leitura linear, despolitizada e caritativa da realidade, identificando no conceito de *exclusão*, tão comum nessa área e fortemente combatido por Robert Castel¹⁶ (1998), as justificativas esclarecedoras para as desigualdades sociais.

Nesse contexto, podemos considerar, então, que o conceito de exclusão se torna um modismo convincente para a continuidade de uma política assistencial caracterizada pela prestação de serviços, ignorando, inclusive, a aprovação da LOAS que define o serviço social como “um direito do cidadão e dever do Estado” (Brasil, 1993). Entretanto, se os problemas familiares, evidenciados nos relatos, são causadores da errância dos andarilhos, por que os dirigentes e profissionais dessas instituições não realizam as atividades previamente estabelecidas e aprovadas pelas políticas públicas de assistência comandadas pelo SUAS no sentido de amparar essas famílias em situação de vulnerabilidade e evitar, assim, que elas caiam no desamparo e na desfiliação social?

Segundo Couto (2010) isso não acontece porque as questões referentes ao tratamento da pobreza ainda mantêm um perfil conservador que não permite a instalação de uma cultura de direitos sociais em função dos próprios atores envolvidos estarem despreparados profissionalmente para compreender a complexidade social e suas múltiplas conexões a exigir um diálogo interdisciplinar. Essa autora aponta, também, que a proposta de garantir esses direitos sociais a famílias em situação de vulnerabilidade e risco é bastante questionável nas políticas assistenciais do SUAS porque os profissionais dessa área ainda trabalham com enfoque calcado na ótica da benemerência e da subalternidade, carecendo de uma leitura mais ampla que considere os aspectos e os interesses comuns da coletividade.

¹⁶ Segundo esse autor, o conceito de *exclusão* remete a uma ideia equivocada de não pertencimento social incondizente com a realidade histórica vivida pelos sujeitos. Uma vez que todos estão inseridos e fazem parte indissociável dela, Castel prefere utilizar o conceito de *desfiliação* para se referir aos excluídos por compreender que há uma distensão social e jamais um rompimento definitivo entre esses sujeitos e aqueles considerados incluídos pela força produtiva de trabalho.

Nesse sentido, podemos considerar que as políticas assistenciais do SUAS parece ignorar algumas famílias problemáticas como aquelas apontadas nos relatos referentes aos andarilhos, contradizendo, assim, os princípios norteadores da integração social e resgate da cidadania defendidas em suas diretrizes básicas cujas funções são a inserção, a prevenção, a promoção e a proteção dessas famílias em situações precárias e às vezes até desumanas (Brasil, 2007). Por outro lado, se a errância estivesse relacionada apenas a problemas de ordem familiar, a situação dos andarilhos seria fácil de contornar e a tendência seria a sua diminuição pelas estradas, pois, uma vez combatido a causa se supõe que eliminaria o efeito. Contudo, se esses indivíduos continuam a sua perambulação pelas rodovias é porque deve haver outras questões envolvidas nesse complexo fenômeno sócio-político na qual o SUAS se torna mais um programa patrocinado pelo Estado visando o controle e a perpetuação das desigualdades no sentido de ter sempre objetos para a sua intervenção.

Por fim, parece ser mais cômodo para a assistência social responsabilizar a família pelos fracassos dos andarilhos do que procurar compreender o complexo dinamismo envolvendo a questão social da errância no contemporâneo. Isso significa dizer que é necessário desconstruir conceitos estáveis e significações cristalizadas na assistência social para a explicação das desigualdades como a “culpabilização” na família pela “exclusão” do indivíduo e encontrar alternativas no sentido de permitir a emergência do novo capaz de disparar um processo de problematização e desnaturalização dessas ideias na qual cada um possa contribuir, efetivamente, para a reinvenção do social e propor outras formas de subjetivação. Todavia, enquanto a assistência social continuar explicando a errância do andarilho pelo viés convencional e estaque da desestrutura familiar, permanecerá presa às políticas administrativas do Estado, exercendo atividades de pronto-socorro e sem autonomia para construir a própria identidade profissional que favoreça a retomada de uma nova história.

Opção de vida

O olhar sobre os andarilhos referente à opção de vida foi verificada nos relatos de duas profissionais e uma dirigente, ambas vinculadas a instituições públicas. Na opinião delas, a vida na estrada passa a ser uma opção para os andarilhos devido a uma necessidade pessoal ou por não concordarem com sistema político-social vigente. Esses relatos parecem se estruturar, ainda, de maneira convencional e sem muitas argumentações reflexivas.

As pessoas têm uma impressão de que eles têm uma loucura, assim, profunda e que ninguém vai conseguir manter contato com eles e é o contrário... Alguns eu acho que até são felizes assim. Parece que são adaptados a essa forma de vida, eles vivem muito o agora, a necessidade do agora... Às vezes os funcionários aqui têm uma tentativa de tirá-los dessa vida, aí eu comento que, às vezes, o andarilho por uma opção de vida se organizou dessa maneira e que tem de ser respeitada... (P2).

Então, talvez, seja uma opção de vida e que eles estejam bem dessa forma. Se eles encararem como uma forma de conhecimento, uma forma de adquirir um punhado de coisa, porque você vivendo assim, você vai conhecendo as culturas, as pessoas, isso é muito interessante se você for encarar dessa forma (P3).

Na minha opinião, os andarilhos são pessoas que muitas vezes não concordam com o sistema, estão infelizes e se enganam. Mas, eu acho que muitas dessas pessoas foi mesmo por pressão, por não suportarem a pressão psicológica e estarem insatisfeitos com o sistema e com toda uma maneira de vida... Quem está caminhando pelos asfaltos de livre e espontânea vontade é porque está contra todo um processo de vida, todo um sistema que ele não concorda, dificilmente vai deixar dessa vida... Então, eu acho que eles vivem assim por uma opção mesmo (P4).

As percepções de dirigentes e profissionais relacionadas aos andarilhos quanto à opção de vida também foram constatadas por pesquisas envolvendo o universo desses indivíduos ao apontarem, sobretudo, a liberdade e o desejo de aventura como uma das características para a vida errante (Justo, 1998, 2011; Nascimento, 2004, 2008, Justo & Nascimento, 2012; Nascimento & Justo, 2000). Embora a opção de vida seja um dos modos de se compreender a errância dos andarilhos, devemos ponderar que ela não constitui um fator *sui generis* para todos os casos porque comporta condições específicas. Uma delas está relacionada a condições sócio-culturais quando a família apresenta, por exemplo, uma

história de vida marcada por mudanças domiciliares para outras regiões do país em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho (Justo & Nascimento, 2012).

Muitos andarilhos tiveram, desde a infância, uma vida marcada pela experiência da migração e num país de dimensões continentais como o Brasil, com um ritmo acelerado de crescimento populacional e de ocupação de regiões inexploradas, a imagem de viagens e aventuras é bastante forte e sugestiva no imaginário social. Engatadas com as atuais cineses da atualidade e com a tendência de habitação dos espaços abertos e de trânsito, tais viagens de mobilidade e erraticidade se tornam ainda mais instigantes, impulsionando muitos à movimentação e aventura.

Os sonhos e impulsos na busca de aventura ou fuga das agruras do cotidiano encontram muitas referências nas experiências de mobilidade dos brasileiros desde os primórdios da descoberta do país, primeiramente com as caravelas portuguesas e depois com as incursões dos bandeirantes para o interior das terras ainda inexploradas. Assim, cercados de tantos estímulos e alusões referentes à aventura pelo desconhecido, é possível conjecturarmos que muitos, diante das adversidades e incertezas de um cotidiano percebido como opressor e frustrante ou estimulados por desejos de liberdade, acabem se lançando para a errância sem fim, sem rumo e sem destino no sentido de se livrarem dos encargos sociais.

Segundo Maffesoli (2001) essa ideia do *homo viator* está presente há muito tempo na história da humanidade. O próprio Cristo, segundo ele, dá o exemplo através do mito da ascensão que canoniza o desejo de outro lugar e numerosas são as tradições religiosas que dão ênfase à necessária prova iniciática da viagem. Na Índia, por exemplo, a vida errante se torna obrigatória para os monges e um vetor de socialização cuja tradição cultural é venerar o viajante oferecendo-lhe, materialmente, o que há de mais precioso no ambiente doméstico. Segundo o autor, o desejo de errância é um dos pólos essenciais de qualquer estrutura social, uma rebelião contra a funcionalidade, a divisão do trabalho, a descomunal especialização a

transformar todo mundo numa simples peça de engrenagem na mecânica industriosa que seria a sociedade. Assim se exprimem o necessário ócio, a importância da vacuidade e do não-agir na deambulação humana.

Apesar desses fatores estarem presentes no imaginário social de cada cultura, a escolha por uma vida mais aventureira e errante pode significar, também, uma resistência contra as imposições dos modos de ser e viver traçadas pela sociedade de consumo na qual o andarilho seria aquele que mais tenta escapar das ações da biopolítica. Por essa linha de raciocínio, a errância pode até ser bastante interessante se considerada como uma forma de resistir ao controle e à disciplina e propiciar a eclosão de outros devires nos não-lugares das estradas onde ainda se pode ser si mesmo sem as exigências das obrigações sociais. Desse modo, se a errância para alguns andarilhos pode ser uma opção de vida, realmente não compete às instituições assistenciais tentar sedentarizá-los, mas caberia pelo menos proporcionar-lhes uma estadia menos impregnada de valores pejorativos tais como a ideia de doença mental, de vagabundagem e criminalidade.

Nesse sentido, não se trata de uma infelicidade e “engano” conforme apontado num dos relatos porque se fosse assim a errância seria a maneira mais cabal de submissão na biopolítica e nas operacionalidades do biopoder, afinal de contas quem desejaria ser infeliz e submisso por uma vida inteira? Se a errância representa para muitos uma alternativa contra todo um sistema social que não se concorda é porque não há, talvez, tantos enganos assim, mas resistência e maneiras diferentes de se posicionar diante da realidade. Portanto, a questão crucial que se apresenta para as instituições assistenciais contemporâneas não é a aceitação passiva das políticas públicas de sedentarização da família e do indivíduo sob o controle do SUAS, mas um posicionamento ético, crítico e reflexivo a fim de transformar as práticas coniventes do serviço social, submisso ao poder do Estado, numa ferramenta capaz

de potencializar o novo e o inédito no sentido de possibilitar pelo menos o exercício da cidadania.

IV. EXPECTATIVAS SOBRE A VIDA DOS ANDARILHOS

No que se refere às expectativas de dirigentes e profissionais acerca dos andarilhos de estrada, verificamos a presença de relatos pragmáticos em relação à vida futura desses indivíduos. A justificativa apresentada pela maioria está relacionada ao fato de considerarem a errância dos andarilhos uma condição de vida irreversível na qual a opção por essa escolha tem que ser respeitada porque eles, segundo dizem, dificilmente se readaptariam no mundo sedentário. Considerando a opção pela errância como um dos modos de existência, é óbvio que as decisões dos andarilhos precisam ser respeitadas. Entretanto, a forma como foi colocada essa questão nos permite considerar que as instituições assistenciais se limitam em desempenhar apenas as atividades previamente estabelecidas, qual seja: banho, alimentação, pernoite e despejo para as ruas, rodovias ou cidades circunvizinhas após o tempo de permanência permitido de dois dias.

Como eu disse, é difícil. Primeiro porque não adianta o profissional que está atendendo querer encaminhar para tratamento porque a pessoa também tem que querer mudar... Mas, de um modo geral, eu não vejo o andarilho querendo mudar e a impressão que a gente tem deles é que eles gostam de ser assim porque acabaram se acostumando com essa vida de estar hoje aqui, amanhã em outro lugar. Então, a gente vê que eles não querem mudar e aí a gente respeita a decisão dele porque todos têm o direito de viver como bem entenderem (P1).

A perspectiva que eu tenho é... que eles não se readaptariam à vida de antes porque, como eu disse, foi uma opção e a pessoa para tomar uma decisão, já faz parte dela... Mais fácil uma pessoa, assim, que está hoje na rua quer sair e voltar para a família que o andarilho... A sensação que eu tenho é que eles [andarilhos] estão fugindo de alguma coisa o tempo todo, do sistema que eles não concordam (P4).

É continuar acolhendo aqueles que passam por aqui com comida, roupas e pernoite porque não podemos e nem temos condições de fazer mais nada. Infelizmente, vejo que o futuro deles não será bom e acabarão morrendo pelas rodovias do país, alcoolizados, vem um veículo e atropela ou se suicidando pela vida miserável que vive. Tentamos, na medida do possível lhes transmitir uma palavra de esperança e fé na vida futura, mas o sofrimento deles é tanto que, nem isso, acho que conseguem mais acreditar (P5).

Olha, como eles estão acostumados nessa vida, eles não querem mudar, eles querem continuar assim, eles mesmos não têm mais perspectivas de vida. Eles não têm mais ilusão, querem continuar nessa vida que eles estão. Eles não gostam de muita conversa não, são mais arredios. Eu acho que são pessoas que não tem mais esperança de futuro e vão morrer assim pelas estradas... (P6).

Se é uma opção de vida deles, eles não vão querer sair dessa situação. Então, eu não vejo muita perspectiva em relação a eles do ponto de vista de retorno à sociedade e acho que ficarão sempre nessa vida porque se é uma opção, eles vão permanecer assim... Se estão assim é porque querem ficar assim e aí é opção deles (P7).

Conforme podemos observar nesses relatos, as expectativas futuras em relação aos andarilhos apresentam certo conformismo - típico de uma prática assistencial caritativa - na qual as atividades se concentram em oferecer apenas serviços de caráter emergencial e isso acaba incidindo em todos os setores da atividade institucional cuja tendência, como vimos, é a objetificação e a sujeição de todos os usuários nela albergados indistintamente. Essas constatações são semelhantes àquelas apresentadas por Goffman (1974) ao salientar que, no contexto das instituições totais, a equipe dirigente tende a transformar o trabalho com pessoas em objetos devido à subordinação às hierarquias administrativas cujos corpos ficam à mercê do saber institucional que determina as operações a serem implementadas em cada indivíduo particular.

Segundo esse autor, cada modelo institucional contém um repertório de discurso moral específico que determina o comportamento dos internados a partir de uma visão funcionalista da vida, levando, conseqüentemente, a uma racionalização das atividades e um distanciamento social com os sujeitos institucionalizados, além de uma interpretação estereotipada deles como justificativa para o tratamento que lhes é imposto de forma disciplinar. Daí uma das possíveis explicações para a ausência de expectativas verificadas nos relatos de dirigentes e profissionais de nossa pesquisa em relação aos andarilhos uma vez que essa prática assistencial comporta, também, atividades racionalizadas, versão funcionalista da vida e distanciamento nas interações sociais com esses indivíduos. As

únicas relações estabelecidas se limitam à triagem investigativa visando os encaminhamentos futuros, seja para as instituições de saúde quando apresentam alguns problemas psíquicos ou orgânicos, seja para as estradas propriamente dita quando cumprido o tempo de permanência estabelecido.

Os relatos também indicam uma aparente contradição institucional entre os objetivos e as expectativas porque ao mesmo tempo em que descrevem como finalidade assistencial “ajudar” o ser humano em suas necessidades emergenciais, apresenta certa indiferença em relação aos próprios andarilhos de estrada quanto à vida futura. Ora, se os objetivos institucionais visam prestar um assistencialismo dito “humanizado” e acolhedor, como ficou enfatizado em alguns relatos sobre esse assunto, deveríamos esperar da parte dos dirigentes e profissionais algumas expectativas mais favoráveis pelo menos no que se refere ao próprio trabalho desenvolvido no sentido de acreditar que vida sempre pode ser possível mesmo nas condições mais impossíveis e adversas enfrentadas pelos andarilhos em suas experiências nas estradas.

Por outro lado, isso também pode estar relacionado com a própria estrutura institucional e aos procedimentos de controle sob a vida desses sujeitos em função dos objetivos exigirem certo procedimento administrativo no que se refere às regras pré-estabelecidas a serem rigorosamente executadas no espaço interno a fim de garantir a ordem e a soberania (Nascimento et al., 2009; Rosa, 2005; Vieira et al., 2004; Nasser, 2001; Rangel, 1987; Dornelas, 1987; Goffman, 1974). Nesse sentido, ao cumprirem as regras institucionais, tanto os dirigentes quanto os profissionais tendem a desempenhar atividades absolutamente técnicas que, por serem rotinizadas e de certa forma serializada, acabam por tornar o trabalho entediante cujo desdobramento é uma prática assistencialista funcional e fragmentada (Mota et al., 2009). Esses autores comentam, ainda, que um dos maiores desafios para a assistência social contemporânea é exatamente superar essa tendência

pragmática dos serviços prestados cuja ênfase reside no conhecimento prático-operativo do *saber-fazer* paramentado pela razão instrumental ao invés do *saber-transformar* que exige um posicionamento crítico-reflexivo capaz de romper com essas atividades técnico-imediatistas relacionadas à formação profissional.

Além do desenvolvimento dessa cultura profissional do saber-fazer, é inegável a força das atuais determinações do capitalismo, cuja produção flexível, ancorada na redefinição das noções de espaço-tempo, exige pressa, agilidade, eficiência e eficácias das ações profissionais, num nítido movimento que cria sérios obstáculos às operações intelectivas que busquem apanhar as particularidades e singularidades do real numa perspectiva de totalidade (Mota et al., 2009, p. 193).

Snow e Anderson (1998) também apontaram observações semelhantes nos albergues assistenciais que acolhem todos os tipos de miseráveis na cidade de Austin na qual os dirigentes e voluntários não acreditam ser possível esses sujeitos abandonarem as ruas devido ao longo tempo de permanência nelas. As atividades desenvolvidas nos albergues pesquisados por esses autores incluem também uma assistência absolutamente funcional no oferecimento de sopa e pernoite, devolvendo esses sujeitos para as ruas na manhã seguinte pelo fato de ser a regra institucional da casa. De acordo com esses autores, esses procedimentos revelam, além de um distanciamento interativo dos trabalhadores com os usuários desses serviços, atividades rotinizadas que tornam o trabalho enfadonho e muitas vezes desanimador por serem repetitivos todos os dias, com as mesmas ofertas de serviços e os mesmos tipos de sujeitos.

Segundo Snow e Anderson (1998), isso pode ser explicado, em parte, na organização e disseminação dos serviços oferecidos na qual esses sujeitos são processados de maneira semelhante a uma linha de montagem impessoal e altamente estruturada cujo resultado é um nivelamento das diferenças individuais e um declínio na autonomia pessoal, levando muitos, inclusive, a um distanciamento institucional quando se sentem humilhados. Vale salientar aqui que no caso particular da realidade norte-americana, toda a formação profissional nessa

área de conhecimento está fundamentada na filosofia positivista sustentada por medidas instrumentais e técnicas estatísticas para validar toda a assistência social no desnudamento da realidade. Isso explicaria, por exemplo, a pseudo-ideia de neutralidade na relação interativa com os usuários desses serviços assistenciais.

No caso específico de nossa pesquisa, a impressão é que toda a equipe institucional aceita de forma passiva e conformista os protocolos burocráticos das atividades de trabalho a serem desempenhadas sem quaisquer questionamentos, se tornando, assim, uma prática de pronto-socorro assistencial junto aos sujeitos nela albergados. Isso explicaria, talvez, a resistência de alguns andarilhos em recorrer a esses serviços devido à forma impessoal e homogeneizante desses prestadores de assistência. Desse modo, condicionados a exercerem atividades emergenciais de pronto-atendimento e a cumprirem os procedimentos previamente estabelecidos pela instituição, não é de se estranhar a ausência de expectativas em relação aos andarilhos dada sua orientação ser altamente conformista com as mais variadas formas de desamparo e miséria.

Isso não significa dizer que o serviço social tem o dever e a obrigação exclusiva de solucionar por si mesmo os problemas das desigualdades e misérias presentes na sociedade contemporânea. Entretanto, se o serviço social pudesse pelo menos problematizar essas políticas assistenciais elaboradas para assegurar a sua demanda e manter essa população sob sua tutela, provavelmente encontraria alternativas para a potenciação da vida desses indivíduos, compreendida aqui como capacidade de criação, invenção e produção de outras subjetivações (Menezes, 2007).

Em outras palavras, o fato dos dirigentes e demais profissionais se inserirem em determinadas instituições assistenciais não lhes impede de agir politicamente a favor da afirmação da vida, sobretudo, quando assumirem seus papéis de potenciadores eticamente comprometidos com o social. Entretanto, isso exige uma visão mais ampla e crítica da

realidade, além da ousadia de questionar o supostamente inquestionável ante as imposições do poder do Estado e do saber médico-político, abandonar a zona de conforto, desparametrizar o pensamento da razão instrumental, questionar os elementos de ordem e estabilidade para que seja possível encontrar outras saídas para os emaranhados objetivantes dessas práticas assistenciais e adquirir, quem sabe, melhores expectativas nas atividades desenvolvidas junto a esses indivíduos.

V. INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS

Essa categoria teve como foco de análise apenas as instituições públicas governamentais e suas políticas assistenciais voltadas para os andarilhos e demais usuários que acorrem a elas em busca de amparo devido ao fato delas possuírem um compromisso maior de efetivar as políticas administrativas do Estado. O nosso objetivo acerca desse assunto foi explorar quais as principais cobranças exigidas pelas prefeituras junto a essas instituições e verificar se o SUAS possui projetos socioassistenciais específicos para os atendimentos voltados aos andarilhos. De um modo geral, podemos dizer que as macropolíticas públicas e as micropolíticas municipais de assistência fazem pouco caso da existência dos andarilhos em suas prioridades de acolhimento e amparo.

Macropolíticas Assistenciais

Segundo os relatos dos dois dirigentes, não existe quaisquer projetos socioassistenciais específicos para os andarilhos nas macropolíticas públicas desenvolvidas pelo SUAS e todas as verbas estão direcionadas apenas para as famílias que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade definidas como sua principal prioridade. Os relatos destacam, ainda, que as verbas não são o suficiente para o desenvolvimento das atividades, na qual os andarilhos se tornam os mais ignorados ou excluídos dentre as prioridades de atendimento.

A Secretaria Assistencial de Campinas repassa parte das verbas que vem do Suas para nós, mas é insuficiente para se pensar em projetos para essa população de pessoas em situação de miséria como os andarilhos porque dentro das prioridades, o foco é as famílias em situação de risco e vulnerabilidade. Boa parte das verbas vai para esses projetos. Para você ter uma ideia, nos nossos relatórios estatísticos anuais não há o item andarilhos, mas sim pessoas migrantes, itinerantes e moradores de rua. Mas, aqui, no albergue, a gente não tem condições de atender todo mundo e vamos trabalhando como pode porque aqui não é depósito de gente e o problema é não trazer essas pessoas para cá porque dentro de cinco dias elas têm que sair. Então, os andarilhos são os mais ignorados pelo sistema (P1).

O nosso departamento tem por finalidade o atendimento à proteção social especial com repasse de verbas do Suas. Então, nós atendemos toda a complexidade do atendimento de serviço social. Nós atendemos os abrigos e albergues, só que as prioridades de atendimentos são todas essas pessoas que estão em violação de direito. Mas, como a meta da prefeitura é o atendimento com essas famílias em situação de risco e vulnerabilidade, não há, até onde que eu saiba, projetos específicos por parte do Suas e da própria prefeitura para o atendimento aos andarilhos. O próprio Suas em suas diretrizes não inclui projetos para andarilhos, mas para pessoas em situação de rua e as verbas não possibilitam que a Secretaria de Assistência Social da prefeitura desenvolva projetos de alta complexidade com essas pessoas. O atendimento que se faz com os andarilhos é acolhê-los dentro de suas necessidades e devolvê-los para a estrada porque eles querem viver assim (P3).

Esses relatos dos dirigentes das instituições assistenciais públicas indicam que realmente não há projetos socioassistenciais voltados para os andarilhos de estrada. Nesse caso, continuam sendo ignorados pelas macropolíticas públicas comandadas pelo SUAS cujas prioridades se concentram nas famílias em situação de risco e vulnerabilidade, bem como crianças, jovens e adultos habitando as ruas das cidades, segundo a Resolução 109 aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social e publicada no Diário Oficial da União (Brasil, 2009). Vale destacar que essa Resolução define os níveis de proteção social a serem implementados nas instituições assistenciais públicas que compreendem proteção básica - destinada a prevenir a violação de direitos e reduzir vulnerabilidades e riscos procurando promover a convivência social, familiar e comunitária - e a proteção especial de média e alta complexidade voltada para indivíduos e famílias que vivem situações de negligência, abandono, ameaça, maus tratos, violações físicas, psíquicas, discriminações sociais e transgressão aos direitos humanos.

Ao examinarmos detalhadamente o texto dessa supra Resolução, pudemos certificar que nos Anexos 4 e 5 não se inclui, nas descrições dos serviços, os andarilhos de estrada ou

mesmo trecheiros e migrantes nessa macropolítica assistencial. Assim, o Anexo 4 referente aos serviços de proteção social especial de média complexidade presente no Artigo 1º, inciso II dessa Resolução, descreve na alínea “e”, serviço especializado para pessoas em situação de rua, que esse serviço é “[...] ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência” (Brasil, 2009, p. 27). Mais adiante, o Anexo 5, relacionado aos serviços de proteção social especial de alta complexidade, inciso III, alínea “a”, serviço de acolhimento institucional, define que os serviços destinados especificamente a adultos e famílias a serem assistidos nas instituições compreendem “[...] pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de auto-sustento” (p. 31).

Como podemos observar, todas as diretrizes das macropolíticas assistenciais coordenadas pelo SUAS ignoram ou desconhecem outros indivíduos em situação de precariedade e miséria por não habitarem os espaços urbanos das cidades, sendo, portanto, objetos de exclusão nas prioridades contidas no Artigo 1º da LOAS que define a assistência social como um direito do cidadão e um dever do Estado (Brasil, 1993). A ênfase, conforme já dissemos, é direcionada para aqueles que habitam e sobrevivem no espaço urbano das cidades e isso exclui, evidentemente, os andarilhos, cujo *locus vivendi* não são as cidades, mas os acostamentos das rodovias. Sua condição existencial é a perambulação a pé pelas estradas e sem destino definido, diferenciando, portanto, do conceito de migração e transitoriedade (contidas na Resolução 109) que pressupõe uma rota definida e pré-determinada com a utilização, inclusive, de passagens de ônibus concedidas pelas instituições municipais de assistência ou por meios de outros recursos alternativos (Nascimento, 2008; Nascimento et al., 2009).

Isso nos leva a considerar que essas macropolíticas assistenciais, além de continuar segregando os próprios andarilhos para os corredores intermináveis das rodovias rumo a

outras localidades distantes, independente de sua situação sócio-psicológica, fortalece o caráter de uma política pública perpetrada pela focalização, seletividade e fragmentação dos serviços prestados, além de reforçar a tese das ações políticas do poder do Estado no controle e manutenção das desigualdades para justificar seu suposto “interesse” pelos mais miseráveis. Isso pode estar associado, talvez, ao fato dessas populações, habitando as ruas, possuírem maior visibilidade e por ser politicamente vantajoso enfatizar aquilo que é mais visível e gritante aos olhos da sociedade.

O princípio dessa prática não é condenável quando se trata de fazer algo por aqueles que estão nessa situação miserável de subsistência, mas seria interessante pelo menos refletirmos e ousarmos estremecer esses dispositivos de poder a partir de algumas potencializações nos pontos de resistência onde o próprio poder se exerce produzindo “verdades” a serem disseminadas no espaço social. Isso poderia implicar na construção de outros processos de subjetivação e garantir a esses indivíduos pelo menos o domínio pleno de sua cidadania dilacerada nessas redes de inteligibilidade.

O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade. Não se trata de libertar a verdade de todo o sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade (Foucault, 1979, p. 14).

No caso das macropolíticas de gestão do SUAS, essas “verdades” produzidas sobre a miséria e a pobreza estão vinculadas diretamente com as tecnologias administrativas de poder minuciosamente desenvolvidas pelo Estado através dos recenseamentos e levantamentos estatísticos sobre a população em geral realizadas pelo IBGE¹⁷. Mediante tais procedimentos, essas macropolíticas demarcam e fixam, por prioridade estratégica, os

¹⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Órgão do Governo Federal responsável por retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade social e apresentar descrições minuciosas sobre as condições de vida da população.

merecedores de amparo e auxílio daqueles a serem ignorados desses projetos socioassistenciais, tornando-se, assim, uma importante ferramenta da biopolítica no controle da população. Todavia, essas macropolíticas de administração e distribuição dos sujeitos miseráveis pelo espaço social não são uma invenção do contemporâneo uma vez que sua matriz se encontra enraizada nas práticas filantrópicas do Antigo Regime.

Donzelot (1986) assinala que o filantropismo dessa época, pautado num pseudo-interesse pelas classes miseráveis, funcionava como máquina de exclusão ao estabelecer os critérios de atribuição dos socorros em suas políticas assistenciais apenas às famílias economicamente em situação difícil, discriminando, portanto, os vagabundos e indigentes que sobreviviam pelas ruas e eram recolhidos para os hospitais. Nesse período, as famílias passaram a ser monitoradas constantemente nas ruas e domicílios por intermédio da polícia que era a responsável pela catalogação e encaminhamento de relatórios para as instituições filantrópicas dos casos considerados mais problemáticos. Segundo Donzelot, o filantropismo em parceria com a *polícia das famílias* tinha por meta, ainda, reforçar e gerir a autonomia familiar para que ela pudesse gerar, através de filhos saudáveis, a força de trabalho necessária para servir aos interesses da classe burguesa. Desse modo, o filantropismo desse período funcionava como instituição de fachada no amparo aos pobres e atuava como uma tecnologia disciplinar na pedagogização das famílias ao ensinar as regras da poupança para a garantia do bom convívio social.

Dentro desse mesmo espírito, é preciso mudar os critérios de atribuição dos socorros, a ordem das prioridades, em função dessa preocupação com o reforço da autonomia familiar. Antes a criança do que o velho, pois, para além da infância há toda a idade viril, ao passo que a maior parte dos velhos indigentes vivem a sua idade viril como homens indignos de serem socorridos mais tarde. Antes a mulher do que o homem, pois, através dela se socorre também a criança (Donzelot, 1986, p. 65).

O background dessas estratégias era amparar aqueles que pudessem ser dóceis e produtivos para a ampliação das ações de poder do Estado no controle do espaço urbano das

idades e na limpeza ou higienização da indigência e vagabundagem que ocasionava um enorme ônus aos cofres públicos. Portanto, a fragmentação e seletividade dos serviços assistenciais observados no contemporâneo é uma prática oriunda dessas antigas tradições filantrópicas do século XVI que desde aquele período despreza os mais miseráveis e improdutivos para a sociedade a se manterem por si mesmo em condições, às vezes, absolutamente desumanas. No caso das macropolíticas do SUAS, a circunstância não é muito diferente desse período porque ao priorizar as famílias vulneráveis e em situação de risco, mantém em circulação aqueles que não se encaixam nessas prioridades, se tornando, assim, mais um dispositivo de controle social.

Nesse contexto, as *macropolíticas* do SUAS podem ser metaforicamente interpretadas como uma adaptação dessa antiga *polícia das famílias* assinaladas por Donzelot uma vez que determina e seleciona, como prioridade de suas ações, esse conjunto de indivíduos convivendo no mesmo habitat social e distribui aqueles considerados vagabundos e marginais para a deambulação, tal como sucede com os andarilhos de estrada e tantos outros em condições semelhantes. Sob o pretexto de promover a assistência e sedentarizar as famílias em situação de risco e vulnerabilidade, o SUAS se torna, também, um programa político de cunho higienista contra as misérias apresentadas por esses indivíduos. No caso dos andarilhos, eles podem ser considerados os sujeitos estratégicos para a manutenção dessas macropolíticas assistenciais pelo simples fato de serem aqueles quem garante os dispositivos econômicos para o controle das desigualdades sociais mais visíveis ao permanecerem “invisíveis” e confinados aos corredores de circulação formados pelas rodovias.

Micropolíticas municipais

No que se refere às micropolíticas municipais, os relatos indicaram que elas têm por finalidade esconder ou tirar de circulação todos os indivíduos em situação de miséria pelas

ruas da cidade em função da imagem negativa que passam para o município. Aprisionamento temporário nas instituições assistenciais e o consequente despejo para outras localidades são as medidas paliativas encontradas para a “resolução” rápida desses indivíduos, vistos como ameaças à higiene urbana. Merece destaque o relato de uma das participantes (P4) que se apóia no discurso politicamente correto para fazer o jogo do faz-de-conta dos gestores municipais no governo das cidades.

Tudo o que a gente tem feito aqui é um compromisso profissional da equipe porque a prefeitura cobra resultados, mas, muitas vezes não dá condição... a prefeitura cobra sim, temos que apresentar relatórios de gestão e todos os anos temos que mostrar relatório dos resultados. Mas, o resultado, eu entendo que é mérito da própria equipe, mesmo porque a prefeitura cobra, mas não dá condição... Então, nós aqui no albergue não estamos preparados para atender um universo desse de pessoas aqui... A prefeitura quer que todos saem da rua... Eles alegam que a mendicância prejudica a imagem da cidade. A própria gestão da prefeitura e a população da cidade também reclama deles ficarem pedindo. Muitos acham que eles sejam bandidos, vagabundos, usuário de drogas, desocupados. Mas a prefeitura não se preocupa com isso, eles querem se livrar do problema sem ter muito trabalho, muita despesa. Então, é um problema social complexo que requer um trabalho intersetorial entre o município e o Estado no repasse de recursos financeiros. Então, tem uma pressão da população e da própria prefeitura para tirar essas pessoas das praças públicas, dos locais de maior movimentação de pessoas porque pega mal para o município não cuidar dessas pessoas, né? (P1).

Eles [prefeitura] querem que a instituição resolva o problema dessas pessoas [andarilhos] e as encaminhe para a família cuidar. Tem muita cobrança da prefeitura para não deixar essas pessoas expostas na rua... Então, o que é colocado é que essas pessoas precisam de um atendimento social, isso é o que é colocado. A minha percepção é que isso denigre a imagem da cidade. Então, eles não podem ficar na rua ou perambulando por aí. Então, é assim: mostra que a cidade está mais perigosa e mostra a fragilidade arquitetônica nossa aqui que facilita para que essas pessoas fiquem aqui e, de alguma forma, mostra que tem alguma coisa aqui em Campinas que os mantém, então pode vir mais. Então, eu entendo que o objetivo da prefeitura seria esse: de esconder as pessoas que estão na rua ou em situação de rua para não manchar a imagem da cidade. Só que quem é morador de rua não vai sair da rua e nem quem é andarilho vai deixar de ser andarilho porque a prefeitura quer. Então, a gente acolhe, vê o que elas precisam, mas não podemos segurá-las aqui, mesmo porque o tempo de permanência é de cinco dias e isso acaba sendo uma medida paliativa que não resolve o problema (P2).

Existe uma cobrança da prefeitura e da comunidade muito grande, é o tempo todo recebendo ligação [telefônica], é o tempo todo dizendo: “olha, tem uma pessoa assim em tal lugar”. Ligam aqui para mim mesmo, ligam para a secretária para que tirem essas pessoas das ruas... para que a comunidade não se depare com essa dificuldade aí. O que acontece muito é que a sociedade não aceita aquelas pessoas na rua. Então, quer que a gente tire da rua e dê jeito na situação. Eu tenho ideia, assim, que muitas pessoas querem que a gente arranque mesmo e tire de circulação na cidade. Tem gente que fala assim: “por que vocês não mandam para outro lugar?”. Então, se tem uma cobrança da sociedade, a prefeitura acaba aderindo e quer

dar um jeito nessas pessoas para não ficarem nas ruas ou nos viadutos porque eu acho que eles pensam que pega mal para a cidade esse tipo de situação (P3).

[exigências da prefeitura]: Que possamos resolver a situação dessas pessoas da melhor forma possível e, através do acolhimento, a reinserção tanto na família como na sociedade. A cobrança existe, assim, em socorrer o outro o mais rapidamente possível. Então, é uma cobrança sadia, é uma cobrança de crescimento, não é uma prestação de contas, vamos dizer assim, o que estamos fazendo para a pessoa, para que ela saia dali o mais rapidamente possível (P4).

Esses relatos deixam bem claro que as micropolíticas dos gestores municipais, ao acatarem as determinações das macropolíticas assistenciais comandadas pelo SUAS, efetivam ações de controle e vigilância sobre todos os miseráveis, principalmente o andarilho, impedindo-o, inclusive, de adentrar o perímetro urbano a fim de manter a soberania e os interesses da administração pública local. Uma de nossas pesquisas também apontou resultados semelhantes ao destacarem que os andarilhos, quando adentram eventualmente as cidades, são logo retirados de circulação e deslocados para outras plagas sob a supervisão direta das instituições assistenciais do município (Nascimento et al.,2009). Isso implica numa micropolítica municipal de assistência caracterizada por uma prática extremamente higienista e discriminatória em relação a esses indivíduos, pois, além de perpetuar a movimentação da errância pelas rodovias do país, a focalização e a seletividade nos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco, apenas endossam a ideia de exclusão nas próprias políticas públicas de assistência e alimentam as polaridades negativa e positiva nos campos de forças relativamente antagônicos no espaço social.

Isso significa dizer que no campo dessas batalhas torna-se necessário a coexistência de elementos aparentemente contrários como a inclusão e a exclusão, por exemplo, porque são essas polaridades antagônicas, a princípio, quem garante o exercício do poder e estabiliza as tecnologias políticas do Estado no controle e na vigilância dos indivíduos na sociedade. Nesse contexto, a *errância* dos andarilhos se circunscreve no campo das

*polaridades negativas*¹⁸ para dar sustentabilidade às polaridades positivas e manter o equilíbrio desse suposto antagonismo nos campos de forças do espaço social. Com efeito, as micropolíticas municipais de assistência, ao adotarem as diretrizes elaboradas pelas macropolíticas de gestão do SUAS, acabam por se submeterem, também, aos interesses do Estado, tornando a errância radical dos andarilhos um campo estratégico para os exercícios do poder na administração das desigualdades sociais.

Se o SUAS funciona como uma tecnologia de controle e vigilância da família, suas aparentes políticas de “inclusão” social acabam se tornando, também, um subproduto de fachada para consolidar o poder dos gestores municipais na administração da miséria. Desse modo, as macropolíticas assistenciais e as micropolíticas municipais formam, assim, um par indissociável a manter em circulação nas redes de inteligibilidade os efeitos de poder e saber, perpetuando, portanto, os campos de polaridade negativa e positiva como estratégias importantes para o controle racionalizado da população através da governamentalidade. Segundo Foucault (1979), o conceito de governamentalidade abrange um conjunto constituído “[...] pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais, os dispositivos de segurança” (p. 291).

É por essa razão que as micropolíticas assistenciais dos municípios procuram efetivar a higienização das ruas através desses dispositivos de segurança como as rondas de vigilância, por exemplo, cujo objetivo é o controle do espaço urbano contra as supostas “enfermidades” representadas pelos miseráveis e vistas como ameaçadoras aos projetos estratégicos de proteção e bem-estar social propostos para os seus habitantes. Nesse sentido,

¹⁸ Por *polaridade negativa*, nos referimos, especificamente, a todos os sujeitos desconectados das zonas de integração social descritas por Robert Castel (1994, 1998) e que abrange, além dos andarilhos propriamente ditos, os moradores de rua, os mendigos, e tantos outros em situações de miserabilidade extrema.

as micropolíticas municipais, ao executarem as ações previamente elaboradas pelas macropolíticas assistenciais, condensam os dispositivos de segurança no controle do espaço urbano e deslocam, para as rodovias ou outras instituições de amparo, os indivíduos considerados miseráveis e sem referências familiares. Castel (1998) defende ideia semelhante ao salientar que a política assistencial do município funciona mais como um jogo de interesse, pois, fazer o mínimo aos “excluídos”, se torna uma estratégia para “[...] evitar os disfuncionamentos demasiado visíveis, quando não puder descarregá-los sobre a municipalidade vizinha” (p. 548).

Todavia, essa higienização do espaço urbano pode estar associada a um antigo problema suscitado pela população que se aglomerava pelas ruas de algumas cidades da França no século XVII causando desequilíbrio, insegurança, insurreição e doenças contagiosas a serem contidas pelo poder político local. Tais problemas levaram o poder público a tomar medidas de contenção através de dispositivos de segurança porque se tratava de uma questão de ordem pública e de saúde familiar que exigiam planejamentos em torno das ruas das cidades a fim de garantir a expansão do território e do livre comércio de mercadorias conforme destaca Foucault (2008). Mediante um conjunto de medidas legislativas que incluía decretos, regulamentos e circulares, Foucault comenta que o poder público delegou autoridade à polícia para recluir os vagabundos, os indigentes, os velhos e as crianças abandonadas para as penitenciárias, instituições hospitalares, asilos e orfanatos, visando minimizar os perigos e inconvenientes como o roubo, as revoltas e as enfermidades segundo os graus de riscos apresentados.

O que é uma boa rua? É uma rua na qual vai haver, é claro, uma circulação dos chamados miasmas, logo das doenças, e vai ser necessário administrar a rua em função desse papel necessário, embora pouco desejável, da rua. A rua vai ser também aquilo por meio do que se levam as mercadorias, vai ser também aquilo ao longo do que vai haver lojas. A rua vai ser também aquilo pelo que vão poder transitar os ladrões, eventualmente os amotinados, etc. Portanto, são todas essas funções da cidade, umas positivas, outras negativas, mas são elas que vai ser preciso implantar no planejamento (Foucault, 2008, p. 26).

Esses apontamentos de Foucault nos permitem considerar que a questão do controle dos indivíduos miseráveis pelas ruas das cidades contemporâneas parece ser um desdobramento dos dispositivos de segurança utilizados naquele período. Conforme pudemos verificar nos relatos, a finalidade das micropolíticas municipais é manter as ruas limpas e seguras das desordens que a indigência ou a miséria provoca nos habitantes socialmente ajustados e submetidos aos modos capitalistas de produção. Sob esse aspecto, tanto as macro quanto as micropolíticas assistenciais utilizam taticamente esses dispositivos de segurança relacionados ao controle da população para definirem suas prioridades e as famílias merecedoras de atendimento.

Desse modo, através da elaboração de medidas estratégicas que permitem anteceder, a partir das probabilidades estatísticas, uma série de acontecimentos possíveis e previsíveis de se manifestarem no espaço urbano, aciona a guarda municipal ou a polícia militar para conter a presença desses indivíduos pelas ruas cuja finalidade é mimetizar a miséria aviltante e mostrar para os seus cidadãos o “bom” gerenciamento do espaço público. Seus efeitos são visíveis sobre todo o conjunto da população e quanto maior a aglomeração desordenada de indivíduos miseráveis circulando pelas ruas, melhor será para o Estado manter sua soberania política através das políticas assistenciais uma vez que depende dos amotinadores ou incomodadores circulantes nos espaços urbanos das cidades para elaborar, de forma contínua e ordenada, outros dispositivos de segurança na contenção e dispersão das massas.

VI. INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS E RELIGIOSIDADE

O fator religioso pautado na moral do cristianismo presente nas instituições filantrópicas de orientação católica e espírita parece influenciar a compreensão que os dois dirigentes e também uma profissional do serviço social têm acerca dos andarilhos de estrada. Em linhas gerais, essas instituições se configuram de modo determinista e linear ao explicar que os sofrimentos e as agruras da vida pelas quais passam esses indivíduos estão atrelados

aos desígnios divinos, necessários e fundamentais para a própria evolução espiritual quando bem suportados. Nesses casos, alegam que não se pode fazer muito por eles porque a errância faz parte do repertório a ser experienciado durante a sua jornada de vida na qual ninguém tem o direito de intervir no “livre” arbítrio de cada um. Essa categoria de análise teve como objetivo verificar, especificamente, como que a religiosidade explica o fenômeno da errância dos andarilhos conforme o dogma adotado e quais procedimentos religiosos são desenvolvidos nas atividades assistenciais.

Visão religiosa

No caso da instituição espírita-cristã, uma das explicações apontadas para a errância dos andarilhos está relacionada com o dogma da reencarnação segundo a qual o indivíduo, pelo mau uso que fez de seu “livre” arbítrio em vidas passadas, retorna às experiências do corpo físico para saldar as dívidas contraídas perante a justiça divina, sendo seu destino, portanto, predeterminado por essa força superior inquestionável. Do ponto de vista da instituição católica, a explicação está relacionada às questões sociais como as desigualdades e a má distribuição de renda na qual a busca por Deus pode aliviar os sofrimentos e ajudar os sujeitos a terem esperanças numa vida futura quando bem suportados com coragem, fé e resignação aos desígnios divinos.

Após a crucificação de Cristo, os apóstolos criaram a “Casa do Caminho” cuja proposta, como o próprio nome diz, é casa de caminho, ou seja, casa de passagem... Aqui é uma casa de Deus, essa é a proposta. Se isso puder mudar alguma coisa na postura dele [andarilho], foi um ganho. Agora, do ponto de vista espírita, muitos casos de misérias e sofrimentos podem estar relacionados com equívocos contraídos em vidas passadas, ou seja, a pessoa pode ter tido uma vida abastada, abusado demais do poder, da inteligência, ter discriminado os outros, então retorna às experiências no corpo físico para resgatar essas dívidas contraídas com Deus, passando pelas experiências da humilhação e do sofrimento. Isso é o que o “Evangelho Segundo o Espiritismo”, capítulo quinto, nos explica sobre as causas anteriores das aflições. Porém, nesse mesmo capítulo temos as causas atuais das aflições que não tem nada a ver com vidas passadas e é adquirida na vida atual pelas escolhas infelizes que pessoa faz para si mesma como a criminalidade, os vícios, o roubo, etc. Então, o espiritismo acredita na pluralidade das existências onde somos os arquitetos de nosso próprio destino, governados por leis divinas imponderáveis como a lei de ação e reação: a cada ação boa ou ruim que a pessoa faz retorna para ela uma reação equivalente com mesma intensidade. Mas, não dá para dizer se os andarilhos estão passando por provas ou expiações de vidas passadas ou se são pessoas que cravaram, por escolhas, talvez infelizes, o próprio destino atual (P5).

Olha, eu sou espírita, mas não praticante. Depois de tantos anos trabalhando aqui eu aprendi a gostar e admirar essa doutrina espírita. Então, eu tento praticar aquilo dentro do pouco do meu conhecimento. Então, eu acho que isso acaba influenciando o meu trabalho com eles. A gente aprende a ser mais atenciosa e passa a perceber que o mistério da vida é muito grande. Eu vejo assim: é o carma [destino] deles. São situações que eles têm que passar, coisas que eles têm que vivenciar como uma expiação de vida passada. É o que eu posso te dizer dentro do pouco conhecimento que tenho da doutrina (P6).

Aqui, compreendemos que todos são filhos de Deus e os contrastes sociais que existem é resultado da má distribuição de renda. Então, a miséria precisa ser enfrentada para construirmos um mundo melhor... Então, a religião pode, sim, nos ajudar a enxergar a realidade com mais humanidade e os andarilhos é resultado dessas desigualdades sociais e da má distribuição de renda. O próprio Cristo nos advertiu: “não façais para o outro aquilo que não queiras que o outro te faça”, ou seja, não devemos virar as costas e fingir que a miséria é um problema pessoal. Por isso, a religião tem um papel importante na nossa forma de entender o ser humano... Eu acho que quem tem religião passa pelos obstáculos mais fáceis, ele aceita mais os sofrimentos. O homem que tem fé inabalável, que acredita que existe Deus, que ele vai conseguir algo a mais, ele aceita mais a situação. Ele sofre, mas sofre acreditando que tem um Deus que o protege. Então, ele acredita que tem alguma coisa lá na frente, na vida espiritual, que vai recompensar aquele sofrimento. O próprio Evangelho nos garante que na casa do Pai existem várias moradas e que para conquistá-la é necessário carregar a própria cruz. Então, isso também torna o nosso trabalho mais fácil (P7).

A presença sacralizadora da religiosidade em ambas as instituições merece um destaque especial, pois, a entrega aos rituais de salvação através da prece, da missa dominical ou do culto ecumênico, destitui a responsabilidade de uma prática assistencial pautada na realidade concreta dos próprios sujeitos, legitimando o assistencialismo filantrópico como uma prática determinista pautada na moral do cristianismo. Segundo Vieira et al. (2004), o caráter do assistencialismo religioso presente nas instituições filantrópicas, oriundas da caridade cristã que fundamentou historicamente toda a matriz do serviço social, tem como objetivo despertar o sujeito à transcendência divina e, para tanto, utiliza a estratégia da distribuição de sopa e comida como pano de fundo para divulgação o evangelho.

Assim, a repartição do pão, elemento sacralizado por Cristo durante a Última Ceia, serve como símbolo de uma suposta fraternidade solidária para submeter os sujeitos albergados aos desígnios divinos e produzir pseudo-verdades a serem assimiladas e aceitas de maneira dócil e inquestionável. A ação cristianizadora dessas instituições assistenciais filantrópicas serve, ainda, como ferramenta estratégica a serviço dos interesses do Estado ao

maquiar as desigualdades sociais mais aviltantes através de práticas clientelistas como a distribuição de alimentos e necessidades emergenciais aos menos favorecidos.

Do ponto de vista foucaultiano, essa ação cristianizadora através da prece e propagação do evangelho está relacionada diretamente com a tecnologia pastoral voltada para a salvação do rebanho. Segundo Foucault (2008), a metáfora do pastor e seu rebanho representa a maior simbologia de poder entre Deus e os homens e adquiriu importância histórica na cultura ocidental quando os hebreus a intensificaram na figura de Moisés (seu grande legislador) e os cristão a legitimaram através de Jesus (o messias) que sacrificou a própria vida para a salvação do rebanho desgarrado de Israel. Esse tipo de relação entre Deus e os homens teve seu princípio e sua fundamentação no poder onipotente e transcendental que Deus exerce sobre seu povo ao eleger, inicialmente, como representante entre os homens os reis e depois os sacerdotes. Foucault nos esclarece que essa relação Deus e pastor remonta a um período antes mesmo de Moisés quando no oriente mediterrâneo, especialmente no Egito, o rei ou faraó era designado de forma ritual como o pastor dos homens. Esta insígnia também fazia parte da titulação real dos monarcas babilônicos e designava a relação de deus com os homens.

[...] essa metáfora do pastor, essa referência ao pastorado permite designar certo tipo de relação entre o soberano e o deus, na medida em que, se Deus é o pastor dos homens, se o rei também é o pastor dos homens, o rei é de certo modo o pastor subalterno a que Deus confiou o rebanho dos homens e que deve, ao fim do dia e ao fim de seu reinado, restituir a Deus o rebanho que lhe foi confiado (Foucault, 2008, p. 167).

Conforme podemos perceber, o poder pastoral apresentava uma hierarquia entre Deus (poder absoluto) e o rei ou sacerdote (poder relativo) no governo dos homens cuja finalidade era manter as ovelhas sob tutela e resgatar aquelas desgarradas para uma perfeita administração e controle da movimentação ou deslocamento do rebanho de um lugar a outro sem que nenhuma delas se perdesse. Segundo Foucault (2008), trata-se, nesse caso, de um poder que se exerce sobre uma multiplicidade em movimento e não sob um território

particular e delimitado porque o Deus único presente na tradição hebraica é essencialmente errático, caminha, se desloca à frente de seu povo mostrando-lhe a direção a seguir e “[...] se há referência ao território, é na medida em que o deus-pastor sabe onde ficam as campinas férteis, quais são os bons caminhos para chegar lá e quais serão os lugares de repouso favoráveis” (p. 169).

O poder pastoral se refere a um poder de cuidado visando à salvação do rebanho cuja função do pastor é conduzi-lo às boas campinas e garantir os meios de subsistências necessários através dos bons pastos, além de zelar para que nada aconteça de errado e disperse algumas ovelhas. Paradoxalmente, essa caricatura do pastor como benfeitor de todos a agir sobre uma multiplicidade e não sob um território específico, assume uma dimensão política que o filantropismo caritativo utilizou como estratégia de controle e vigilância dos vagabundos e indigentes considerados um problema para a administração pública das cidades nos séculos XVI e XVII (Foucault, 1979; Donzelot, 1986). A ideia desse filantropismo caritativo era demonstrar ou vender aos outros um cuidado e um amparo assistencial ilusório a todos os miseráveis, utilizando a metáfora do pastorado cristão como técnica de salvação para as ovelhas desgarradas ou perdidas pelas ruas da cidade.

No cristianismo a salvação do rebanho é representada, exemplarmente, pela crucificação de Jesus (o bom pastor) que sacrificou a própria vida em favor de todos. De acordo com Foucault (2008), foi esse sacrifício de um (o próprio Cristo) em benefício de todos (os homens) que possibilitou a submissão do todo pelo um e sacramentou o poder pastoral como poder soberano na qual o Estado Moderno se apropriou posteriormente em suas tecnologias políticas na administração dos corpos estendidas por todo ocidente. Segundo o autor, as formas de poder moderno têm sua matriz nessa história do pastorado cristão que se organizou primeiramente como uma instituição religiosa cuja finalidade era o governo dos fiéis e suas salvações no outro mundo através da Igreja.

Foucault (2008) demarca que uma importante ruptura se processou nesse período com a vinda de Cristo, pois, entre os hebreus o rei nunca fora designado como sendo um pastor encarnado, título atribuído somente ao Deus único, onipotente e transcendental. Entre os hebreus, isso significava dizer que fora de Deus, não havia pastor e muito menos salvação. Com o advento de Cristo, Foucault comenta que o poder pastoral adquiriu outra dimensão quando o próprio Jesus ao se sacrificar pelo rebanho¹⁹, assumiu o lugar do deus-pastor²⁰ para salvar a humanidade e garantir a vida eterna no outro mundo²¹. Do ponto de vista histórico, após a crucificação, surge a primeira Igreja fundada pelo apóstolo Pedro²² e com ela inaugura-se uma forma de poder pastoral com total autonomia em relação ao monoteísmo hebraico cujo lema a ser seguido ou obedecido é que fora da Igreja não haverá salvação.

[...] na Igreja cristã... esse tema do pastor... vai se institucionalizar num pastorado que tem as suas leis, as suas regras, as suas técnicas, os seus procedimentos. Portanto, o pastorado vai se tornar autônomo, vai se tornar globalizante e vai se tornar específico. De alto a baixo da Igreja, as relações de autoridade são baseadas nos privilégios e, ao mesmo tempo, nas tarefas do pastor em relação ao seu rebanho (Foucault, 2008, p. 201).

Foucault considera, ainda, que a encarnação de Cristo como deus-pastor por excelência desinstituiu a ideia do Deus-Soberano transcendental, vingativo e colérico dos hebreus e introduziu o conceito de um Deus bom, caridoso e justo, delegando aos seus discípulos o poder pastoral e temporal para o arrebanhamento das ovelhas perdidas. Isso possibilitou à Igreja, tempos depois, o direito de assumir a responsabilidade na condução do rebanho, transformando a soberania divina em soberania sacerdotal na disciplinarização e produção da verdade sob o comando do bispo ou seus subordinados diretos. Sem pretendermos analisar religiosamente a condição de Jesus como o salvador da humanidade

¹⁹ Se algum homem tiver cem ovelhas e uma delas se desgarrar, não irá pelos montes, deixando as noventa e nove em busca da que se desgarrou? (Mateus, 18: 12).

²⁰ Eu sou o bom Pastor; o bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas (João, 10: 11).

²¹ Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto, viverá (João, 11: 25).

²² Pois também eu te digo que tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela (Mateus, 16: 18).

devido à nossa falta de conhecimento filosófico no campo da teologia, pelo menos podemos dizer que foi a ascensão perversa e política de mando e poder dos sacerdotes, o elemento fundamental para a legitimação do poder pastoral como a grande arte de governar as almas, ou seja, a *ars artium* segundo Foucault (2008).

A repercussão dessa institucionalização do poder pastoral de governar as almas, localizada a princípio na figura do sacerdote, se estendeu e se transformou na arte de governar os homens a partir de um novo regime político iniciado no século XVI com o surgimento do Estado. Foucault (1995) esclarece que o Estado ao se apropriar dos elementos constituintes no poder pastoral desenvolveu uma nova tecnologia política tanto individualizante como totalizadora na arte de governar os homens ao assegurar a salvação dos indivíduos nesse mundo e não no outro através de uma série de objetivos materiais como o bem-estar, a segurança e a proteção, dessacralizando o Deus-pastor transcendental e efetivando o deus-pastor legislador na figura despótica dos governantes ou dos ministros²³. Isso implica que o poder pastoral, associado durante vários séculos a uma instituição religiosa pautada no cristianismo, ampliou-se por todo o corpo social e encontrou apoio e sustentação numa multiplicidade de instituições disciplinares como, por exemplo, os hospitais, as penitenciárias, as escolas, os albergues assistenciais, os asilos, os orfanatos e a filantropia.

[...] o pastorado no cristianismo deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda vida deles e a cada passo de sua existência (Foucault, 2008, p. 218).

Portanto, a presença sacralizadora do cristianismo nas instituições filantrópicas de nossa pesquisa tem sua matriz nessa antiga tecnologia do poder pastoral onde os dirigentes

²³ “[...] se de fato há nas sociedades ocidentais modernas uma relação entre religião e política, essa relação talvez não passe essencialmente pelo jogo entre a Igreja e o Estado, mas sim entre o pastorado e o governo. Em outras palavras, o problema fundamental... não é o papa e o imperador, seria antes esse personagem misto ou esses dois personagens que recebem em nossa língua... um só e mesmo nome: ministro” (Foucault, 2008, p. 253).

assumem o lugar metafórico do pastor-assistente subordinado a um deus-pastor²⁴ institucional. Inversamente do que ocorre com o deus-pastor, o representante divino por excelência no mundo, esses dirigentes não se interessam pelas ovelhas desgarradas dos laços sociais, tal como acontece com os andarilhos e tantos outros em situações semelhantes, pois, a ideia é manter em circulação as estratégias de poder nas redes de inteligibilidade para que haja sempre ovelhas perdidas visando o equilíbrio das campinas e a objetificação dos próprios sujeitos.

A distribuição de sopa e comida (o bom pasto), marca registrada de qualquer instituição filantrópica, se torna apenas elementos coadjuvantes para inocular a conformação do sujeito com sua própria situação miserável através da tática de divulgação do evangelho, deixando-o seguir o próprio destino devido aos abusos cometidos em vidas pregressas, segundo a visão espírita, ou reavivá-lo pela fé cega, aquela que remove montanhas e garante a salvação na outra vida de acordo com a visão católica. Por esse motivo, não se aceita metaforicamente nessas instituições filantrópicas os maus pastores que só pensam no pasto para seu próprio lucro, mas somente os bons pastores que se submetem docilmente ao trabalho e aceitam os procedimentos-rituais como o culto da prece no caso da instituição espírita ou a missa dominical e encontros ecumênicos na instituição católica. Entretanto, qual a explicação para esses procedimentos-rituais serem tão acentuados e estrategicamente valorizados em ambas as instituições filantrópicas?

Procedimentos religiosos

Os procedimentos religiosos dessas instituições envolvem basicamente a prece como fonte apaziguadora e consoladora do sofrimento apresentado por aqueles que transitam por elas em busca de assistência. Para a instituição espírita, a prece também oferece, conforme

²⁴ No caso da instituição católica ele é representado pelo padre diretor da Igreja ou pelo próprio bispo provedor da Diocese conforme a situação. Na instituição espírita, ele é representado geralmente por um *médium*, ou seja, o intermediário entre o homem e os espíritos com conhecimento e experiência em assuntos referentes à doutrina.

os relatos, um ponto favorável de equilíbrio contra as forças do mal ou esperança futura por meio da fé segundo a instituição católica. No primeiro caso, a prece é feita pelos trabalhadores voluntários do período noturno, geralmente espíritas confessos, enquanto que no segundo caso, a celebração religiosa é realizada por uma autoridade espiritual responsável seja na figura do padre ou de outros representantes religiosos quando acontece o culto ecumênico. Nesse último caso, a proposta é o reavivamento da fé como fonte destruidora dos obstáculos presentes no caminho.

Atualmente, os voluntários fazem uma prece de preparação para iniciar os trabalhos, pedindo auxílio ao mundo espiritual. Na casa [instituição assistencial] há um ambiente, um clima espiritual e vibrações [energias] que interferem nas atividades do albergue. Como aqui é um centro espírita, paralelamente ao atendimento do albergue feito no período noturno, estão sendo feitas reuniões de estudo, de evangelho, de desobsessão [diálogo com espíritos vingativos]. Agora, se um irmãozinho desse [andarilho] chegar alcoolizado, ele vai estar mal acompanhado [por espíritos] e quando entra na casa espírita, geralmente, a assistência espiritual da casa é tamanha que essas companhias são afastadas, então ele sente um bem-estar e isso proporciona uma melhora. Por isso, todo o plantão à noite não se inicia nada sem fazer uma leitura do evangelho segundo o espiritismo. Depois, quando os albergados vão dormir, é feita uma oração também (P5).

[...] o grupo de voluntários do período noturno, costuma fazer uma oração antes de iniciar as atividades. Depois tem a leitura do evangelho [segundo o espiritismo] antes da sopa e quando eles vão para o alojamento dormir o grupo faz uma prece também. No trabalho diurno que eu faço não existe esse tipo de atividades, mesmo porque o centro espírita só funciona no período noturno. Durante o dia, apenas o albergue é que funciona para atendimento e triagem (P6).

Hoje nós estamos criando um espaço sagrado no lugar da capela porque as várias culturas também nos trazem as várias formas de ver Deus. Então, nós colocamos a nossa prática católica, porém, nós também abrimos para que todas as outras religiões se encontrem junta com a nossa. Aqui na Casa, o espaço da capela se tornou mais um espaço ecumênico do que católico... a gente faz as missas ainda, mas também fazemos os espaços para outras religiões falarem. A preocupação é que essa pessoa realmente tenha fé, acredite. A Igreja Católica sempre pregou isso e não vai mudar. A Religião dá uma direção e aí o interessante é que não importa qual. O importante é que a religião chegue a Deus. Então, se a pessoa tem fé, se a pessoa acredita... a fé dela faz com que os problemas sejam mais amenos. Mas, não há um procedimento religioso específico nas atividades de rotina (P7).

Os procedimentos religiosos apontados nesses relatos não deixam dúvidas que nas instituições filantrópicas a prece é o elemento presente em algum momento das atividades assistenciais. Segundo Vieira et al. (2004), esses procedimentos-rituais que antecedem as atividades caritativas têm por objetivos estratégicos o despertar da fé e a crença na

continuidade da vida após a morte, mesmo havendo algumas divergências doutrinárias entre o filantropismo católico e o filantropismo espírita com base na moral do cristianismo. Segundo essas autoras, o filantropismo católico defende o dogma da ressurreição do corpo no momento de um suposto “juízo final”, enquanto o filantropismo espírita acredita na pluralidade das existências através do dogma da reencarnação na qual o espírito retorna em outro corpo para continuar sua jornada evolutiva ao encontro com Deus sem a crença no juízo final.

A reza, antes ou depois da distribuição da comida, permeia a prática da maior parte dessa rede filantrópica. Nas Igrejas... há orações antes da distribuição; no entanto, apenas uma parte dos frequentadores participa delas e, mesmo assim, aparentando indiferença. Os grupos espíritas também fazem preparação espiritual, antes e depois da distribuição de alimentos, com a finalidade de evitar contato com maus espíritos e fluidos (Vieira et al., 2004, p, 125).

No caso da instituição católica, podemos dizer que o objetivo da prece é fazer o sujeito curvar e acreditar, pelo reavivamento da fé cega, que fora da Igreja não há salvação, ou seja, se ele não aceitar a supremacia de Deus como o pastor-soberano, justo e bom, continuará a passar por sofrimentos amargos e atroztes que podem lhe ser prejudiciais na outra vida, caso apresente alguma revolta contra a instância divina. Apesar de reconhecer que boa parte das misérias e sofrimentos apresentados pelos andarilhos tem uma matriz explicativa na má distribuição de renda, a ideia a ser veiculada é sempre a mesma: levar o indivíduo a suportar os reveses da existência através da palavra divina visando à felicidade no outro mundo após o juízo final, nem que para isso seja necessário continuar a sua perambulação errática pelas rodovias do país.

No caso da instituição espírita, o objetivo é semelhante à anterior porque a questão não é arrebanhar a ovelha desgarrada, mas apascentar o sujeito em suas necessidades emergenciais e apaziguar os seus conflitos de ordem espiritual para que continue a sua jornada a esmo pelas rodovias, aceitando os infortúnios da vida com humildade e resignação. Nesse caso, tanto a instituição espírita quanto a instituição católica endossam a

dessedentarização dos andarilhos na qual a única diferença entre ambas se baseia apenas no fato de a primeira defender a ideia que não é dentro da Igreja que haverá a salvação, mas na humildade e na caridade porque são atributos essenciais do bom pastor, podendo ser praticadas por qualquer indivíduo fora dos templos religiosos segundo as observações de Allan Kardec (2005), o codificador da doutrina espírita.

Enquanto a máxima: fora da caridade não haverá salvação se apóia sobre um princípio universal e abre a todos os filhos de Deus acesso à felicidade suprema, o dogma: fora da Igreja não há salvação se apóia, não sobre a fé fundamental em Deus e na imortalidade da alma, fé comum a todas as religiões, mas sobre a fé especial em dogmas particulares. [...] desconhecendo a grande lei de igualdade diante do túmulo... se lançam anátema, se perseguem e vivem em inimizade... Esse dogma, pois, é essencialmente contrário aos ensinamentos do Cristo e à lei evangélica (Kardec, 2005, p. 202).

Todavia, seja qual for o ponto de vista religioso considerado, tais instituições visam apaziguar as agruras da vida através da propagação do evangelho na qual a aceitação da miséria parece ser uma condição necessária para a evolução espiritual daqueles que se encontram nessas situações mais aviltantes. Isso talvez explique a ausência de projetos socioassistenciais voltados para os andarilhos e demais usuários albergados nessas instituições cujo objetivo é sempre torná-los dóceis e obedientes à instância divina através de procedimentos disciplinares uma vez que a obediência é uma das condições fundamentais para a aceitação de si mesmo e salvação no outro mundo.

É por essa razão que a prática cristã de obediência, além de ser um dos componentes centrais na tecnologia pastoral, exige do sujeito uma postura de humildade e renúncia a si mesmo, pois, nesses procedimentos de submissão ao poder divino, toda a vontade própria reflete uma rebeldia comportamental a ser extirpada em favor da felicidade futura. Vale ressaltar que no interior dessas instituições filantrópicas não se admite quaisquer manifestações de contra-conduta porque elas potencializariam os pontos de resistências e colocariam em risco as relações de saber e poder instituídos (Foucault, 2008).

Nesse contexto, vale salientar ainda que, embora a religiosidade seja um dos modos diferentes de se viver a realidade, ela também é uma ferramenta estratégica de poder para que as instituições filantrópicas produzam seus saberes sobre os sujeitos nela albergados. A preocupação aqui não são as condições miseráveis apresentadas por eles, mas a necessidade de evangelizá-los e conformá-los com o próprio destino designado *a priori* pela instância divina inquestionável. Essa maneira de se posicionar frente à realidade sugere que as políticas assistenciais das instituições filantrópicas se contrapõem às políticas assistenciais do SUAS, pois, a proposta não é a sedentarização do indivíduo, mas a pregação do evangelho por compreender que se trata de uma determinação divina necessária para o próprio crescimento espiritual.

Nesse sentido, o caritativismo das instituições filantrópicas tem por metas apenas acolher momentaneamente os sujeitos e perenizar suas jornadas erráticas pelo mundo por compreender também que esse é um dos modos de se chegar até Deus tal como aconteceu com a errância dos hebreus pelo deserto em busca da terra prometida sob o comando de Moisés. Por essa linha de análise é fácil entender, então, a ausência de projetos socioassistenciais voltados para esses indivíduos já que a questão é de ordem transcendental, ou seja, se Deus é o alvo a ser buscado constantemente, não importam quais os caminhos a serem percorridos, pois, todos levarão ao mesmo lugar. Desse modo, podemos dizer que existe toda uma coerência de trabalho entre a filosofia cristã e a prática de caridade.

Se a proposta de atendimento é regulada por mecanismos transcendentais, o problema não se concentra sob a perspectiva da vida presente, mas na vida futura na qual a errância é um dos modos de se atravessar a existência visando à conquista de felicidade no outro mundo. Nesse aspecto, tais instituições servem apenas como casas de passagens ao oferecer os mínimos necessários para que esses indivíduos continuem suas andanças nas mais adversas situações da vida material. Os dirigentes assumem nessas instituições o lugar

do pastor-assistente sem a pretensão de se sacrificar pelo rebanho, possibilitando, assim, que as ovelhas continuem sempre desgarradas justamente para manter campos de trabalho para a aferição da norma e a distribuição racional dos sujeitos por todo espaço social.

CONCLUSÃO

O conjunto dos resultados de nossa pesquisa permite concluir que a percepção de dirigentes e profissionais das instituições assistenciais em relação aos andarilhos de estrada se estrutura a partir de certos conceitos comuns enraizados no imaginário social da cultura brasileira como a vagabundagem, a doença mental, a desestrutura familiar e a opção de vida, além de visualizar essa condição como um desígnio divino. As desinformações acerca do estilo de vida desses indivíduos, bem como a complexidade de fatores que se interagem para a eclosão da errância no contemporâneo são praticamente ignoradas em detrimento de uma prática assistencial homogeneizadora pautada pela focalização, seletividade e fragmentação.

Nesse contexto, tanto as instituições assistenciais públicas quanto as filantrópicas tendem a generalizar todos os indivíduos recorrentes aos seus serviços como uma única e mesma população de miseráveis, mantendo-se distantes dos problemas apresentados por eles em suas particularidades, cujo objetivo é oferecer apenas o pernoite, a alimentação e, eventualmente, o encaminhamento para as instituições públicas de saúde quando apresentam algum tipo de problema físico ou psíquico. A maioria dos dirigentes e profissionais ignora, ainda, que cada subgrupo de indivíduos à margem da sociedade traz, em suas experiências de vida pelas ruas e rodovias, histórias diferentes carecendo também de acompanhamentos diferentes relacionados à própria condição pessoal.

Todavia, circunscritos a desempenharem suas funções técnico-administrativas acerca da miséria e das condições mínimas para a subsistência desses indivíduos, tanto os dirigentes quanto os profissionais se submetem aos interesses políticos do Estado no controle e na manutenção das desigualdades mediante o cumprimento rigoroso de regras e procedimentos dos quais a obediência e a disciplina são seus elementos fundamentais, principalmente no que diz respeito aos horários estabelecidos para toda e qualquer atividade dentro da instituição, inclusive a entrevista obrigatória com a assistente social. Sob esse aspecto, ela

assume o lugar de autoridade máxima investida de poder e saber com direito a emitir dossiês consubstanciados sobre as condições de vida apresentadas pelos andarilhos e demais usuários dos serviços, além de decidir os destinos de cada um após o tempo de permanência permitido conforme as suas regras internas.

Desse modo, condicionados a desempenharem suas atividades pautadas na prática médica e sem maiores envolvimento interativos com esses sujeitos, os dirigentes e profissionais demonstram resignação em seus olhares sobre os andarilhos. Nesse caso, alimentam poucas expectativas em relação a eles pelo fato de compreenderem que a errância é um caminho sem volta na qual o futuro é incerto demais para se pensar outras possibilidades de amparo ou uma assistência mais humanizada e solidária. Assim, permanecendo numa espécie de zona de conforto social, onde fazer o mínimo é visto como o suficiente para as necessidades emergenciais de enfrentamento da miséria e pobreza, não apresentam razões específicas que os motivem a desempenhar suas atividades junto a esses sujeitos, na qual a prática altruísta de auxiliar o próximo ainda cadencia a formação ético-profissional da maioria desses trabalhadores.

Quanto aos andarilhos de estrada propriamente ditos, podemos considerar que continuam sendo sujeitos sem muita importância para as políticas públicas de assistência, cuja prioridade de atendimento é as famílias em situação de risco e vulnerabilidade conforme as recomendações estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social, contradizendo, portanto, o princípio norteador decretado por lei na qual a assistência social é definida como um direito do cidadão e dever do Estado. No caso das instituições filantrópicas, a assistência pautada na moral do cristianismo tem por prioridade a pregação do evangelho como alimento espiritual necessário para o enfrentamento das dificuldades de subsistência pelo fato de compreenderem que as situações de pobreza e miséria dos andarilhos fazem parte dos repertórios a serem vividos por eles como uma provação divina.

Contudo, seja qual for a filosofia de trabalho assistencial adotada, o fato é que os andarilhos fazem parte das políticas de dessedentarização social onde a operacionalidade da norma desempenha um papel estratégico e fundamental para a manutenção da errância ao classificar e fixar esses indivíduos nas zonas de desfiliação. Desse modo, deslocados para os corredores das estradas e rodovias, os andarilhos, mesmo que possam representar certa resistência às ações da biopolítica, continuam suas perambulações erráticas pelo país sem contarem efetivamente com o auxílio dessas instituições assistenciais que desempenham, nesse contexto, uma importância capital na perpetuação desse complexo fenômeno contemporâneo.

Se por um lado tais instituições endossam a dessedentarização dos andarilhos, reforçando o caráter contínuo e permanente da perambulação pelas estradas e rodovias do país, por outro lado, as rondas de controle e vigilância, constituídas pela polícia militar, guarda municipal e concessionárias de pedágios, procuram impedi-los de circularem pelos espaços abertos ou adentrarem as cidades através de medidas higienistas visando à prevenção da desordem que a miséria desses indivíduos apresenta, tanto para os gestores da administração pública municipal, quanto para as próprias companhias particulares responsáveis pela gerência das principais malhas rodoviárias. Dessa forma, impedidos de exercerem, inclusive, o direito de ir e vir, acabam sendo reclusos temporariamente para as instituições assistenciais quando são identificados por esses grupos de vigilância e despejados novamente para as rodovias ou localidades circunvizinhas a partir da expiração do tempo de permanência permitido. Nesse caso, as instituições assistenciais e os aparelhos de controle e vigilância do Estado se vinculam de maneira indissociável para formar uma rede eficaz de distribuição desses sujeitos sobre todo o espaço social a fim de garantir a efetividade da norma.

Mediante tais considerações, concluímos que o serviço social e os programas assistenciais desenvolvidos nessas instituições deveriam ser repensados no sentido de propor outros modos de atendimento menos homogêneo e centralizador a fim de incluírem outros indivíduos ignorados pelas próprias políticas públicas de gestão dos órgãos governamentais e filantrópicos. Isso não significa dizer que somos favoráveis a toda e qualquer forma de aprisionamento institucional dos mais desamparados, pelo contrário, acreditamos que cada um deva viver de acordo com suas convicções pessoais, mesmo nas condições mais adversas possíveis. Entretanto, se é um dever do Estado assistir aos seus cidadãos em momentos de extrema dificuldade, por que não rever essa política de sedentarização e propiciar uma assistência menos seletiva e mais humanizada para que todos possam realmente ter acesso às garantias dos mínimos sociais?

Assim, o desafio que se coloca no contemporâneo é saber como propiciarmos outras possibilidades de atendimento para que esses indivíduos tenham melhores condições de serem assistidos ao recorrerem a essas instituições nos momentos mais cruciais de suas existências. Embora não tenhamos uma resposta viável e segura para a solução desse problema sócio-político, talvez seja o tempo de pensarmos em recusar o que somos para nos afastarmos desse processo de subjetivação imposto há vários séculos.

Entretanto, isso exige, evidentemente, além de coragem e ousadia para desaprendermos o que nos foi ensinado como verdade, uma ampliação do debate em torno das políticas assistenciais a fim de se implementar um serviço desvinculado da tendência homogeneizadora do saber médico, pois, somente assim, poderemos pensar o impensado para a construção de uma nova história. Quando, de fato, decidirmos a favor dessa ousadia de se pensar o inédito, poderemos, então, promover novos conhecimentos no cotidiano voltados essencialmente ao bem comum capazes de possibilitar a reinvenção do social com outros significados para a subjetividade e a própria condição humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAYÓN, N. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** São Paulo: Cortez, 1995.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BIRMAN, J. **O mal-estar na atualidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BRASIL. Lei n. 8742, de 7 de dezembro de 1993. Estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1993. Seção 1.
- _____. Ministério da Saúde. **Resolução nº 196/96 sobre pesquisas envolvendo seres humanos.** Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 1996.
- _____. Ministério de Desenvolvimento Social. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.
- _____. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 nov. 2009. Seção 1.
- BROGNOLI, F. F. Trecheiros e pardais: trajetórias nômades. **Travessia**, n. 27, p. 29-32, 1997.
- CALLIGARIS, C. A psicanálise e o sujeito colonial. In: SOUZA, E. L. A. (Org.). **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil.** Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora, 1999, p. 11-23.

- CARVALHO, M. C. B. A assistência social como política pública. In: SILVA, L. A. P.; STANISCI, S. A. (Orgs.). **Assistência social: parâmetros e problemas**. São Paulo: Fundap, 1999, p. 69-78.
- CASTEL, R. **A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- _____. Da indigência à exclusão, a desfiliação. In: LANCETTI, A. (Org.). **Saúdeloucura 4**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 21-48.
- _____. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **A discriminação negativa: cidadão ou autóctones?** Petrópolis: Vozes, 2008.
- COSTA, J. F. (1989). **Ordem médica, norma familiar**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal.
- COUTO, B. R. O Sistema Único da Assistência Social – Suas: na consolidação da assistência social enquanto política pública. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs.). **Políticas públicas e assistência social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 41-55.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Lisboa: Mobilis in Móbile, 1991.
- DI FLORA, M. C. **Mendigos: porque surgem, por onde circulam, como são tratados?** Petrópolis: Vozes, 1987.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DORNELAS, S. M. O peixe e a rede: o migrante e o albergue no discurso dos responsáveis e funcionários da AVIN. **Travessia**, n. 29, p. 30-45, 1997.
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (Orgs.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985,
- DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- EHRENBERG, A. **Le culte de la performance**. Paris: Calmann-Lèvy, 1991.

- EHRENBERG, A. **L'individu incertain**. Paris: Calmann-Lèvy, 1995.
- ENRIQUEZ, E. Perda do trabalho, perda da identidade. **Cadernos da Escola do Legislativo**, n. 5, v. 9, p. 53-73, 1999.
- _____. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **RAE eletrônica**, n.5, v. 1, versão on line, 2006.
- EWALD, F. (1993). **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Vega Editora.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (Orgs.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- _____. **Segurança, território, população**. São Paulo, Martins Fontes: 2008.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GRISBY, C. BAUMAN, D. GREGORICH, S. E. Disaffiliation to entrenchment: a model for understanding homelessness. **Journal of Social Issues**, n. 46, p. 141-156.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: José Olympio, 5ª edição, 1969.
- JUSTO, J. S. Errâncias e Errantes: um estudo sobre os andarilhos de estrada. In: JUSTO, J. S.; SAGAWA, R. Y. (Orgs.). **Rumos do saber psicológico**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998, p. 125-139.
- _____. Saúde mental em trânsito: Loucura e a condição de itinerância na sociedade contemporânea. In: BOARINI, M. L. (Org.). **Desafios na atenção à saúde mental**. Maringá, PR: Eduem, 2000, p. 09-29.

JUSTO, J. S. **Errância e errantes na sociedade contemporânea: um estudo com andarilhos de estrada**. Faculdade de Ciências e Letras, Assis, S. P., 2002. Mimeografado.

_____. **Andarilhos e trecheiros: errância e nomadismos contemporâneos**. Maringá: Eduem, 2011.

JUSTO, J. S.; NASCIMENTO, E. C. Road wanderers in Brazil: a study on modern psychosocial human mobility. **International Journal of Sociology and Anthropology**, v. 4, n. 5, p. 165-171, 2012.

_____. Errância e delírios em andarilhos de estrada. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 2, p. 177-187, 2005.

KARDEC, A. **O evangelho segundo o espiritismo**. Araras, SP: Ide, 2005.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1996.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1989.

MARTINS, M. C. F. N. **Humanização das relações assistenciais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

MATTOS, R. M. **Situação de rua e modernidade**: as saídas das ruas como processo de criação de novas formas de vida na contemporaneidade. 2006. 242 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

MENEZES, M. A biopolítica enquanto potência de vida: contrapoder e os biopoderes contemporâneos. **Interacções**, n. 12, p. 111-134, 2007.

MORRIS, J. M. Affiliation, gender and parental status among homeless persons. **The Journal of Social Psychology**, v. 138, n. 2, p. 241-250, 1998.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da**

assistência social: ensaio sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2009.

NASCIMENTO, E. C. **Errâncias e errantes:** um estudo sobre a mobilidade do sujeito e o uso de bebidas alcoólicas na contemporaneidade. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2004.

_____. **Nomadismos contemporâneos:** um estudo sobre errantes trecheiros. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

_____. Pós-modernidade: um estudo sobre os espaços do sujeito, a errância e suas relações com o social. **Psico**, v. 34, n. 01, p. 109-121, 2003.

NASCIMENTO, E. C.; JUSTO, J. S. Vidas errantes e alcoolismo: uma questão social. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.13, n. 3, p. 529-538, 2000.

NASSER, A. C. A. **Sair para o mundo:** trabalho, família e lazer na vida de excluídos. São Paulo: Hucitec, 2001.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 67-86.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos**. São Paulo: Edusp, 1999.

PERES, R. S. Andarilhos de estrada: estudo das motivações e da vivência das injunções características da errância. **Psico-USF**, n. 6, v. 1, p. 67-75, 2001.

_____. O desenho da figura de Machover aplicado em andarilhos de estrada. **Psicologia: Teoria e Prática**, n. 4, v. 1, p. 81-92, 2002.

PERES, R. S.; JUSTO, J. S. Contribuições das técnicas projetivas gráficas para a compreensão da personalidade de andarilhos de estrada. **Estudos de Psicologia**, n. 10, v. 2, p. 305-312, 2005.

RABINOW, P. (1999). **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

RANGEL, M. C. Migrantes da Casa de Passagem de Presidente Prudente. **Travessia**, n. 29, 1997, p. 17-24.

ROSA, C. M. M. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SILVA, M. O. S. Contextualizando o serviço social no processo histórico brasileiro. In: SILVA, M. O. S. (Org.). **O serviço social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2002.

SNOW, D. & ANDERSON, L. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIEIRA, B. O. **História do serviço social**. Rio de Janeiro, 5ª edição, 1989.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs). **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 2004.

APÊNDICE: Apresentação do Roteiro de Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA	
I – Dados Pessoais	II - Dados Estruturais
<ul style="list-style-type: none"> - Nome: _____ Idade: _____ - Cargo na instituição: _____ - Tempo na instituição: _____ 	<ul style="list-style-type: none"> - Média de atendimento por mês: _____ - Média de andarilhos por mês: _____ - Tempo de permanência: _____
III – Questões Gerais	
Dirigentes	Profissionais
<ul style="list-style-type: none"> - Quais são os objetivos da Instituição? - Qual a sua visão sobre os andarilhos de estrada? - Mudou alguma coisa no seu modo de ver os andarilhos antes e durante o seu trabalho nessa instituição com eles? - Porque você acha que eles vivem assim? - Como os andarilhos chegam à instituição? - Que procedimentos é feito antes de entrarem na instituição? - Quais as principais normas da instituição? - Que tipo de assistência é dado a eles na instituição? - Alguns apresentam problemas de saúde? Em caso afirmativo, quais os problemas mais comuns? - Como você lida com esses sujeitos na instituição? - Existe alguma razão que te motiva a trabalhar com esses sujeitos? - Houve algum caso que te marcou mais? - Você vê alguma perspectiva em relação aos andarilhos de estrada? 	<ul style="list-style-type: none"> - Qual a sua visão sobre os andarilhos de estrada? - Mudou alguma coisa no seu modo de ver os andarilhos antes e durante o seu trabalho nessa instituição com eles? - Porque você acha que eles vivem assim? - Como os andarilhos chegam à instituição? - Que tipo de assistência é dado a eles na instituição? - Alguns apresentam problemas de saúde? Em caso afirmativo, quais os problemas mais comuns? - Como você lida com esses sujeitos na instituição? - Existe alguma razão que te motiva a trabalhar com esses sujeitos? - Houve algum caso que te marcou mais? - Você vê alguma perspectiva em relação aos andarilhos de estrada?
IV. Questões Específicas	
Instituição Pública:	
<ul style="list-style-type: none"> - O que a administração municipal espera dessa instituição? Existem cobranças? - Em caso afirmativo, quais as mais frequentes? - Existe alguma parceria entre essa instituição com a prefeitura municipal e o Suas? - Algum complemento que queira fazer e que não foi contemplado em nossa entrevista? 	
Instituição Filantrópico-Religiosa:	
<ul style="list-style-type: none"> - Qual a visão religiosa que a instituição tem em relação aos andarilhos de estrada? - Existe algum procedimento religioso específico antes ou depois das atividades de rotina? - Algum complemento que queira fazer e que não foi contemplado em nossa entrevista? 	
Observações particulares do entrevistador sobre a instituição após as entrevistas:	

ANEXO: Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.**PARECER CONSUBSTANCIADO**

Parecer N^o 36/2009

Pesquisador Responsável: **Eurípedes Costa do Nascimento**

Tipo de Pesquisa: **Grupo III**

Registro no CEP: **09/06/2009** Processo N^o 212/2009

Instituição onde será desenvolvido: **Centro Espírita Amor e Caridade (CEAC); Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM); Central de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CETREM); Casa do Migrante.**

Situação: **APROVADO**

O Comitê de Ética e Pesquisa da FESP – Fundação de Ensino Superior de Passos – analisou na sessão do dia **08/07/2009** o processo N^o 212/2009 referente ao projeto de pesquisa: **“Errância no contemporâneo: um estudo sobre as percepções de dirigentes e profissionais de instituições assistenciais em relação a andarilhos de estrada”**, tendo como pesquisador responsável **Eurípedes Costa do Nascimento**.

Assim, mediante a importância social e científica que o projeto apresenta a sua aplicabilidade e conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como **APROVADO**, pois o mesmo atende aos requisitos fundamentais da Resolução 196/96 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde/MS.

Solicita-se ao pesquisador o envio a este CEP, de relatórios parciais sempre quando houver alguma alteração no projeto, bem como o relatório final gravado em CD-ROM.

Passos, segunda-feira, 10 de agosto de 2009.

Coordenador do CEP-FESP

Comitê de Ética em Pesquisa
Fundação de Ensino Superior de Passos
Coordenador
Prof. José de Paula Silva

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da Fesp
cep@passosuemg.br